

EIXO 9: QUESTÕES DE GÊNERO, RAÇA, ETNIA E GERAÇÃO

MAIN THEME 9: GENDER ISSUES, RACE, ETHNICITY AND GENERATION

“VIM ATRÁS DO DIREITO DOS MEUS FILHOS”: o atendimento de mulheres em projeto de mediação de conflitos familiares

"I CAME BACK THE RIGHT OF MY CHILDREN": the care of women in mediation project of family conflicts

Cláudia dos Santos Costa

Mestre em Getção Pública, Advogada, Assistente Social. Professora do curso de Serviço Social das Faculdades INTA, em Sobral-CE e Coordenadora do Projeto Laços de Família, parceria Defensoria Pública e Faculdades INTA.

Elaine Beserra Mendes

Assistente Social. Realizou estágio no Projeto Laços de Família, parceria Defensoria Pública e Faculdades INTA

Resumo

A Defensoria Pública do Estado do Ceará, em parceria com as Faculdades INTA, no município de Sobral firmaram parceria e implantaram um projeto de mediação de conflitos familiares, o Projeto Laços de Família. Nos atendimentos cotidianos do projeto uma das frases mais recorrentes é “vim atrás do direito dos meus filhos” de propriedade de mulheres que assumem este papel no contexto familiar. Demandas como reconhecimento de paternidade, guarda, alimentos são as principais necessidades apresentadas por estas mulheres que representam mais de 90% dos atendimentos do Projeto demandando assim a necessidade do aprofundamento das questões de gênero.

Palavras-chave

Mulher. Direito. Mediação.

Abstract

The Ombudsman for the State of Ceará, in partnership with INTA Colleges in the city of Sobral signed a partnership and set up a mediation project family conflicts, the Family Ties Project. In everyday design calls one of the most recurrent phrases is "come behind the right of my children" owned by women who take on this role within the family. Demands such as recognition of paternity, custody, foods are the main needs presented by these women represent over 90% of the Project calls thus requiring the need for further development of gender issues

Keywords

Woman. Right. Mediation



Introdução

Nas últimas décadas, temas em torno da chamada resolução alternativa de disputas, cujas espécies mais conhecidas são a mediação, a arbitragem e a conciliação, tem sido bastante discutido. E ao se tratar de mediação de conflitos familiares esta discussão se torna mais instigadora. As configurações familiares na contemporaneidade desafiam legisladores e pesquisadores. As relações afetivas e familiares tornam-se cada vez mais complexas, sendo tema de projetos de pesquisa e de intervenção, como é o caso do Projeto Laços de Família, sediado em Sobral, na zona norte do Ceará.

O projeto Laços de Família é resultado de um convênio de cooperação institucional entre a Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará e o Instituto Superior de Teologia Aplicada para possibilitar atividades de mediação de conflitos familiares no município de Sobral. Configura-se assim uma parceria entre o setor público, representando pela Defensoria e o setor privado, representado pelas Faculdades INTA.

O cotidiano da atuação no Projeto Laços de Família nos revela uma busca muito freqüente de mulheres em busca de direitos para seus filhos. Uma das frases mais ouvidas nos atendimentos iniciais é “eu vim aqui atrás dos direitos dos meus filhos”. Esta fala recorrente nos instigou a direcionar o nosso olhar para esta mulher que busca o projeto.

Neste sentido propomos aqui uma pesquisa (que ainda encontra-se em andamento) com o objetivo de identificar o perfil da pessoa que busca o projeto, quais direitos ela busca garantir, quais as possibilidades que a prática de mediação pode contribuir na garantia dos direitos buscados por estas mulheres.

Este estudo consiste de uma pesquisa retrospectiva documental-quantitativa. A principal fonte de captação de dados foram os cadastros das famílias atendidas no projeto Laços de Família no período de dezembro de 2015 a dezembro de 2016. Ao todo foram analisados 98 cadastros, dos quais 08 foram excluídos pois houve uma procura inicial pelo projeto mas os assistidos não retornaram para dar continuidade aos atendimentos.

Assim, o universo da pesquisa constitui-se de 90 cadastros. As variáveis da pesquisa foram estabelecidas para se conhecer o sexo da pessoa que mais procura o projeto; motivo que levou a pessoa a procurar projeto e vínculo familiar entre as pessoas envolvidas na mediação (conhecidas como mediandos). A coleta de dados ocorreu no período de dezembro de 2014 a dezembro de 2015, mediante um instrumento estruturado elaborado para este fim e previamente testado. Os dados foram organizados em planilha eletrônica e analisados pelo método da estatística descritiva.

Interessante ressaltar que a análise documental foi enriquecida pela observação e pela aproximação com as famílias atendidas no projeto, dada a atuação como assistente social e como estagiária das autoras do presente texto

Para alcançar o objetivo proposto este trabalho foi estruturado em três tópicos iniciando pela discussão das transformações em curso das configurações familiares. Esta discussão é fundamental para entender as mudanças de comportamento inerentes aos papéis assumidos por homens e mulheres. No tópico posterior será apresentada a mediação como estratégia de busca de solução dos conflitos familiares, pontuando a atuação do Projeto laços de Família, para em seguida apresentar o resultado da pesquisa.

A discussão deste tema muito contribuirá para as discussões do eixo temático questões de gênero, raça, etnia e geração evidenciando o papel da mulher como garantidora do acesso à justiça por parte dos membros da família.

FAMÍLIAS: transformações em curso

Compreender a dinâmica das famílias é entendê-las enquanto configurações que se modificam em cada tempo histórico e assumindo caracteres bastante múltiplos e diversificados e esse processo se intensifica na modernidade. Segundo Giddens (1991) é a descontinuidade, a mudança e a falta de uma direção definida em relação às épocas anteriores que irá caracterizar a modernidade de maneira oposta ao período

convencionalmente chamado pelo autor de “tradicional” onde as dimensões da vida humana eram mais contínuas e definidas.

Tradicionalmente a instituição família estava fundamentada pela ideia de casamento ou filiação, na qual se deparava com um padrão de família burguesa, modelo nuclear de família que foi sendo montado principalmente após a passagem da antiguidade para o período feudal. Neste modelo de família nuclear mulheres e homens detinham papéis específicos. O home responsável pelo sustento da família e a mulher pelos cuidados do lar e dos filhos.

A segunda metade do século XIX estabeleceu intensas mudanças no âmbito social, econômico e trabalhista. O advento do capitalismo em sua forma industrial produziu muitas modificações nas relações sociais. A saída de casa para o trabalho também afetará as mulheres e o conjunto de desigualdades sociais que irão infligir as famílias, principalmente aquelas trabalhadoras, culminará em novos padrões de relacionamentos e de vida. A noção de unidade familiar vem assumindo novas abordagens, deixando e lado o conceito convencional para adotar um conceito mais flexível e instrumental.

Podemos observar que existe uma radical mudança na composição familiar, nas relações de parentesco e na representação de tais relações na família. Tal representação tem seu fundamento direto na transformação da configuração familiar e também nas relações sociais, ocasionando impacto profundo na construção da identidade de cada componente no interior da família (OLIVEIRA, 2009)

Novas transformações são vivenciadas pela sociedade, identificando assim uma pluralidade de arranjos em que as composições familiares cada vez mais se inserem numa dinâmica de construção e estruturação, resultando assume em novas recomposições¹.

¹ Discutir as novas recomposições familiares é, sem dúvida, uma temática interessante a ser aprofundada, todavia não é foco deste trabalho. Maiores discussões podem ser buscadas na obra de Perucchi e Beirão, Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família.

A mediação como estratégia de solução dos conflitos familiares

Diferentes configurações familiares, diferentes conflitos e por conseguinte a necessidade de diferente possibilidade da busca pelo entendimento destes conflitos. Neste contexto a mediação de conflitos familiares tem se apresentado como uma eficiente iniciativa de solução de conflitos extrajudiciais, como a mediação tem sido cada vez mais utilizada.

A mediação é um procedimento consensual de solução de conflitos por meio do qual uma terceira pessoa imparcial-escolhida ou aceita pelas partes age no sentido de encorajar e facilitar a resolução de uma divergência [...]. A mediação representa assim um mecanismo de solução de conflitos pelas próprias partes que, movidas pelo diálogo, encontram uma alternativa ponderada, eficaz e satisfatória, sendo o mediador a pessoa que auxilia na construção desse diálogo [...]. Na mediação procura-se evidenciar que o conflito é natural, inerente aos seres humanos (SALES, 2005)

A prática da mediação de conflitos é considerada de relevância no âmbito jurídico, sendo formalmente reconhecida pelo Conselho Nacional de Justiça através da resolução 125, de 29 de novembro de 2010 como uma forma de solução de conflitos que favorece o diálogo entre as partes, para que elas mesmas construam, com autonomia e solidariedade, a melhor solução para o problema.

O Novo Código de Processo Civil, a Lei 13.105/ 2015, vigente a partir de 17 de março de 2016, traz no âmbito do Capítulo III que trata dos auxiliares da justiça, uma sessão exclusiva para tratar dos conciliadores e mediadores judiciais, ressaltando assim o crescente reconhecimento da prática da mediação. Segundo o Novo Código de Processo Civil o mediador, que atuará preferencialmente nos casos em que houver vínculo anterior entre as partes, auxiliará aos interessados a compreender as questões e os interesses em conflito, de modo que eles possam, pelo restabelecimento da comunicação, identificar, por si próprios, soluções consensuais que gerem benefícios mútuos. (SALES, 2011)

Fundamental se faz a reflexão, em meio à crise do poder Judiciário. acerca da ineficiência do Estado em garantir o acesso à justiça, sendo necessária a busca dos chamados modelos alternativos. Todavia as experiências de mediação têm se apresentado como eficaz na medida em que as pessoas envolvidas no conflito são de fato as protagonistas na busca de uma solução, situação que é centralizada na pessoa do juiz numa audiência.

A experiência ora apresentada não se trata de um projeto de mediação comunitária, onde sob nossa perspectiva se presencia uma desresponsabilização do Estado na sua esfera judiciária de delegar para os indivíduos a celeridade na resolução dos conflitos de que tanto almeja o poder judiciário.

É sabido que a essência das práticas de mediação comunitária supera esta visão da celeridade, no entanto o texto não expressaria nosso entendimento caso esta observação não se fizesse presente. Passemos então ao Projeto Laços de Família onde desenvolve-se a prática da mediação com uma atuação clara dos órgãos do Poder Judiciário.

A experiência do projeto Laços de Família em Sobral-Ce

Acompanhando este movimento da disseminação das práticas de mediação no Brasil a Defensoria Pública do Estado do Ceara e o curso de Serviço Social das Faculdades INTA estabeleceram parceria e criaram o Projeto Laços de Família em setembro de 2014.

A proposta inicial era oferecer serviços de mediação de conflitos familiares, contando com equipe interdisciplinar formada por defensores públicos, assistentes sociais e psicólogos, para população hipossuficiente do Bairro Dom Expedito- território onde esta instalada a Sede das Faculdades INTA. Ainda no primeiro ano de funcionamento, dada a procura por assistidos de outros territórios, o projeto foi estendido para atender ao município de Sobral e não mais a um território específico.

O cotidiano dos atendimentos no Projeto Laços de Família revela que a mulher tem sido a protagonista das demandas, tendo procurado o Projeto para resolver situações-

problemas que envolvem os membros do seu grupo familiar. A pesquisa realizada nos cadastros iniciais de atendimento, período de outubro/2014 a dezembro/2015 revela que 91% das pessoas que procuram atendimento no Projeto Laços de Família são do sexo feminino, demandando assim a necessidade do aprofundamento das questões referentes a gênero e relações familiares.

Dos 91% das mulheres que buscam o projeto, a maioria procura o atendimento para seus filhos.. ”Vim buscar o direito dos meus filhos” é uma das frases mais recorrentes no atendimento inicial. Necessidades como reconhecimento de paternidade, pensão alimentícia (seja para ingresso da ação de alimentos ou de execução de alimentos), guarda e divórcio são os atendimentos mais procurados pelas assistidas.

A pesquisa revelou ainda os vínculos familiares existentes entre as mulheres e o(a) outro(a) mediando(popularmente conhecido como partes), cujas relações apresentamos a seguir:

Tabela 1-Vínculo familiar entre os mediandos

Assistida que procurou inicialmente o projeto	Vínculo com a assistida	Percentual de busca
Ex-Esposa	Ex-Esposo	72%
Filha	Mãe	11%
Irmã	Irmã	11%
Sobrinha	Tia	6%

Nos casos em que a mulher procura pelo ex-esposo é muito clara que a busca pelo projeto tem como objetivo garantir direitos para seus filhos. A observação das mediações demonstra aspectos interessantes da relação entre pais e filhos que são desconstruídas(?) após o divórcio.

Os pais são os responsáveis pelo gerenciamento da constituição dos laços sociais e estruturação da criança, onde deve preponderar um vínculo de afeto. Esse decorre do direito à convivência familiar como prioridade absoluta da criança e do adolescente como previsto no artigo. 227 da Constituição Federal. A vivência no projeto nos mostra o desrespeito contínuo ao preceito constitucional. (DIAS,2011)

É muito comum ouvir a mulher se referir aos “meus filhos” e o homem aos “teus filhos” num contexto de total desresponsabilização e naturalização da ausência paterna, cabendo agora ao Estado, aqui representado pela Defensoria Pública em reconfigurar esta aproximação.

Breves Considerações Finais

Vim atrás do direito dos meus filhos.

O cotidiano dos atendimentos no Projeto Laços de Família-parceria Defensoria Pública e Faculdades INTA- em Sobral-Ce revelam o papel preponderante da mulher na busca e garantia pelo acesso à justiça em favor do direitos de seus filhos. Revela ainda a importância da mediação no exercício feminino de assumir o papel de protagonista nas decisões que envolvem os conflitos familiares através de experiências de mediação como é o caso do projeto em questão

As leituras de Giddens(2011) revelam a mulher como sujeito transformador de comportamento de seu ambiente privado na sociedade moderna, pelo fato de haver mudanças na reprodução dos padrões, convenções e hábitos tradicionais, elementos norteadores em seus relacionamentos. Modificações no papel das relações construíram novos parâmetros das responsabilidades de homens e mulheres no âmbito dos relacionamentos.

A chefia feminina tem questionado a produção de conceitos básicos sobre os papéis fixos desempenhados e naturalizados socialmente na família, na qual essas mulheres reconhecem desempenhar em concomitância as funções de pais e mães em relação aos filhos, assumindo também responsabilidades que antes eram conferidas a eles.

O Estado tem obrigado homens a cumprir seu papel de pai, a dividir as responsabilidades morais e materiais como assim preceitua a legislação. E neste contexto de ausência paterna a mulher tem sido a protagonista na busca pelos seus direitos e de seus filhos.

Os processos de divulgação do Projeto Laços de Família: conhecer para amar evidenciam a necessidade e a urgência da discussão da temática conflito familiar e, mais ainda, do lugar da mulher neste conflito e o papel do Estado e da sociedade em tempos de crise. A cada nova divulgação e apresentação do projeto para possíveis instituições parceiras e para comunidade identifica-se o interesse, o desejo das pessoas em discutir o tema e procurar soluções alternativas para o tema, seja para suas experiências pessoais, seja para a busca de solução de problemas das famílias atendidas em seus serviços. Os horizontes são largos...vislumbra-se um longo caminhar...

Referências

GUIDDENS, Antony. **A Transformação da Intimidade** - Sexualidade, Amor e Erotismo nas Sociedades Modernas. São Paulo: Editora UNESP, 2003

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**. 8.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

SALES, Lilia Maia de Moraes. “A mediação de conflitos-mudança de paradigma”. Disponível em http://www.cnj.jus.br/images/stories/movimento_conciliacao/artigos_textos/artigo_02. Acesso em 28/11/2011.

_____. **Mediare**: um guia prático para mediadores. 2.ed., Fortaleza: Universidade de Fortaleza



O QUE FAZ SER VELHO? Representações sociais da velhice

WHAT DOES BEING OLD? Social representations of old age

Ângela Roberta Lucas Leite

UFMA, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas; Áreas em que desenvolvem pesquisas: Lazer; Velhice; Políticas Públicas e Representações Sociais. Nível de formação: Graduada em Hotelaria / UFMA.

Maria do Socorro Sousa de Araújo

UFMA, Professora no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas; Áreas nas quais desenvolve pesquisas: Políticas Públicas; Representações Sociais; Política de Assistência Social e Sistema único de Assistência Social; e Pobreza. Nível de formação: Doutora em Políticas Públicas/UFMA

Resumo

O artigo foi elaborado a partir de uma pesquisa mais ampla que visa identificar as concepções de lazer acionadas por velhas e velhos integrantes do Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI) em São Luís/MA. Na pesquisa, utilizamos as ferramentas teórico-metodológicas de Pierre Bourdieu (2010, 2013) para compreensão das representações sociais. Os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas realizadas com quatorze (14) velhos e velhas, aposentados do serviço público estadual do Maranhão, no Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI) em São Luís/MA e de observação direta. Os resultados apontaram para a heterogeneidade de representações sociais que os velhos da instituição pesquisada expressaram a respeito da velhice a partir de critérios relacionados às condições etárias, psicológicas, biológicas, sociais e pessoais.

Palavras-chave

Velhice. Representações Sociais. PAI.

Abstract

The article was drawn from a larger study aimed at identifying the leisure concepts driven by old and old members of the Integrated Action Program for Retired (PAI) in Sao Luis / MA. In research, we used the theoretical and methodological tools of Pierre Bourdieu (2010, 2013) for understanding social representations. Data were collected through semi-structured interviews with fourteen (14) old men and women, retirees of the state public service of Maranhão, the Integrated Action Program for Retired (PAI) in Sao Luis / MA and direct-observation results showed to the heterogeneity of social representations that the old institution of the surveyed expressed about the old age based on criteria related to age, psychological, biological, social and personal conditions.

Keywords

Old age. Social representations. PAI.



Introdução

Na literatura brasileira, vários estudos apontam que a população do nosso país está envelhecendo rapidamente. Os estudos realizados por Camarano (2004) e Debert (2004), a partir dos últimos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam que o envelhecimento populacional, que antes era visto como uma tendência, tem-se confirmado. No censo de 2010, a população com mais de 60 anos representou 41,64% da população total, sendo que praticamente quase duplicou em comparação com o censo de 1991 (IBGE, 2011).

Esses indicadores revelam que chegar aos 60, 80, 100 anos ou mais tornou-se uma realidade possível para muitos brasileiros, principalmente pelos avanços gerados na medicina, na tecnologia e por iniciativas do Poder Público (CAMARANO, 2004). Embora a constatação desses dados não seja o suficiente para avaliar as condições de vidas dessas pessoas (já que todos vivenciam sua velhice de formas distintas, sejam por conta de fatores como diferenciações de gênero, classe social, educação, composição familiar e interações sociais), eles direcionam o processo de formulação e implementação de políticas públicas de enfrentamento de dificuldades conforme o quantitativo populacional deste segmento.

Tendo em vista as transformações da composição etária da população brasileira, neste artigo, que faz parte da pesquisa de mestrado intitulada “**VELHICE(S) E LAZER(ES):** a representação do lazer por velhos (as) integrantes do Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI) em São Luís/MA”, buscamos por meio da análise discursiva, compreender a percepção que os velhos, aposentados do serviço público estadual do Maranhão, apresentam a respeito da velhice. A proposta é analisar representações de velhice como critério de identificação social – região², no contexto do Programa de Ação

² Para Bourdieu (2010, p. 114), a região é um: “... princípio da di-*visão*, ato mágico, quer dizer, propriamente social, de *diacrisis* que introduz por decreto uma descontinuidade decisória na continuidade natural (não só entre as regiões do espaço, mas também entre as idades, os sexos, etc.).”

Integrada para o Aposentado (PAI)³, no município de São Luís, Maranhão. Assim, propusemo-nos a realizar este estudo buscando responder a seguinte questão: como os homens e mulheres velhos percebem e representam a velhice em suas vidas? O intuito deste questionamento é tentar identificar neste grupo social de entrevistados o significado de velhice, quando ela começa e quais critérios são acionados para sua classificação.

No que diz respeito aos critérios de definição dos informantes, optamos pelos seguintes: pessoas de ambos os sexos aposentadas da Administração Pública Estadual, que frequentam as atividades desenvolvidas pelo PAI, no mínimo há 1 ano sem interrupções. Assim, foram entrevistados 14 pessoas, sendo cinco homens e nove mulheres. Na sua maioria, os entrevistados tem idade entre 70 e 79 anos, são solteiros, possuem nível de formação superior, vivem com a renda de um salário-mínimo⁴ e frequentam o PAI entre 1 à 5 anos interruptos.

A definição do número de sujeitos entrevistados se deu pela saturação qualitativa, ou seja, pela repetição dos dados, quando as informações obtidas não apresentavam novos conteúdos relacionados à temática. Os dados foram coletados entre os meses de agosto a dezembro de 2015, no PAI, e em algumas eventualidades, fora do mesmo, em reuniões dos grupos, encontros comemorativos e apresentações socioculturais.

Na perspectiva de preservação da identidade do(a)s entrevistado(a)s adotamos nomes fictícios, que correspondem à nome de estrelas (astros que possuem luz e brilho próprios), fazendo analogia ao brilho que reluz das pessoas velhas, que por sua vez, refletem a vontade de viver esta fase da vida em sua plenitude, bem como de estar na companhia de outras pessoas da mesma idade ou de outras gerações. Deste modo, a analogia proposta remete o brilho de uma estrela à energia e a força existencial que

³ Vinculado à Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (SEGEP) do Governo do Estado do Maranhão, o PAI atende aposentados, pensionistas e pessoas dos clubes da melhor idade.

⁴ Consideramos para efeitos dessa pesquisa, o valor do salário-mínimo de R\$ 788,00 estabelecido pelo Ministério da Previdência Social desde 01/01/2015 (dados extraídos do Portal: <<http://www.previdencia.gov.br/>>. Acesso em: 21. 12.2015).

emanam dos velhos e velhas frequentadores do PAI, isto significa que, brilho estaria relacionado à condição de ser velho ou velha. Para a análise das entrevistas utilizamos a técnica que consiste em identificar nas falas do(a)s entrevistado(a) os distintos critérios acionados para representação da velhice.

As representações sociais da velhice

Ser velho ou ser idoso: a representação de si

A representação da velhice apoia-se em critérios de classificação social, que possibilitam determinar em que momento as pessoas são consideradas velhas. À medida que agentes ou instituições sociais adotam esses critérios como distinção social, impõem-se de forma arbitrária uma definição de velhice.

Compreender como vem se constituindo as nuances das representações sociais a respeito da velhice é ter como ponto de partida o entendimento que seus conceitos e significados assumem diversas maneiras de pensamento, a depender do conhecimento que os grupos sociais elaboram e utilizam para lidar com a velhice como objeto social. Diante disso, a categoria velhice, oriunda das representações apreendidas e organizadas simbolicamente por indivíduos ou grupo social, de uma determinada região, em determinados momentos da história, deve ser explicitada para que não se cristalize como verdade absoluta, incontestável (BOURDIEU, 2010).

Pensar a velhice no PAI significa compreender como são constituídas essas relações de e pelo poder para legitimá-las, isto é, o que faz uma pessoa ser considerada velha pelos agentes sociais e que critérios são adotados por estes para representar a categoria velhice. É necessário, portanto, desvelar a relação de posse, de apropriação dessas representações



por seus possuidores (BOURDIEU, 2010), levando em consideração a noção de campo ⁵e *habitus*⁶.

A partir do que fora exposto, acreditamos que as representações de velhice dependem de como ela é vivenciada por velhos e velhas e que não acontecem apenas nas bases objetivas, ou seja, no tempo – espaço do campo social, mas do *habitus*, ou seja, os aspectos subjetivos como as atitudes, os gostos, as preferências e os estilos de vida desses sujeitos.

Quando da realização da pesquisa, ao serem questionados sobre o que compreendem como velhice, como se autodenominam e como vivenciam sua velhice no PAI, alguns entrevistados negaram a denominação de velhice, por acreditarem estar carregada de sentidos pejorativos e depreciativos, conforme depoimento a seguir:

“Sou um idoso experiente pelo tempo. Não gosto de ser chamado de velho. Velho é mais cansativo, dá ideia de não poder mais fazer as coisas”. (Sr. Achernar).

A negação ou recusa da ideia de velhice está relacionada aos preconceitos, discriminação e estereótipos gerados acerca da velhice nas sociedades no decorrer dos tempos, as quais tendem a massificar a negação da velhice. A visão negativa associada à velhice nos remete a ideia de um ser improdutivo, incapaz de trabalhar e de realizar suas tarefas, semelhante ao que se produzira na Revolução Industrial, quando a velhice representara a perda da força de trabalho, o velho já não era produtor, nem reproduzidor (BOSI, 2001).

⁵ Bourdieu (2010, p.135), descreve o campo como: espaço social multidimensional de posições tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas cujos valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes: os agentes distribuem-se assim nele, na primeira dimensão, segundo o valor global do capital que possuem e, na segunda dimensão, segundo a composição do seu capital – quer dizer, segundo o peso relativo das diferentes espécies no conjunto das suas posses.

⁶ A respeito do *habitus*, Bourdieu (2013, p. 87), o concebe como: sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los.

A ideia do indivíduo velho, que passa a ser tratado como um objeto, algo sem valor, também foi identificada no depoimento da Sra. *Canopus*: “Não gosto de ser chamada de velha. É como se eu vivesse relaxada, que não me cuidasse”. Sou uma pessoa idosa”. (Sra. *Canopus*).

Neste relato, a concepção de velho remete a pessoa que não se cuida, relaxada. Essa imagem tornou-se comum nas sociedades atuais, onde a “cultura que se tem que é da velhice infeliz” (ZIMERMAN, 2000, p. 28). Para muitas pessoas, quando se fala em velho a imagem que vem à mente é a “de um sapato gasto, furado, que não serve para mais nada” (ZIMERMAN, 2000, p. 28).

A velhice, neste caso, cabe também a imagem de decrepitude e ridicularização semeada no período Renascentista, onde os velhos eram comparados a cadáveres e farrapos humanos (BEAUVOIR, 1990).

Esse modo de pensar reflete o estereótipo negativo criado sobre velhice e velhos e a valorização do ser idoso, como uma pessoa que “curte a vida”, “adora viver”, “tem sonhos, objetivos” e “busca sempre a felicidade”. No Brasil, a partir dos anos de 1960, os termos velhice e velho foram paulatinamente substituídos pelo termo idoso (PEIXOTO, 2007), tornando-se legítimos na visão estereotipada. Essa substituição de *deu* em virtude do termo velho está relacionado à ideia daquele sem status social, sem trabalho e desassistido pelo Estado (PEIXOTO, 2007). Já a imagem criada da velhice a partir do termo idoso expressaria uma visão positiva, respeitosa e ativa, contrapondo-se a de velho.

Contudo, nem todo velho entrevistado elabora a imagem da velhice de forma negativa. Os resultados da pesquisa demonstram que as concepções velhice e velho são também percebidas positivamente e aceitas, conforme explicita a fala a seguir:

“Eu sou velha! eu visto a camisa e digo que sou velha!”. (Sra. *Capela*)

O reconhecimento de si, da sua condição de velho, já é o primeiro passo para desnaturalizar essas ideias preconcebidas e estereotipadas acerca da velhice. “A pior coisa é renegar o que você é”, conforme palavras do entrevistado Sr. *Spica*. Não existe defeito

em ser o que é, ser velho é uma forma de empoderamento, de resistência às mudanças impostas pela sociedade arraigada por concepções pejorativas e preconceituosas.

A negação ou a afirmação de uma concepção depende muito da filosofia de vida de cada um, dos valores pessoais e sociais, construídos durante toda a vida. Na opinião de Mercadante (2004), a velhice é uma condição heterogênea, o que torna o processo de envelhecimento, o envelhecer diferente para cada indivíduo.

O que determina ser velho? As múltiplas concepções de velhice

Os critérios que determinam o ser velho são apontados nos discursos de velhos e velhas entrevistados nesta pesquisa, sendo os mais visualizados os critérios cronológicos, biológicos, psicológicos e pessoais. Assim, quando questionados acerca de que é velhice e quais critérios determinantes para considerar uma pessoa como velha, muitos explicitam através de suas próprias histórias de vida.

É o caso do Sr. *Spica*, que explicita a representação que tem velhice a partir da sua própria vivência, em que também percebemos o critério da idade cronológica: “A velhice é determinada pela idade. No dia que completei 65 anos, no dia do meu aniversário, eu dei entrada na minha carteira. Hoje eu sou oficialmente idoso”. (Sr. *Spica*).

Na concepção do Sr. *Spica* a idade em que se percebeu como velho foi quando completou 65 anos de idade, já que esta data ficou marcada com a retirada da carteira de idoso, permitindo assim que o entrevistado tirasse sua carteira de passe-livre, que possibilita gratuidade nos transportes públicos de São Luís.

Dessa forma, o critério utilizado pelo entrevistado Sr. *Spica* é o cronológico: que caracteriza a idade da pessoa a partir dos dias, meses e anos de vida que possui (SCHNEIDER; IRIGARAY, 2008). Na maioria dos casos, as instituições governamentais elaboraram políticas públicas levando em consideração este critério. No Brasil, por exemplo, o Estatuto do Idoso estabelece a idade de 60 anos como um marco cronológico para a velhice. Já o Benefício de Prestação Continuada (BPC), que integra a Proteção Social



Básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), estabelece como critério de garantia para esse benefício a idade mínima de 65 anos.

Contudo, o critério idade não é visto por todos os entrevistados como marcador da velhice. O Sr. *Antares* não se reconhecia como velho, ainda que apresentasse a idade de 69 anos, ou seja, negava que a sua idade não o fazia aparentar ser velho. Somente ao ser reconhecido na condição de velho, aos olhos de outra pessoa, o fez ver como tal, conforme explicita:

Eu estava em uma fila do banco, quando uma pessoa chegou perto de mim, pegou na minha mão e me levou pra fila de idosos. Eu já tinha 69 anos. Foi ai que eu disse: eu já to ficando velho mesmo. (Sr. *Antares*).

O depoimento dele nega e ao mesmo tempo afirma a idade que o seu corpo assume em função do tempo. Nega porque ele, mesmo com 69 anos até então não se sentia velho, tanto que não estava na fila para o atendimento preferencial; porém, só se deu conta quando alguém o conduziu para a fila, o que fez com que se reconhecesse como velho através da idade que lembrou ter. Diante deste episódio, observamos que o critério biológico fora acionado a partir do momento que a idade é determinada pela aparência física que o corpo demonstra. Os aspectos físicos e biológicos como critérios de identificação da velhice são ressaltados pelo entrevistado Sr. *Antares*, ao mencionar que a sua aparência despertou na atendente de uma agência bancária a noção de que estava velho. O envelhecimento celular, à medida que a idade avança, pode trazer complicações que afetam a saúde e fazer diminuir as probabilidades de sobrevivência. Assim, alguns estabelecem relação velhice e doença e enfatizada no depoimento a seguir:

“Velhice está relacionada a doença, Quanto mais você está doente, mais velha fica”. (Sra. *Rigel*).

Silva (2006) relaciona as idades biológica e cronológica em função do envelhecimento celular e o surgimento de perturbações da saúde. Todavia, a autora destaca que o envelhecimento celular não é um processo idêntico para todos, já que os organismos são diferentes entre si, e portanto, a velhice como qualquer outra fase da vida, pode ser acometida por doenças ou não. Na verdade, muito dessas doenças consideradas

da “velhice” manifestam-se com maior intensidade nesta fase, mas em certos casos, elas já existiam anteriormente, com menor intensidade (SILVA, 2006).

As doenças que os velhos venham a desenvolver nesta fase da vida, podem estar também associadas a problemas psicológicos. A definição de velhice a partir do critério psicológico está relacionada a qualidade de vida emocional, afetiva e intelectual do indivíduo velho. A solidão, muitas vezes enfatizada pelos entrevistados, é um fator desencadeador para várias alterações psicológicas, como lapso de memória, diminuição de rendimento intelectual, depressões, obsessões e um possível quadro de demência (COSTA, 1998; HALES; YUDOFISKY; GABBARD, 2012).

Entretanto, não existe uma forma exata de determinar quando começa a velhice através de aspectos biofisiológicos ou corporais, pois tais “marcadores” são ineficazes para delimitar o processo de envelhecimento. Há ainda de se considerar a influência da subjetividade do velho e sua relação com a velhice, ou seja, a avaliação que cada um faz de seu envelhecimento em comparação a outros indivíduos de mesma idade (NETTO; BORGONNOVI, 2005).

A Sra. *Aldebaran* ressalta em sua fala que a idade que tem, assim como o fato de denominada de velha ou idosa, não a incomoda, pois o importante é o que ela sente: “Eu não me incomodo de ser chamada de velha, idosa ou da terceira idade, o que é importante é o que eu sinto”. (Sra. *Aldebaran*).

Neste caso, a idade da Sra. *Aldebaran* está ligada às suas vivências internas, isto é, refere-se a idade que a pessoa sente no seu interior, é a sensação íntima de ser e estar com menos ou mais idade do que a real, ou seja, “é aquela que a própria pessoa determina, que o seu espírito sente, em que a sensação de estar com idade respectiva é mais forte do que qualquer ruga na face” (COSTA, 1998, p. 33).

Para além das dimensões cronológica, biológica, psicológica e pessoal, a velhice deve ser também entendida a partir da dimensão sociocultural. A idade social diz respeito à avaliação do grau de adequação de um indivíduo ao desempenho dos papéis e dos comportamentos esperados para as pessoas de sua idade, num dado momento da história

de cada sociedade (NERI, 2001). Os papéis sociais adotados pelo indivíduo (e em algumas situações, impostos pela sociedade em que vive) direcionam seu lugar na sociedade de acordo com o dado momento histórico. Com isso, tornam-se mutáveis à medida que se envelhece.

É na velhice, por exemplo, que muitas velhos assumem os papéis de aposentados. Para os velhos, a aposentadoria pode representar desde um sentimento de perda, de início da velhice e de aproximação da finitude, até uma nova fase da vida, na qual as atividades de lazer são consideradas centrais pelo velho-aposentado e ocupam um lugar importante em sua vida e no uso do seu tempo (SANTOS, 1990). Na fala do Sr. Antares é possível observar que a aposentadoria não foi considerada uma conquista e sim uma perda, consoante ressalta:

Me obrigaram a aposentar. Perdi muito do meu salário. A idade chegou e o tempo de trabalho ficou para trás. Eu não ganhava mal, mas dava pra viver. Eu acho ruim essa palavra aposentado!. (Sr. Antares).

Desta maneira, ao falar em aposentadoria, não podemos deixar de associá-la às mudanças (real e concreta) na vida do indivíduo velho, principalmente quando há ruptura com o mundo do trabalho. Segundo Santos (1990), ao se aposentar, o velho pode se deparar com um misto de sentimentos –solidão, angustia, alívio, felicidade, tristeza, desespero, dentre outros. Nesse processo cabe ao velho reconstruir sua identidade no novo momento da vida e atribuir novos significados para o tempo que irá ocupar e aos espaços que irá frequentar.

Conclusão

No intuito de encontrar respostas para as inquietações iniciais sobre as distintas formas de vivenciar a velhice no PAI, acreditamos que compreender como esse(a) velho(a) (ou idoso(a) para os que preferem essa concepção) se reconhece e reconhece o seu próximo, foi um dos grandes desafios.

Neste sentido, os relatos demonstraram que os termos velhice, velho e idoso referem-se a certos valores sociais dos quais são incorporados no decorrer de vida dos entrevistados. O *habitus* dos velhos entrevistados torna-se princípios geradores e organizadores das representações que os expressam a respeito da velhice, conseqüentemente, reflete o modo como eles vivenciam suas velhices no PAI e como se percebem (ou não) na condição de velhos.

Ao negarem a concepção de velho e afirmarem condição de ser idoso, observamos que certos entrevistados não se aceitam como velho e utilizam-se do termo *idoso* para mascarar seu próprio envelhecimento. O reconhecimento de si, da sua condição de velho, fora também detectado nos relatos dos entrevistados. Esta forma de pensar, ao nosso ver, é o primeiro passo para desnaturalizar essas ideias preconcebidas e estereotipadas acerca da velhice, uma vez que não existe defeito em ser o que é, ser velho é uma forma de empoderamento, de resistência às mudanças imposta pelas sociedades no decorrer dos anos.

Assim, a concepção de velhice deve ser estudada e entendida na ótica da pluralidade, tomando para análise os vários conceitos produzidos a partir dos critérios cronológicos, biológicos, psicológicos, pessoais e socioculturais. Esses critérios, por sua vez, possibilitam compreender como se constrói os esquemas interpretativos da realidade social da velhice, ou seja, como os indivíduos ou um grupo social de uma determinada região apreendem os critérios de distinção social (condições etárias, psicológicas, biológicas, sociais e pessoais) e os organizam simbolicamente para representar a realidade social, conseqüentemente, a concepção de velhice.

Referências

BEAUVOIR, Simone. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade:** lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** 13 ed. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 2010.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático.** 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CAMARANO, Ana Amélia. (Org.). **Muito além dos 60:** os novos idosos brasileiros. Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

COSTA, Elisabeth Maria Sene. **Gerontodrama:** A velhice em cena: estudos clínicos e psicodramáticos sobre o envelhecimento e a terceira idade. São Paulo: Ágora, 1998.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice:** Socialização e Processos de reprivatização do envelhecimento. 1ªed. São Paulo: FAPESP, 2004.

HALES, Robert E.; YUDOFKY, Stuart C.; GABBARD, Glen O. **Tratado de Psiquiatria Clínica.** 5. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sinopse do Censo demográfico 2010.** Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

MERCADANTE, Elizabeth Frohlich. A contrageneralização. In: **Revista Kairós**, São Paulo. v.7, n.1,p.197-199, jun.2004.

NERI, Anita Liberalesso. **Desenvolvimento e envelhecimento:** perspectivas biológicas e sociológicas. Campinas, SP: Papirus, 2001.

NETTO, Matheus Papaléo; BORGONNOVI, Nelson. Biologia e Teorias do Envelhecimento. In: NETTO, Matheus Papaléo. **Gerontologia:** a velhice e o envelhecimento em visão globalizada. São Paulo: Atheneu, 2005.

PEIXOTO, Clarice. Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velhos, velhote, idoso, terceira idade. In: BARROS, Miriam Morais Lins de (Org.). **Velhice ou terceira idade?** Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: Editora, FGV, 2007.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Identidade e aposentadoria.** São Paulo: EPU, 1990.

SCHNEIDER, Rodolfo Herberto; IRIGARAY, Tatiana Quarti. **O envelhecimento na atualidade: aspectos cronológicos, biológicos, psicológicos e sociais.** Estudos de

Psicologia, 25(4), pag. 585-593. Outubro - dezembro 2008. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v25n4/a13v25n4.pdf>>. Acesso em: 21.02.2015.
SILVA, Maria Ester Vaz da. **“Se fosse tudo bem, a velhice era boa de enfrentar!”**
Racionalidades leigas sobre envelhecimento e velhice - um estudo no Norte de Portugal.
Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Aberta, Lisboa, 2006.

ZIMERMAN, Guite I. **Velhice: Aspectos Biopsicossociais.** Porto Alegre: Artmed, 2000.

A DOMINAÇÃO MASCULINA: cultura, gênero e violência doméstica no contexto indígena

MALE DOMINATION: culture, gender and domestic violence in the indigenous context

Gerusa Cruz Sobreira | E-mail: gellsobreira@gmail.com

Pedagoga, Mestranda em Educação e Contemporaneidade – Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da pela Universidade do Estado da Bahia – PPGEDUC/UNEB; Bolsista da FAPESB; Integrante do Grupo de Pesquisa: Violência, Território e Direitos Humanos da Universidade Federal do Sul da Bahia – UFSB/CNPq.

Resumo

O presente artigo, fruto de pesquisas de campo, objetiva refletir sobre as políticas públicas para o enfrentamento à violência doméstica contra a mulher no contexto das populações indígenas, tomando como exemplo o caso de algumas etnias e suas implicações, uma vez que podem apresentar um caráter colonizador ao não analisar a pluralidade cultural presente no território brasileiro.

Palavras-chave

Violência doméstica. Mulheres. Povos indígenas. Pluralidade cultural.

Abstract

This article, a product of my scientific research, has the objective reflect about the public policies for dealing against the domestic violence against the women in the indigenous people community, taking as an example the cases of some ethnics groups and their implications, as they may present a character colonizer to not analyze the cultural diversity present in Brazil.

Keywords

Domestic violence. Women. Indigenous people. Cultural plurality.

Introdução

Tratar da temática indígena incorre num diálogo com a antropologia, uma vez que essa se debruça sobre o estudo do ser humano, prioritariamente dos que pertencem a



grupos sociais distintos dos que integram a civilização ocidental. Laplatine (1987) ao destacar o papel da antropologia e seu objeto de estudo, já adverte para o desaparecimento das sociedades “primitivas”, uma vez que elas não estão imunes ao desenvolvimento social.

É preciso destacar, contudo, que para além da evolução das sociedades, os povos indígenas também sofreram tentativas veladas de integração às sociedades nacionais. No caso brasileiro, antes dessas tentativas de integração houve uma série de massacres contra esses povos e que compuseram uma necropolítica – onde se decidia sobre quem tinha direito à vida e quem merecia morrer, não apenas fisicamente; e dentro desse processo de dominação, encontramos a dominação linguística/lusofonização – que significa proibição de falar as línguas maternas que é um patrimônio cultural dos povos – trabalho escravo, dentre outros.

Assim, as diferentes políticas governamentais visavam aculturar, domesticar e integrar os povos indígenas à sociedade brasileira. E esse processo só foi atenuado por força das mobilizações indígenas ocorridas na década de 1970 e 1980, culminando com a aprovação do Capítulo VIII (Art. 231 e 232) da Constituição Federal (1988) que garante direitos de auto-organização, reconhecimento da cultura e da língua e direito às terras que tradicionalmente ocupam, desta forma fica assegurado o direito a sua autodeterminação.

Diante disso, a questão que emerge nesse trabalho diz respeito ao processo de autodeterminação dos povos indígenas diante da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha) e como os povos indígenas enxergam as questões de gênero dentro de seu contexto. Outra questão invisível que é preciso trazer à tona é: discutir os papéis de gênero dentro dessas comunidades à luz do feminismo ocidental não estaria contribuindo para a fragilização das tradições dessas comunidades e o conseqüente desaparecimento do objeto empírico da antropologia?

GÊNERO: múltiplos olhares sobre o mesmo fenômeno

No seio da sociedade existe um padrão definidor do que é ser homem e do que é ser mulher e os papéis atribuídos a eles, os quais devem atuar e não fugir do *script* formulado por esta sociedade. E quando falamos em *script* de gênero (analisando a questão sob a perspectiva binária), nos remetemos aos estereótipos traçados para homens e mulheres que incluem a virilidade e a fragilidade, respectivamente. Esses comportamentos são facilmente atribuídos ao determinismo biológico, no entanto, a antropologia questiona essa racionalidade e aponta a endoculturação como responsável por esse *script* de gênero, ou seja: comportamentos introjetados (LARAIA, 1986).

Partindo de um pensamento ocidental, podemos afirmar que gênero é, de acordo com Madeira e Costa (2002),

[...] uma categoria que não trata de diferença sexual, mas sim de relação social entre mulheres e homens entendendo como se constrói enquanto sujeitos sociais. Tal categoria não se caracteriza apenas como analítica e descritiva, é também histórica. Dessa forma, a categoria gênero surge a fim de dar conta da discussão acerca da subordinação da mulher, sua reprodução e as várias e diversas formas que sustentam a dominação masculina na sociedade, através da desigualdade de gênero imposta. (Madeira e Costa, 2002, p.83)

Como já afirmamos, desde o nascimento, são introjetados, nos seres humanos, roteiros de comportamento, nos quais homens e mulheres devem atuar, fazendo com que haja a reprodução desse comportamento a ponto de não ser percebido muitas vezes pelos atores sociais, ou seja, operando através de estruturas visíveis e invisíveis. Sobre isso, afirma Bourdieu (2014, p. 21)

A divisão entre os sexos parece estar na ordem ‘natural das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas ‘sexuadas’), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas de percepção, de pensamento e de ação.

Carneiro (2003, p.118) nos chama a atenção que “em conformidade com outros movimentos sociais progressistas da sociedade brasileira, o feminismo esteve, também,

por longo tempo, prisioneiro da visão eurocêntrica e universalizante das mulheres.”. Portanto, partindo para outra perspectiva sobre as questões de gênero, Almeida (2010, p.17) afirma que “cada sociedade constrói padrões de comportamento para o masculino e o feminino que extrapolam as diferenças sexuais, biológico-genéticas e organizam valores, normas e privilégios diferenciados”. Assim, Saffiotti (1987 *apud* Almeida 2010) chama a atenção para que no contexto das comunidades indígenas os papéis de gênero têm uma dimensão diferente da adotada na sociedade “civilizada”.

Corroborando com esse pensamento, Lea (1994) argumenta que entre os Mebengokre (conhecidos como Kayapó), as relações de gênero se produzem de forma assimétrica. No entanto, não é possível reduzir as mulheres dessa etnia à condição de subordinação, opressão e dominação masculina. Algumas cenas descritas pela autora dão conta de que há momentos que as mulheres indígenas atuam com mais protagonismo e outros que os homens são quem atuam; há a predominância de diversos rituais ligados ao sexo entre esse povo; e também nos mostra que quando as mulheres estão mais velhas e, para eles, mais sábias, há uma espécie de desaparecimento da sexualidade. Essa autora argumenta que há

Uma forte evidência contra uma caracterização globalizante dos gêneros Mebengokre é o fato de que a idade tende a dissolver a distinção entre os dois sexos. As velhas são tidas como tão sábias quanto os homens. [...] quando as mulheres tornam-se avós, detêm o mesmo prestígio que os avós, e até falam em reuniões importantes na casa dos homens. É como se a sexualidade se evaporasse na velhice, dissolvendo a distinção entre homens e mulheres. Há um ciclo: na primeira infância o tratamento dispensado a ambos os sexos é praticamente neutro com respeito ao gênero. De uns dois anos de idade em diante até a velhice, a distinção sexual é acentuada; mas, no final da vida, esta separação acaba. (*idem*, p.99-100)

Assim, a autora propõe enxergar as relações de gênero não apenas do ponto de vista totalizante, onde há a opressão da mulher em todas as sociedades existentes. Contudo, ela não invalida o debate sobre a dominação masculina: ela introduz o pensamento do povo Mebengokre e apresenta o emaranhado de relações humanas que formam a cultura.

Porém, Souza e Cemin (2010) ao tratarem da situação das mulheres indígenas de Rondônia apontam que o contato com a cultura não-indígena interfere profundamente no olhar dessas mulheres sobre o que é gênero, assimila posições da cultura patriarcal ocidental e altera o papel da mulher nas sociedades indígenas. Dessa forma,

[...] o patriarcado é mais forte na sociedade ocidental, pois mesmo que se admita desigualdade, e não apenas divisão complementar de trabalho entre homens e mulheres nas sociedades indígenas, a sociedade ocidental seria menos igualitária no que diz respeito às relações sociais de gênero. (*idem*, p. 03)

Milhomem (2010) afirma que no povo Xerente, apesar do contato interétnico, ainda há a predominância cultural dos casamentos “arranjados” e que os homens dessa etnia ainda acreditam que as mulheres são seres frágeis quando se trata da esfera pública, embora reconheçam que são mais responsáveis com os compromissos profissionais e familiares. De qualquer forma, no contexto dos Xerente que vivem no Estado do Tocantins, as identidades desse povo

São estruturadas nas relações de poder que se estabelecem entre homens e mulheres, nas quais à mulher cabe, geralmente, a posição de comandada, submissa, de ser a única e exclusivamente a responsável pelos desentendimentos familiares, oprimida e tantas outras adjetivações que a situam num plano inferior ao dos homens. (*idem*, p. 59)

Percebemos, aqui, que os diferentes povos indígenas percebem as questões de gênero sob diferentes prismas, porém o contato com a sociedade envolvente tem alterado consideravelmente esses olhares e fazendo com que essas sociedades caminhem para a adoção do pensamento ocidental como o verdadeiro e universal.

PATRIARCADO: um pilar da violência contra as mulheres

Antes de iniciar esse tópico é preciso esclarecer que a opção por usar o termo “patriarcado” deve-se ao fato de entendê-lo como um sistema normativo que confere aos homens poderes, oprime e viola os direitos humanos nas mais diferentes esferas das relações sociais, sobretudo ao determinar os papéis de gênero na sociedade. Morgante e

Nader (2014) advogam a ideia de que o patriarcado abrange dois termos que são “a dominação e a exploração das mulheres, que estão estreitamente interligados” (p.08). Narvaz e Koller (2006) dizem que nem todas as sociedades eram patriarcais e muitas sociedades primitivas organizavam-se em torno das mulheres, contudo com o avanço das forças produtivas e a descoberta da importância do sexo masculino para a reprodução da espécie, as relações de gênero começam a ganhar contornos mais definidos e as relações amorosas ganham um caráter monogâmico. A questão central dentro da análise marxista, da qual as autoras comungam, centra-se na propriedade privada e na garantia de que as crianças nascidas eram legítimas herdeiras do patrimônio, portanto

O corpo e a sexualidade das mulheres passaram a ser controlados, instituindo-se então a família monogâmica, a divisão sexual e social do trabalho entre homens e mulheres. Instaura-se, assim, o patriarcado, uma nova ordem social centrada na descendência patrilinear e no controle dos homens sobre as mulheres. (*idem*, p. 50)

Como vimos, na sociedade Xerente ainda existem casamentos arranjados pelos pais e isso caracteriza o patriarcado tradicional, onde o poder do pai predomina sobre todas as coisas, porém com o advento da sociedade moderna essa estrutura começa a se alterar e o poder sobre as mulheres passa para as mãos dos homens com quem elas mantêm relações afetivo-sexuais, caracterizando o patriarcado moderno. Apesar dessa análise, não se pode reduzir o patriarcado às relações afetivo-domésticas e, por isso, no início desse tópico optou-se por conceituá-lo como um sistema perverso e que é um vetor de disseminação da cultura da submissão das mulheres aos homens e que autoriza a violência como punição para as mulheres que ousam transgredir/contestar esse sistema.

A violência contra as mulheres é um problema social antigo e que ultrapassa as fronteiras nacionais, religiosas, econômicas, raciais e étnicas e que apesar de estar sendo enfrentado, ainda é uma dura realidade. Este fenômeno histórico-cultural, heterogêneo e multifatorial encontra-se respaldado na ideia de submissão feminina e que opera através de diversos mecanismos. Dessa forma, nos aproximamos dos estudos de Durkheim (2012) que abordam o conceito de fato social como formas de pensar e agir que envolvem a

coercitividade, a exterioridade e a generalidade. Logo, o fenômeno da violência, como fato social, opera com essas três características e está para além do conceito de crime e agressão física, manifestando-se de forma física ou simbólica (estruturas visíveis e invisíveis), sobretudo nas relações sociais de desigualdade. Logo, fica evidente que o fenômeno da violência contra a mulher é, sobretudo, uma manifestação da violência simbólica, onde o homem ocupa lugar central entre os gêneros, impondo autoridade moral e de poder sobre as mulheres e que devido a esse enraizamento na cultura da sociedade capitalista, já foi naturalizada pelos seus membros (BOURDIEU, 2014).

Narvaz e Koller (2006b) afirmam que a violência contra as mulheres é uma manifestação de poder e que “acarreta sérias e graves consequências não só para o seu pleno e integral desenvolvimento, comprometendo o exercício da cidadania e dos direitos humanos, mas também para o desenvolvimento socioeconômico do país” (p. 08), portanto não se trata mais de uma questão privada, uma vez que atinge a integridade das mulheres, logo seus direitos enquanto seres humanos.

Ao localizar a violência contra a mulher no âmbito doméstico é preciso citar o advento da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06) como um grande avanço do movimento feminista e que representa sua primeira grande conquista no Século XXI; essa lei tem o objetivo de coibir as múltiplas violências (física, psicológica, patrimonial, moral e sexual) que ocorrem nas relações domésticas e que atingem, principalmente, as mulheres.

Conforme já observamos, os povos indígenas não estão imunes aos avanços da sociedade, portanto já é possível visualizar a adoção de diversos comportamentos da nossa sociedade, o que acarreta numa mudança cultural. E nesse sentido, a cultura machista da sociedade ocidental já está impregnada nas comunidades indígenas e manifesta-se sob a forma de violência doméstica contra as mulheres.

Souza, Aleixo e Ruffeil (2010) afirmam que no contexto indígena, a motivação da violência doméstica contra as mulheres é o resultado da embriaguez masculina, mas não pode ser encarado como o único motivo, uma vez que as sociedades indígenas se

estruturam de diferentes formas. Sobre bebidas alcoólicas, Lasmar (2005, p. 204 apud SOUZA *et al*, 2010, p.06) afirma que

[...] o estado de embriaguez é citado como a maior causa da violência doméstica e fonte permanente de conflito entre marido e mulher. As mulheres reclamam que, quando alcoolizados, seus maridos mostram-se irascíveis e agridem-nas pelos motivos mais banais. Qualquer coisa parece ser motivo para que o marido ébrio as hostilize ou machuque. Por isso, a cachaça é vista como uma bebida altamente danosa à harmonia doméstica.

Barroso (2012), falando do povo Sateré-Mawé, afirma que casos de violência física, psicológica e sexual são corriqueiros entre as mulheres indígenas e isso é perceptível ao ouvir suas histórias de vida. Embora elas não dominem esses conceitos presentes do corpo da Lei Maria da Penha, elas sentem as manifestações da violência em sua vida e apresentam um elemento novo: a traição conjugal também é considerada uma violência.

A autora (*idem*, p. 146) ainda nos diz que para as mulheres indígenas “a violência contra elas apresenta-se como um fenômeno social de múltiplas significações que, para sua maior compreensão, precisa de novos conceitos relacionados às diferenças culturais”. Diante desse dado apresentado, conforme evidenciou-se acima, as questões relativas à monogamia são provenientes da sociedade capitalista e interferem no controle do corpo feminino, sobretudo. No caso do contexto indígena, a adoção desse comportamento é fruto de contatos com missões cristãs, logo com a própria sociedade envolvente. Assim, a transgressão à norma é duramente reprimida quando diz respeito à mulher e suavizada e muitas vezes estimulada quando se refere ao homem, no contexto intraétnico e interétnico.

Durante um curso de formação promovido pela Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM/BA, em dezembro de 2015, no município de Porto Seguro – BA, para tratar de temas relativos às mulheres, do qual participei em visitas para a pesquisa de campo, ficou evidente na fala de uma indígena da etnia Pataxó que a violência doméstica contra as mulheres é um problema grave para a etnia, que necessita de atenção especial e guarda relação íntima com a ingestão de bebida alcoólica. Na ocasião, a indígena disse que há um enigma em relação à responsabilidade legal sobre a punição que deve ser dada ao indígena,

pois quando recorrem à Polícia Militar – PM e Polícia Civil – PC a responsabilidade é delegada à Polícia Federal – PF e à Fundação Nacional do Índio – FUNAI e acaba caindo no esquecimento burocrático e gerando a certeza da impunidade do agressor. Diante desse relato, concordamos com Kuxuyana e Silva (2008) quando dizem que há uma falta de informação sobre a Lei Maria da Penha no contexto indígena e mais: isso está além das próprias comunidades. Os próprios órgãos oficiais não estão preparados para lidar com a violência doméstica dentro das comunidades praticadas por parceiros indígenas e não-indígenas.

Castilho (2008) corrobora com a tese de que a questão da violência doméstica guarda relação com o abuso de álcool por parte dos parceiros das mulheres indígenas que podem ser indígenas e não-indígenas. Ela também chama a atenção para o direito de autodeterminação desses povos que podem usar ou não a lei, ou seja, existe uma lei interna (onde o Cacique ou a Cacica atuam como mediador/a dos conflitos, delegado/a e juiz/a) e a lei externa (onde é o Estado que legisla, através do seu aparato institucional).

Conclusão

Tendo em vista que cultura não é algo estático e que os diálogos entre as diferentes sociedades interferem na constituição das identidades dos sujeitos, temos a introdução da cultura machista nas comunidades indígenas e que se apresenta de diversas formas entre as diferentes etnias brasileiras.

O machismo, assim como na sociedade ocidental, é um vetor de proliferação da violência contra as mulheres, sobretudo a violência doméstica. A violência doméstica é ainda mais grave porque uma grande parcela de homens acredita ter direito de posse sobre as mulheres e, assim, ela pode ser usada de inúmeras formas pelo seu dono e isso é legitimado e reforçado por outros indivíduos que não acreditam ser necessário fazer qualquer intervenção, quando têm conhecimento desses casos.

As campanhas feministas feitas nos Séculos XX e XXI, sobretudo no Brasil, surtiram efeitos muito positivos para atenuar o sofrimento das mulheres. Agora, na primeira década do Século XXI, tivemos a Lei Maria da Penha. No entanto, o olhar sobre essas políticas continua focado na perspectiva urbana e poucas coisas têm chegado ao meio rural, sobretudo nas Aldeias.

Apesar das ações incipientes do Estado brasileiro nas comunidades mais afastadas e que se limitam ao papel informativo, assim ganham um caráter pontual, é perceptível que essas ações pouco afetam a vida das mulheres, uma vez que elas pensam que continuarão sozinhas na empreitada de enfrentar a violência do sistema patriarcal, pois as chamadas Redes de Atendimento à Mulher estão distantes geograficamente das comunidades rurais que chegam a ficar até 180Km em relação à sede do município. Para exemplificar, citemos o caso de algumas comunidades indígenas: a Aldeia-Mãe da etnia Pataxó fica a aproximadamente 180Km da sede de Porto Seguro e a Aldeia Boca da Mata fica cerca de 120Km do mesmo município ao qual pertencem, onde há uma Rede que a mulher em situação de violência doméstica pode acessar e que é composta por Centros de Referência (de Assistência Social – CRAS, Especializado de Assistência Social – CREAS e de Assistência à Mulher – CRAM) e Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher – DEAM, porém em outros municípios o único caminho é o CRAS e/ou CREAS que não trata essas demandas de modo específico, portanto muitas vezes não têm o treinamento adequado para acolher as vítimas.

Mostrar a estrutura da Rede desse município é fundamental para se entender a engrenagem desse sistema de proteção à mulher, mas ainda há outros fatores que são fundamentais questionar: as campanhas publicitárias feitas pelos órgãos oficiais ligados às questões das mulheres estão realmente entendendo o contexto da mulher indígena? Como é que as políticas públicas poderão superar os limites geográficos e culturais das diferentes realidades rurais? Há uma formação política sendo feita com as pessoas que assumem os cargos dos órgãos executores das políticas em nível local?

Além de provocar alguns questionamentos sobre um tema desafiador e complexo, portanto fonte inesgotável de debates, focamos na estrutura do município de Porto Seguro – BA, campo empírico da nossa pesquisa, contudo percebemos ao longo do texto, quando dialogamos com outras realidades, que a pluralidade cultural é desprezada pelos órgãos oficiais e é vítima do paradigma universalizante; e isso faz com haja a multiplicação dos fatores que desencadeiam o processo de violência contra as mulheres indígenas e reforçam a sensação de impunidade, deslocando-a para o campo das certezas.

Referências

ALMEIDA, Anailde. **A construção social do ser homem e ser mulher**. Salvador: EDUNEB, 2010.

BARROSO, M. F. Experiências de Violência Doméstica no Contexto Indígena: percepções das mulheres sateré-mawé. **Gênero na Amazônia**, Belém, n.2, p. 125-148. jul./dez. 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kühner. 2ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**. 17 (49), 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142003000300008&script=sci_arttext>. Acesso em: 01 Dez 2015.

CASTILHO, E. W. V. de. **“A violência doméstica contra a mulher no âmbito dos povos indígenas: qual lei aplicar?”** In VERDUM, Ricardo (Org.). **Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas**. Brasília, INESC, 2008: p.21-31.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. 6ª Reimpressão. São Paulo: Martin Claret, 2012.

KAXUYANA, V. P. P.; SILVA, S. E. S. A Lei Maria da Penha e as mulheres indígenas. In: VERDUM, R. (Org.) **Mulheres Indígenas, Direitos e Políticas Públicas**. 1ª edição. Brasília: INESC, p.33-46. 2008.

LAPLATINE, F. **Aprender antropologia**. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1988.

LARAIA, Roque de B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

LEA, Vanessa. Gênero feminino mebengokre (kayapó): desvelando representações desgastadas. **Cadernos Pagu** (3). pp. 85-116. 1994. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?down=51010>>. Acessado em: 02 Dez 2015.

MADEIRA, M. Z. A.; COSTA, R. G. Desigualdades de gênero, poder e violência: uma análise da violência contra a mulher. **O público e o privado**. nº 19 - Janeiro/Junho – 2012. Disponível em: <<http://www.seer.uece.br/?journal=opublicoeoprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=342>>. Acesso em: 03 Dez 2015

MILHOMEN, M. S. F. S. **As representações de gênero na formação de professores indígenas Xerente e expressão da violência**. 2010. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão – SE, 2010.

MORGANTE, M. M.; NADER, Maria Beatriz . O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. In: **XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas**, 2014, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos, 2014. Disponível em: < http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399953465_ARQUIVO_textoANPUH.pdf>. Acessado em: 02 Dez 2015.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S.H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**; 18 (1): 49-55; jan/abr. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a07v18n1.pdf>>. Acessado em: 05 Dez 2015

_____.Mulheres vítimas de violência doméstica: Compreendendo subjetividades assujeitadas. **PSICO**. v. 37, n. 1, pp. 7-13, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5161476.pdf>>. Acessado em: 04 Dez 2015.

SOUZA EL, Aleixo MT, Ruffeil MB. Maria(s) diversas, Pen(h)as diferentes: entre violências domésticas, gênero e diversidade cultural. In: *Anais do Fazendo Gênero 9*; 2010; Florianópolis. p. 1-11. Disponível em: < http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278286776_ARQUIVO_MARIASDIVERSAS,PENHASDIFERENTES-Libardi,AleixoeRuffeil.pdf>. Acessado em: 02 Dez 2015.

SOUZA, L. D. P. ; CEMIN, A. B. . Mulheres indígenas em Porto Velho: Gênero, migração e participação política. In: *Fazendo Gênero 9: diásporas, diversidades, deslocamentos*, 2010, Florianópolis: UFSC, 2010.. Disponível em: < http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278291869_ARQUIVO_Mulheresi ndigenasemPortoVelho.pdf >. Acessado em: 05 Dez 2015.

O GÊNERO E A ROUPA NA CONTEMPORANEIDADE

GENDER AND CLOTHING IN CONTEMPORARY TIMES

Danuzí Maria da Costa Oliveira | E-mail: danuzi-costa@hotmail.com

Graduada em Design de Moda e Esp. Em Negócios e Stylist de Moda. Universidade Federal do Piauí Pesquisa: Comportamento do consumidor de moda.

Resumo

Este artigo objetiva uma análise sobre o sexo da roupa através da representação do gênero da roupa na contemporaneidade, citando fatores da história da moda e da atualidade que explicam como a moda vem absorvendo as mudanças de gênero na identificação de seus produtos. Analisando os fatores que contribuem para esta transformação de um novo segmento que já foi apresentado nas semanas de moda nacionais e internacionais, sobre os debates sobre o gênero.

Palavra-Chave

Moda. Gênero. Sexo

Abstract

This article aims at an analysis of the gender of clothing through the clothing of gender representation in contemporary times, citing factors of fashion history and nowadays that explain how fashion has been absorbing gender changes in the identification of their products. Analyzing the factors that contribute to this transformation of a new segment has been presented in the weeks of national and international fashion, on the debates on the genre.

Keyword

Fashion. Genre. Sex.

Introdução

A roupa é o meio que transmite informação de cada pessoa, a linguagem visual sobre o gênero. Na moda muito do vestuário masculino foi transportado para o feminino,



surgiu com essas transformações o estilo andrógeno. E hoje a roupa é o meio usado para informar sobre a sexualidade de cada indivíduo ou de um grupo, levando o tema a diversos debates sobre o gênero e de como a moda esta contribuindo para esta transformação na contemporaneidade. O que a roupa masculina e feminina transmite sobre o gênero na atualidade? É a temática que será explorada nesta pesquisa, um estudo a partir da roupa.

Na década de 20, o estilo andrógeno foi usado por Coco Chanel quando ela começou a usar e a criar um estilo que roupas femininas importando algumas do vestuário masculino, como por exemplo, a calça comprida. Usou a inspiração masculina para criar roupas com praticidade, guiados pelo estado pós-guerras, aonde a mulher assumiria o papel do homem em indústrias e outros setores. A Chanel era uma mulher a frente do seu tempo, fumava, andava de calça comprida e conseguiu criar uma relação homem e mulher no vestuário ganhando várias adeptas ao seu estilo libertador. O estilista Yves Saint Laurent na década de 60 passou a produzir roupas masculinas:

Redesdobramento da Alta Costura, que não apenas se voltou para a produção em série, mas que investiu, desde 1961, sob a iniciativa de Cardin, no prêt-à-porter 'homem'. A industrialização que há um século simbolizava o brilho feminino cria e apresenta agora coleções sazonais para homem. Gilles Lipovetsky, *O Império do efêmero*, 2009, p.129.

A pesquisa pretende esclarecer como a moda esta trabalhando o gênero da roupa, diante da evolução da moda. Como os estilistas da atualidade acompanham essa temática e quais os produtos que estão sendo ofertados. A matéria-prima não ganha rotula sobre a que sexo irá pertencer, somente após a elaboração do design de moda, estilista ou responsável pelo produto vai ganhando características de gênero, passando a constituir uma imagem que será formulada pelo usuário e expectador.

A moda da segunda metade dos anos de 1930 começou a ganhar uma certa masculinidade influenciada pelos uniformes dos soldados, como um prenúncio dos anos de guerra. De 1939 a 1945, a palavra de ordem foi recessão. Obviamente que a moda não ficou fora desse contexto. As roupas femininas, de fato, masculinizaram-se e a grande moda foi o uso de duas peças para qualquer momento, fosse dia ou da noite. Livro *História da Moda*, João Braga. (2009, p.79).



A moda passa do luxo ao sóbrio acompanhando os acontecimentos que movem a sociedade, a roupa como instrumento de renovação que marca a história da humanidade. Na guerra a transformação do modo de vestir, se reflete também na escassez de tecido, neste período até as cortinas foram usadas para confeccionar roupas. Para a mulher foi importado os traços masculinos e para o homem permanece o estilo militar. As características sóbrias da guerra inspiraram os criadores a seguir a mesmas inspirações, o luto e a dor da perda vestiram por alguns períodos homens e mulheres.

Para o usuário, a roupa é a representação do estilo, de um conceito, de uma atitude, ou até mesmo por pertencer a um grupo específico. O usuário é o crítico e responsável por definir um rótulo sobre sua opinião de certo ou errado, sendo um juiz que julga o outro somente pelo que esta vestindo.

O gênero e a roupa

A roupa não é só para vestir, ao longo do desenvolvimento da história da moda as definições e conceitos ganham novas terminologias. A psicoterapia estuda a relação terapêutica que a roupa tem com a auto-estima. Manede de Alcântara, explica que a roupa é um estímulo concreto e potente para se liberar dos efeitos limitadores da percepção de se mesmo, registrados na mente (p.45,1996). Esse estímulo acontece desde a pré-história, de forma que para cada pessoa ou para a sociedade a linguagem é diferente decodificada ou explícita.

O primeiro sentido do vestir foi o pudor, seguindo da proteção contra o frio ou o calor, depois a roupa passa pro processo de renovação ao longo do tempo, passando a ser algo de estudo de pesquisadores, filósofos e sociólogos. Após este período, a roupa ganha característica de diferenciação de gênero, e suas definições são separadas por segmento masculino ou feminino. Os aspetos da roupa:

O atributo íntimo da roupa, o de extensão do próprio corpo, de sua linguagem mais verdadeira, no tempo e ao longo dos anos, adquiriu influências manipuladoras próprias do homem, interferindo no crescimento essencial dessa linguagem dessa linguagem artística do corpo, que em vez de fazer refletir os

“verdadeiros diamantes” que há dentro de cada um de nós, na maioria das vezes expressa o que não há, o vazio, o que falta, embora o propósito de quem veste e de quem cria a roupa seja outro. (ALCÂNTARA, 1996- p.26).

No Egito Antigo, a indumentária masculina era enfeitada com bordados de pedrarias, usavam adornos como braceletes, brincos, colares e perucas, os mesmos usados por mulheres, outra característica era a maquiagem nos olhos. Além dos adornos a indumentária tinha suas semelhanças e eram feitas dos mesmos tecidos. Existiram na evolução da indumentária algumas curiosidades que o significado de atributos do sexo, na civilização de Creta as mulheres andavam com os seios amostras para expor sua feminilidade, já no período do renascimento na Idade Moderna os homens usavam o *braguette*, para ostenta e evidencias seu órgão sexual.

Luís XIV foi o símbolo da representação masculina no barroco, mas através de uma análise é possível observar o quanto na indumentária masculina foi transportada para a feminina, a exemplo temos, a meia-calça, a saia balonê, o sapato de salto alto, uso de perucas, entre outros. Na antiguidade o preconceito no vestir era o símbolo de uma diferenciação social, quem pertencia à burguesia usava os tecidos nobre, bordado de ouro e pedras preciosas, os operários usavam o algodão que era o tecido popular. A diferenciação de poder se refletia diretamente na roupa e o status de poder também se impunha pela roupa.

Para João Braga, “Com toda a evidencia do glamour e da sofisticação presentes nas propostas contemporâneas da moda no século XXI, especialmente favorecidas pelas premissas dos aspectos de luxo e pela valorização da feminilidade”, (2015, p. 101). Explicando que a cintura marcada era um estímulo erótico e sedutor para atrair os homens. O corpo feminino sempre esteve em destaque dentro da simbologia sexual da roupa, causando em alguns períodos grandes revolta em parte da sociedade que condenava algumas vestimentas usadas pelas mulheres.

Mas o pensamento crítico ainda existe na atualidade, pois em pleno século XXI a discussão sobre roupas sensuais usadas por mulheres fizeram machistas afirmarem que as mulheres que usam roupas curtas merecem serem violentadas. Estes afirmações feitas nas

redes sociais causaram manifestações sobre o tema, aonde famosas levantando a bandeira “eu não mereço ser estuprada” foi destaque em vários noticiários pelo mundo todo.

A renovação da moda

Em 2016 alguns estilistas apresentaram nos desfiles do SFW suas coleções com a temática moda sem gênero, apresentando o que na verdade é a nova onda da moda, a roupa sem estereótipos, sem códigos e sem rótulos pré-determinados sobre o que é para ser usado por homens ou por mulheres.

Ronaldo Fraga diz que: “Não importa o nível intelectual, social, a idade de onde a pessoa vem: todo mundo tem uma história de amor para contar, que viveu ou que gostaria de ter vivido. O amor nos une nos nivela”, (2015). A moda precisa ser elevada há um nível intelectual, para ser compreendida. A coleção sobre a temática que Ronaldo Fraga apresentou no SPFW foi “Amor”, pois para ele a roupa pode ser pouco feminina ou masculina pode ser usada por ambos os sexos. Ele produziu em sua coleção a imagem homem e mulher sem barreiras, durante o desfile casais trocavam de roupa. Propondo que é tão natural a troca de roupa, na característica do gênero a simplicidade da proposta, passa a ser conceito de contemporaneidade.



1 figura: Ronaldo Fraga na Semana de Moda SPFW, 2015.(www.toquedegata.com.br)

Na contemporaneidade a leitura sexual da roupa ganha novos significados, o mercado de moda unissex esta cada vez mais ganhando adeptos dessa produção, isso se observa nas semanas de moda nacionais e internacionais. Ao contrario das exportações que já existiu de peças para ambos os sexos, a moda ultrapassa todos os debates sobre o tema e apresenta, em suas coleções a troca de objetos sem gênero. O tema passa a ter novos significados para o uso de objetos, roupas, serviços, entre outros o mercado de trabalho está no meio destas discussões sobre o gênero na atualidade.

O professor Cláudio Rebello quando o questionei sobre o tema ele, explicou que “vê o gênero das roupas nos dias de hoje muito mais como uma identificação livre, isenta de rótulos, ou seja isso é masculino ou isto é feminino, vista aquilo que lhe agrada sem traumas, talvez esses comportamento seja fruto das discussões que hoje integram a agenda GLBT, essa discussão é necessária, pois a questão da identidade de gênero vai além das preferências sexuais e relacionamentos, ela também se materializa na identidade da vestimenta contemporânea. (2016, respostas em facebook.com.br).

A liberdade de expressão é representada hoje também através das redes sociais, mas a roupa ainda é o meio mais usado para esta manifestação. A roupa é o dialogo mudo sobre cada indivíduo, compostos de significados íntimos de quem o veste, capaz de transformar e renovar a estilo de uma pessoas baseado nas influencias da sociedade, de um grupo, de uma cultura, religião, estados geográfico e ate político.

Para Dário Caldas explica que, “ao longo dos anos 70, muitas possibilidades despontam no decorrer das conquistas, seja do feminino nos negócios ou do masculino nas passarelas. Muitas correntes se formaram afinal o clima era favorável á diversidade”, (1997, p- 152). Resultados da luta feminina por direitos iguais. Neste período, os homens começavam a surgir nas passarelas de moda e a ganhar destaque nas semanas de moda. O mercado feminino sempre teve a maior fatia no mercado de moda, após varias transformações o publico masculino ganha representantes importantes nas criações de moda masculina como Pierri Cardin, Christian Dior, Yves Saint Laurent, Giorgi Armani, entre outras marcas famosas.

Na atualidade a vaidade masculina, ganha novos mercados, tornando o segmento um negócio a ser sempre explorado em busca de novos estilos. O homem moderno

acompanha as tendências de moda, seguindo cada vez mais o que é apresentado nas passarelas da Semana de Moda. Para Dario Caldas e Mário Quiroz, “os shoppings deixaram de ser templos femininos. Naqueles instalados em regiões onde predominam os centros comerciais, a frequência masculina já é a metade do público freqüentador, concentrado principalmente nos dias úteis, na hora do almoço e no final da tarde. E mais: geralmente desacompanhados, (1997, p.154).



2 figura: SPFW conceito de moda sem gênero, 2015.(www.toquedegata.com.br)

Nas semanas de moda internacionais, em Paris, Londres, Nova York e Milão alguns estilistas apresentaram a transposição do gênero em seus desfiles. Afirmando que a tendência é mundial para o mercado de moda. O dialogo que os estilistas, afirma que o gênero para alcançar esta compreensão do gênero é importante conhecer cada um separadamente. Ter a compreensão do papel de cada ser dentro da sociedade e diante da evolução da indumentária. A imagem mulher é delicada, já o homem é forte. Algumas das bases significativas que identificam o gênero.

Considerações Finais

A moda sempre esta relacionada aos fatores que desenvolvem a sociedade moderna, inspirada nos acontecimentos históricos e relacionada a todo o discurso que envolve o homem e a mulher. Uma resposta ao discurso que sempre existiu, a moda

constrói a linha de gênero contemporâneo. O básico, fashion e a vanguarda seguem o ritmo da transgressão. Para Mário Queiroz, “A roupa cobre e protege o corpo, a moda vai além: é manifestação de identidade e nos integra ou nos destaca nos grupos sociais”, (2009, p.27).

Na linguagem do sexo através da roupa é a manifestação do ser na descoberta da identidade. A mulher é o elemento de força na inspiração da moda, o homem vem ganhando seu espaço. Para o homem ser inserido no centro da moda, não foi um processo rápido, barrado pelo próprio preconceito e resistência de se aceitar diante das tendências de moda. O tema é algo de muitas críticas e resistências preconceituosas, assim como, a cor da pele e preferências sexuais. A moda apresenta de forma discreta ou não dependendo do estilista a forma de imposição para forma como cada um se veste do seu sexo ou do outro.

O gênero é o que cada um representa de si mesmo para a sociedade e para o mundo, é a resposta, é a identidade, um modo de vida. Na contemporaneidade o homem está livre para se auto-rotular de tudo que o representa, de manifestar a sua identidade através da roupa. A roupa ultrapassa a identidade sexual do ser que a veste, transpira a evolução da moda e da sociedade moderna no espaço contemporâneo.

Referências

QUEIROZ, Mário, **Moda: O herói desmascarado- A imagem do homem na moda.** \ Mário Queiroz, São Paulo: Estação das Letras e Cores Editora, 2009.

BRAGA, João. **História da Moda**\ João Braga_ 8. Ed.rev._ São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, 2009.- (Coleção moda e comunicação\ Kathia Castilho (coordenação)).
DÁRIO, Caldas. **Homens.** São Paulo: Editora SENAC,1997.

ALCÂNTARA, Mamede de **Terapia pela roupa** \ Mamede de Alcântara_ São Paulo: Mandarim, 1996.

BRAGA, João. **Tenho dito: histórias e reflexão de moda** \ João Braga. – São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2015.

WWW.toquedegata.com/2015/10/20/spfw-dia-2-o-amor-por-ronaldo-fraga/.



O PROVIMENTO DE CUIDADOS ÀS PESSOAS COM TRANSTORNOS MENTAIS PARA ALÉM DO GÊNERO

THE PROVISION OF CARE FOR PEOPLE WITH MENTAL DISORDERS IN ADDITION TO THE GENDER

Nayara Danyelle Batista da Silva

Graduanda 8º período do curso de Bacharelado em Serviço Social, pela Universidade Federal do Piauí

Resumo

A pesquisa centra-se na importância de estudar as relações de gênero no provimento de cuidados às pessoas com transtornos mentais, internos em dois serviços do Hospital Areolino de Abreu. Tendo como objetivo principal analisar como as relações de gênero permeiam o provimento de cuidado à pessoa com transtorno mental, para assim perceber as diferenças e semelhanças, quando comparados homens e mulheres na produção dos cuidados; entender em quais configurações de gênero entre cuidador e usuário, apresenta-se maiores dificuldades; apreender em quais situações os cuidadores foram “eleitos” para essa função, analisando ainda o impacto causado na vida da pessoa que se nomeia como principal cuidador. Adotou-se como metodologia de estudo a pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas. Como resultados verificou-se que características como condição física do cuidador, aspecto econômico e diagnóstico da pessoa cuidada, também devem ser levadas em conta para entender o processo de produção cuidado.

Palavras-chave

Gênero. Cuidado. Transtorno mental.

Abstract

The research focuses on the importance of studying gender relations in the provision of care to people with mental disorders, internal two services Abreu Areolino Hospital. Having as main objective to analyze how gender relations permeate to the person providing care with a mental disorder, so as to understand the differences and similarities compared men and women in the production of care; understand which gender configurations between caregiver and user, it presents greater difficulties; grasp situations in which caregivers were "elected" for this function, still analyzing the impact on the life of the person who is named as primary caregiver. It was adopted as study methodology qualitative research, through semi-structured interviews. As a result it was found that features like physical condition caregiver, economics and diagnosis of careful person should also be taken into account to understand the careful production process.

Keywords

Gender. Caution. mental disorder.

Introdução

“Gênero: categoria que indica por meio de desinências uma divisão dos nomes baseada em critérios tais como sexo e associações psicológicas. Há gêneros masculino, feminino e neutro.” (FERREIRA, 1986, p. 844). O estudo sobre gênero inicialmente teve sua visibilidade vinculada ao movimento feminista, por isso é comum a associação equivocada que a maioria dos estudos processados, tratam essa categoria somente nas conquistas feministas e nas desigualdades sofridas por mulheres.

Nesse contexto, ressaltamos que o presente estudo se filia a uma perspectiva relacional sobre gênero e teve início com o estágio obrigatório no Hospital Dia do Hospital Areolino de Abreu, quando se observou algumas diferenças entre homens e mulheres como cuidadores de pessoas com transtornos mentais, principalmente nas situações em que cuidadores e usuários apresentavam sexos opostos.

O objetivo principal do estudo foi analisar como as relações de gênero perpassam o provimento de cuidado às pessoas com transtornos mentais. Há diferenças entre homens e mulheres na produção dos cuidados? Para que se concretizasse foi necessária a contribuição de 14 cuidadores de pessoas com transtornos mentais, internados do Hospital Areolino de Abreu, nos serviços de semi-internação do Hospital Dia e da Enfermaria de Tratamento à Crise, ETAC.

É válido ressaltar, que a definição de dois campos de coleta de dados, deu-se devido à possibilidade da carência de cuidadores do sexo masculino, bem como número reduzido de sujeitos que se enquadraria no perfil traçado. Apresentando-se a alternativa de se utilizar os dois serviços que exigiam cuidadores em tempo integral

O trabalho desenvolveu-se por meio de pesquisas bibliográficas e de campo. Conforma-se como uma pesquisa qualitativa. Em relação à amostra foi do tipo intencional, pois foram selecionados apenas alguns cuidadores que se encaixasse nos critérios de seleção que eram: O cuidador maior de 18 anos; aceitar participar da pesquisa; se

apresentarem como principal cuidador há no mínimo três anos, e ainda a pessoa cuidada devia estar pelo menos na segunda internação.

A pesquisa é de natureza qualitativa, pois envolve a subjetividade que permeia os sentidos acerca dos impactos do gênero na forma de lidar com as pessoas com transtornos Mentais, com a utilização de entrevistas semiestruturadas. A pesquisa também apresenta aspectos quantitativos ou objetivo-numéricos, tendo em vista, a necessidade de levantar o perfil sócio demográfico dos sujeitos.

No que se refere aos instrumentos utilizados (técnicas) é importante salientar que os mesmos foram utilizados sem maiores dificuldades na sua concretização. A pesquisa seguiu as normas e procedimentos éticos, sendo a todo o momento, respeitado o direito dos sujeitos envolvidos.

Ao processar balanço da literatura sobre saúde mental e o estudo de gênero, observou-se um número reduzido de estudos no qual se relacionem essas categorias. Deste modo, a presente pesquisa contribui em conteúdo e discussão para ampliar a literatura existente. É interessante ainda, pensar que dentre os poucos trabalhos existentes, em muitos as famílias se apresentam como protagonistas, em especial os cuidadores. Porém, tal fato não diminui a carência de estudos sobre a influência do confronto de gênero no processo de cuidado às pessoas com transtornos mentais.

GÊNERO E SAÚDE MENTAL: a necessidade de estudar as relações de gênero para além dos usuários

Adotamos a concepção de gênero proposta por Joan Scott (1995) na qual ela propõe que gênero se assenta em duas proposições principais: 1) gênero constitui relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e; 2) gênero dá significado às relações de poder. Entendemos o quanto é importante desvincular a falsa ideia que gênero é sinônimo da palavra “mulher” e em como o caráter relacional do gênero pode estar presente nas mais diferentes realidades, tendo em vista, a importância que tal elemento

oferece para se analisar perspectivas das diferentes formas de se relacionar. Diante ao exposto podemos indagar como as questões de gênero influenciam no cuidado de pessoas com transtornos mentais, e se essas situações se complicam quando se trata de sexos diferentes, como por exemplo, na relação de cuidado entre pai e filha ou mãe e filho e nas demais combinações possíveis.

Segundo Ana Maria Corbi Santos (2008) um mapeamento realizado sobre o campo de estudos de gênero e saúde na produção científica nacional aponta para pesquisas nos seguintes temas: reprodução e contracepção; violência de gênero e suas variações, como violência doméstica, familiar, conjugal e sexual; sexualidade e saúde, com ênfase nas DST/AIDS; trabalho e saúde.

Como outros dados sobre as pesquisas de gênero no Brasil, destacamos:

As pesquisas sobre gênero e trabalho orientaram-se desde cedo na direção da mensuração da desigualdade da estrutura ocupacional, através das series temporais construídas com base nas análises de dados das Pnads, censos, PEDs, bem como nas investigações que utilizam metodologias qualitativas sobre empresas, ramos de atividades, ocupações específicas, grupos sociais específicos e etc. Desses estudos, pode-se concluir sem dúvida que, nas últimas décadas, o Brasil experimentou mudanças demográficas, sociais, culturais, econômicas e políticas significativas. A crescente inserção das mulheres no mercado de trabalho e na política, a melhoria de seu nível educacional, a redução da fecundidade, a postergação da maternidade, a redução da resistência a novos atributos para os papeis feminino e masculino são algumas delas (PICANÇO, 2005, p.151).

Nota-se que estudos de gênero voltados para a saúde mental são escassos. Ainda como destaca Santos (2008), a discussão sobre gênero e saúde mental no Brasil, durante a década de oitenta, recebeu grande interesse por parte das teóricas feministas, mas perdeu visibilidade na década seguinte.

É válido respaldar a importância de trabalhos sobre a família, que na maioria dos casos, é o alicerce de cuidado para os usuários de serviços em Saúde Mental. Como menciona Lúcia Rosa (2009) no seu artigo sobre a “família usuária e sujeito político na reforma psiquiátrica”, a família passou a ganhar visibilidade como provedora de cuidado no Brasil por meio da produção do Professor Eduardo Mourão Vasconcelos (1992).

Entretanto, no tocante aos reduzidos números de trabalhos realizados na área, ainda são poucos os estudos que estão centrados na influência do gênero dos cuidadores no cuidado comunitário de seus usuários.

Diante do exposto, lembramos que “homens e mulheres como familiares-cuidadores de uma PTM adulta apresentam vários problemas e sentimentos em comum no processo de provimento de cuidado doméstico” (ROSA, 2009, P.198), Sendo assim, podemos indagar em como as relações de gênero perpassam o provimento de cuidado às pessoas com Transtornos mentais?

Gênero e cuidado: desmistificando o provimento de cuidado

Com relação aos dados obtidos por meio da pesquisa de campo, realizada entre Agosto e Outubro de 2015, obtemos um total de 64,3% equivalente á nove cuidadores, provenientes da-internação do Hospital Dia e com 35,7%, correspondente a um total de cinco pessoas, referentes aos cuidadores de usuários da ETAC. Podemos perceber que ainda permanece o padrão em que as mulheres assumem majoritariamente os encargos relacionados à provisão de cuidados. Nesse sentido a diferença avassaladora em o sexo dos cuidadores, tornam os homens, figuras novas e aparentemente despreparadas.

Nesse sentido, verificamos um total de apenas 21,5% de cuidadores homens, que confirma a tendência de que “a assunção e visibilidade dos homens como cuidadores, aparece como uma promessa de incorporação de novos elementos para a abordagem do cuidado e para a reflexão da desconstrução do papel tradicional da mulher como “cuidadora por natureza” (ROSA, 2009: p.119). A presença de 78,5% do sexo feminino, nos mostra também que muitas mulheres ainda trazem para si a responsabilidade de cuidar, por terem reproduzido a divisão sexual de trabalho como algo natural.

Nos aspectos das influências do gênero dos cuidadores e o provimento de cuidado, quase 100% das entrevistadas expressaram a crença que as mulheres cuidam melhor que os homens, atribuindo em muitos casos a brutalidade e falta de paciência, como pontos negativos que geralmente dificultam o provimento de cuidados por parte de pessoas do sexo masculino. Nesse sentido percebemos nos discursos das entrevistadas, que ainda há uma forte questão cultural em seus argumentos. Muitas atribuem características tipicamente femininas, como pontos favoráveis e que as tornam, cuidadoras mais atenciosas.

Quando questionadas as dificuldades enfrentadas pelos homens cuidadores, um dos entrevistados mencionou justamente o receio em ter que higienizar a região íntima da irmã, essas dificuldades ainda são muito presentes, quando estamos diante de relações entre pai e filha, ou irmã e irmão. Podemos pensar ainda que tal dificuldade diminui quando são as mulheres responsáveis por desempenhar o cuidado, haja vista que em sua maioria, mulheres quando mães banham e cuidam mais diretamente dos filhos, seja eles homens ou mulheres.

Na maioria dos casos, existia uma relação pregressa de forte vínculo emocional entre cuidadores e pessoas cuidadas. Outro aspecto bastante relevante, para determinar a facilidade ou dificuldade em exercer o cuidado, é a situação em que se encontra o enfermo, o diagnóstico e grau de debilidade física.

A necessidade de um elo importante se torna fundamental no sentido que é possível perceber que existe uma relação de troca, confiança e mutualidade entre quem cuida e quem é cuidado. Além do vínculo familiar, foi possível identificar que não é somente a consanguinidade que liga os indivíduos. Exemplificando, podemos pensar em três situações, no sentido que o irmão-cuidador que foi entrevistado esboçou a gratificação em cuidar da irmã, como forma de reconhecimento dos cuidados que o mesmo recebia da própria outrora; Ou da mãe-cuidadora, que reconhece e relembra que a filha hoje dependente dos seus cuidados, tinha sido sempre “uma filha exemplar”; ainda podemos mencionar na situação da esposa e cuidadora, que mencionou que já dependeu bastante

do marido, em uma situação anterior, na qual ele era “bom”, como a mesma destacou, e ela estava doente. Nesse sentido entendemos que as explicações podem ser diversas, mas podemos identificar em diferentes casos, que o amor existente é mais forte que o gênero das pessoas envolvidas.

Outro aspecto facilmente verificável foi a presença mais intensa dos pais, sendo principalmente visível a disponibilização da mãe, enquanto cuidadora (42,9%). Nesse caso, ainda podemos destacar que a categoria Mãe/Pai, apresentou-se como a de maior faixa etária, com um total de cinco mães e apenas um pai. Do total de cinco mães, duas eram viúvas, duas divorciadas e apenas uma solteira, o que sinaliza para sobrecargas, não tendo o companheiro como parceiro nos encargos. As idades variaram entre 50 anos e 69 anos (53anos, 50 anos, 55 anos, 56 anos e 69 anos). O pai presente no escopo da pesquisa, também idoso (62 anos), casado e pai de outros dois filhos. Em termos etários, são pessoas numa faixa de idade que também demandam cuidados para si.

Percebeu-se ainda que nessa faixa etária (idoso), foram apresentadas maiores dificuldades do provimento de cuidados, situação independente do gênero, mas que demonstra explicação proporcional à condição física dos cuidadores e idade mais avançada dos mesmos, bem como a presença de outros membros na família, que exigiam alguma forma de cuidado, sendo em muitos casos, os netos dos filhos internados. Quando foram perguntados se a necessidade do provimento de cuidado afeta a condição física e mental dos mesmos, todos responderam assertivamente:

Diante do contexto que envolve o cuidado de mulheres, em especial, mães, é possível correlacionar, em partes, que a presença de um maior número de mães, pode está associado ao papel de provedora de cuidado doméstico, tão associado à sua figura, mas também se pode explicar tal situação de acordo com o contexto dos sujeitos, no caso, apresentaram-se duas mães que ficaram viúvas muito cedo, duas mães divorciadas e que relataram quase nenhum contato com os ex-maridos, que em um dos casos, já havia constituído outra família, e um caso, de mãe solteira. No argumento do pai, a ausência da mãe enquanto principal cuidadora se explicava de acordo com sua condição física, que era

debilitada, bem como o caso de depressão sofrido pela mesma. Vale lembrar a afirmação de Badinter (1993), que entende a possibilidade de ambos os gêneros maternar, tendo em vista a existência da oportunidade para exercer tal papel. Badinter e Chodorow chamam atenção que o vínculo e a competência/capacidade para cuidar se desenvolve com a disposição e tempo dedicado pelo cuidador.

No que tange o grau de relação entre cuidador e pessoas cuidadas, destacamos que 50% e um total de sete representantes, a categoria casado, mostrou-se a mais representativa. A maioria dos integrantes dessa categoria era justamente o cônjuge da relação (marido ou esposa). Seguido de 28,5% de solteiros, com a representação de quatro pessoas, sendo então composta por um grupo diversificado de cuidadores (duas mães-cuidadora, filha-cuidadora, irmão-cuidador). Na categoria, viúva, tivemos a representação de duas mães-cuidadoras, sendo 14,2% do total, e por fim, a categoria, divorciado, representada por uma mãe, com a equivalência de 7,3% do total.

Em suma, entendemos que é em diferentes contextos familiares em que pessoas se tornam cuidadores, afeto, obrigação moral, troca de favores, ausência de outras figuras que possam prover esse cuidado. Sendo comuns em todos os casos, a presença de alguma forma de sobrecarga, cobranças por parte de familiares, duplas jornadas, necessidade de conciliar as necessidades individuais e as exigências dos cuidadores. Nesse sentido tornou-se importante compreender como as relações de gênero impactavam esse cuidado e principalmente, em quais contextos poderíamos identificar as influências do gênero.

Conclusão

Atualmente 12% da população necessitam de algum atendimento em saúde mental, seja ele contínuo ou eventual, e ainda a Organização Mundial de Saúde (2001) acredita que os transtornos mentais serão a segunda causa de adoecimento da população em 2020. Diante dessa realidade é válido respaldar que tal situação incide diretamente sobre os

familiares desses indivíduos, que desempenham um papel fundamental, haja vista que as pessoas com algum transtorno mental necessitam de acompanhamento contínuo.

Nesse sentido, intervenções diante da melhoria de serviços e políticas públicas se fazem necessários para o acolhimento e assistência dessas famílias. O impacto na vida de pessoas cuidadoras se mostra tão evidente se pensarmos na quantidade de estudos e teorias fundamentadas por meio da observação do desgaste físico e emocional de muitos cuidadores. As chamadas sobrecargas, provenientes do provimento de cuidados, que podem se configurar em diferentes aspectos, sobrecarga emocional, física e até mesmo financeira.

O objetivo do presente estudo era analisar como as relações de gênero perpassam o provimento de cuidado á pessoa com transtorno mental. Há diferenças entre homens e mulheres na produção dos cuidados? Comparar cuidadores homens e mulheres nas suas diferenças/dificuldades e semelhanças no cuidado de pessoas com transtorno mental; Entender em quais configurações de gênero entre cuidador e usuário, apresenta-se maiores dificuldades; Aprender em quais situações os cuidadores foram “eleitos” para essa função; Analisar qual o impacto causado na vida da pessoa que se nomeia como principal cuidador, com relação ás outras atividades que o mesmo desempenha e traçar o perfil sócio demográfico dos indivíduos da pesquisa.

Durante a pesquisa observou-se que existem diferenças e similaridades quando homens e mulheres cuidam, mas foi verificado ainda, que tais diferenças e similaridades dependem muito mais de aspectos como vinculo afetivo e grau de parentesco, do que propriamente o gênero dos cuidadores. Tendo em vista, que na situação do provimento de cuidado, homens e mulheres se fazem presentes em atividades como banho da pessoa com transtorno mental, alimentação, acompanhamento em consultas e internações, realização de tarefas domésticas.

Mesmo com essa diferença gritante, verificamos que quando os homens se mostram como o principal cuidador, eles mergulham de cabeça, deixando de lado algumas

visões machistas. Verificamos ainda que a motivação dessas situações é enraizada por uma forte ligação afetiva.

É claro, que não podemos generalizar, pois muitos homens ainda não estão dispostos a abdicar de muitas responsabilidades de “macho”, para se tornar um cuidador. Mas existe ainda uma minoria, que reflete a nova geração de homens, que se mostram como tímidos sujeitos que compõem uma sociedade em que os papéis sociais, antes naturalizados de acordo com o gênero, tem se tornado mais igualitário, mesmos que em proporções discretas.

O estudo ainda destacou alguns pontos importantes com relação às diferenças e similaridade. Assim como Rosa (2009) apontou em seu estudo, percebemos na amostra, que as questões como desgaste físico (cansaço, ansiedade, impacto na saúde mental), dedicação quase exclusiva com a pessoa que recebe cuidados, medo do desconhecido e sobrecarga em apenas um cuidador, e ainda a secundarização da própria saúde, são pontos comuns e que parece surgir independente do gênero do cuidador.

Com relação às particularidades, nas mulheres verificamos que a maioria das cuidadoras apresentavam idades avançadas, em especial na situação das mães, que geralmente cuidavam dos filhos em suas próprias residências e desempenhavam uma função de cuidar, extensiva aos netos e outras figuras da família da pessoa cuidada, e ainda enquanto diferença com relação aos homens, a dificuldade em impor limites, sendo em alguns casos a figura frágil, muitas vezes ligada à falta de autoridade. Porém no caso, das mães solteiras ou divorciadas, tal fato se mostrou irrelevante, pois as mesmas se mantinham como o principal suporte da família.

Com relação às particularidades dos homens, verificamos as dificuldades com relação às necessidades básicas de higiene das pessoas cuidadas. Nesse caso, a dificuldade foi identificada quando se tratava de relações entre parentes de primeiro grau (pai-filha; irmão-irmã). No caso do cuidador e marido, o mesmo relatou não haver dificuldades quando a mulher necessitava de banho ou outro tipo de necessidade básica.

Outro ponto forte foi a presença de auxílio por parte de alguma figura feminina. Em todos os casos, os cuidadores homens, citaram receber ajuda de alguma mulher. No caso do pai-cuidador, a ajuda vinha por parte da esposa; no caso do marido-cuidador, a mãe do cuidador era a figura de referência e por fim, o irmão e cuidador, relatou que a mãe, mesmo idosa, auxiliava em diversas situações.

É válido respaldar, que talvez a quantidade de homens presentes na pesquisa, não tenha sido suficiente para possibilitar uma comparação mais precisa. Porém, podemos destacar que as diferenças e dificuldades na forma de cuidar, aparentemente, demonstraram não depender apenas da condição de gênero, mas também do apoio familiar, da condição financeira dos cuidadores, do tipo de vínculo criado, a história pregressa entre ambos e principalmente do diagnóstico das pessoas cuidadas.

Ainda como objetivo da pesquisa, percebemos que são em diferentes situações que se “elegem” os cuidadores, sendo a maioria das vezes, o grau de parentesco (responsabilidade moral) e ausência de outras figuras familiares que possam exercer tal função, que determinam o cuidador. Há ainda aquelas famílias, que responsabilizam as pessoas, que segundo seus julgamentos, tem menos responsabilidades fora de casa (emprego, escola e afins.) como cuidadores.

Sobre o impacto na vida dos cuidadores, acontecem de diversas formas, mas em sua maioria tornam os cuidadores pessoas com necessidades secundárias, de modo que as suas vidas, se organizam de acordo com as necessidades das pessoas que recebem cuidados.

Em suma os resultados alcançados contemplam os objetivos, mesmo com uma amostra com números de homens e mulheres, representando uma diferença visível. Conseguimos de certo modo, obter repostas para os objetivos traçados.

As mulheres ainda são as principais cuidadoras, o que não exclui a participação masculina ou até mesmo a divisão de responsabilidades com outros homens. Porém, é preciso explicitar que o número de homens nesses processos, é pequeno, perto da quantidade majoritária de mulheres. Tal conclusão, pode se estender ao que foi observado

durante a experiência de estágio curricular que realizei na instituição entre Setembro de 2014 e Julho de 2015, na qual as reuniões com familiares, em sua maioria era representada por mulheres, que eram também mães, filhas, esposas, avós, entre outras.

De certo, entendemos que ainda precisa-se evoluir muito, no sentido que cada vez menos atividades e escolhas sejam enraizadas nas representações do gênero ou das nossas genitálias, e assim diminuir as desigualdades de gênero, bem como a subalternização da figura feminina.

Referências

BADINTER, E. **Um amor conquistado: O Mito do Amor Materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Curitiba: Positivo, 1986. 2222 p.

Organização Panamericana da Saúde/Organização Mundial de Saúde/ONU. Saúde Mental, Nova Conceção, Nova Esperança. **Relatório Sobre a Saúde Mental no Mundo - 2001**. Genebra: OMS; 2001.

PICANÇO, Felícia. Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e do homem em relação ao trabalho e a vida familiar. In: ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ROSA, Lúcia Cristina dos Santos. Provimento de cuidado doméstico á pessoa com transtorno mental: a questão de gênero em evidência. In: **Abordagens psicossociais**, volume III: perspectiva para o serviço social/ Eduardo Mourão Vasconcelos (organizador) – São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.

SANTOS, Anna Maria Corbi. **Gênero e Saúde Mental: a vivência de identidades femininas e masculinas e o sofrimento psíquico na sociedade brasileira contemporânea**. Algumas reflexões a partir de relatos dos pacientes diagnosticados como portadores de transtornos mentais severos do CAPS – Araraquara – SP (dissertação). São Paulo (SP): Universidade de São Paulo; 2008.

SCOTT, Joan Wallach. Gender: a usufel categort of historical analyses. In: HEILBRUN, C. G.; MILLER, N. K. (Org.) Gender and the politics of history. New York: Columba University Press, 1988, p. 28-50. Tradução Brasileira: *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16, n.2, jul/dez. 1990, p.522.

VASCONCELOS, Eduardo. M. **Do hospício à comunidade:** mudança sim, negligência não. Belo Horizonte: Segrac, 1992.



A ARTE DO LABIRINTO: um estudo sobre as labirinteiras da Comunidade de Majorlândia

THE ART OF THE MAZE: a study on the "labirinteiras" of the community of Majorlândia

Aleph Andrade da Silva

Graduando em Serviço Social pela Faculdade Vale do Jaguaribe – FVJ.

E-mail andrade.aleph@gmail.com

Henry Simon Sales Pinheiro

Graduado em serviço social, Pesquisador, Mestre em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará - UECE.

E-mail – henrysimonsales@gmail.com

Resumo

O propósito dessa pesquisa é analisar de como se configuram as relações de gênero em Marjolândia – Ceará a partir do olhar das labirinteiras desta comunidade. Relacionar a arte com os estudos de gênero nos possibilita adentrar em uma perspectiva ampliada de estudo social, pois nos faz entender as entrelinhas desses processos, e a partir dessa análise vislumbra-nos possibilidades de fomentar políticas públicas específicas para essa realidade.

Palavras-chave

Labirinto. Genero. Políticas Públicas.

Abstract

The purpose of this research is to analyze how to configure the relations of genre in Marjorlândia - Ceará from the look of labirinteiras this community. Relate art with gender studies enables us to enter into a broader perspective of social study because it makes us understand the subtext of these processes and from this analysis sees us opportunities to promote public policies to this reality.

Keywords

Labyrinth. Genre. Public Policy.

Introdução

O presente trabalho constitui-se de pesquisa em andamento que tem como objetivo compreender como se configuram as questões de gênero de Aracati, a partir do olhar das labirinteiras da comunidade de Marjorlândia.

Aracati, litoral leste do Ceará, 150 quilômetros de distância de Fortaleza. a cidade tem pouco mais de 70 mil habitantes, mas está na lista dos destinos indutores do turismo no Brasil. Os motivos são dois: As belezas naturais e a riqueza cultural-artística, assim Aracati é conhecida mundo afora.

No Ceará, artesãos são muitos, seja na arte em renda ou em outras linguagens. Mas a qualidade e criatividade do trabalho das rendeiras fizeram delas um destaque que atravessou fronteiras e tomou proporções internacionais. A renda oriunda de Portugal foi ganhando tradição na cidade, e hoje faz parte da cultura local. “O artesão é hoje em geral um produtor de objetos que ora são vistos apenas como uma mercadoria, ora ganham status de obra de arte, dependendo das relações que se estabelecem com o mercado”. (PORTO ALEGRE, 1994, p.15)

Das resistências do tempo, surge o artesanato popular. Preservando um saber que não se estuda em livros, o artesão é uma figura que desenvolve aquilo que, comumente, aprendeu brincando, dentro de casa, vendo o ofício da mãe, da avó, da bisavó. Memórias afetivas, viram fontes de inspiração e se fazem presentes no labirinto. Processo criativo capaz de dar vida a objetos de consumo, tão valorizados por um mercado onde o “feito a mão” ganha ares requinte.

Como afirma a autora, o cotidiano do artesão está constantemente ligado ao passado, fazendo referência a tradições familiares e núcleos artesanais. Remete a hábitos antigos que não se sabe bem quando surgiram, mas que se confundem com instinto de sobrevivência. O sustento depende da arte produzida e posta à venda. O artesanato popular carrega traços da tradição em sintonia com os interesses da contemporaneidade.

O problema da pesquisa consistirá em saber quem são essas mulheres artistas que trabalham com labirinto na comunidade de Marjorlândia, litoral da cidade de Aracati, seu cotidiano de vida e condições sociais em que vivem. Procuraremos esclarecer melhor os processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a este grupo, as dinâmicas de cidadania intercultural, cosmovisão, seu cotidiano de vida e as condições sociais em que vivem.

Artesanato e relações de gênero no universo do labirinto

O artesanato pode ser definido como “um complexo de atividades de natureza manual, através das quais o homem manifesta a criatividade espontânea” (PEREIRA, 1979). São as atividades que dependem em grande maioria a exclusividade do trabalhador artesão, e que podem ser desenvolvidos manualmente ou com o auxílio de instrumentos. O artesão é aquele que realiza uma função na produção de bens materiais que são comercializados sem as indústrias como um mecanismo de venda. Ele é um indivíduo que exerce, por conta própria, uma arte, ou atividade manual.

No Brasil, as atividades de artesanato são tradicionalmente desenvolvidas pelas famílias artesanais, cuja à maioria são situadas em regiões mais pobres, e a produção artesanal apresenta uma grande variedade de matérias-primas disponíveis na região. Nos últimos anos, essa atividade tem apresentado um ritmo acelerado, formando-se uma atividade econômica com grande potencial de crescimento, atuando, como fonte geradora de emprego e renda.

É preciso salientar que o artesanato cearense provém da inegável herança cultural legada por três etnias distintas, formadoras do povo cearense: portugueses, índios e negros. Do índio, veio a vertente dos trabalhos em barro, corda e palha, cuja difusão se deu em função do utilitarismo. Do colonizador europeu herdamos, principalmente, a renda e o labirinto, que aqui se adaptaram ao estilo da população e até hoje decoram ambientes e “encantam” turistas do mundo inteiro. Dos africanos, o maior legado foi a cerâmica cozida,

cuja beleza rústica, resistência e ampla funcionalidade contribuíram para a disseminação e manutenção do seu uso até nossos dias (PEREIRA, 1979).

Na cidade de Aracati, a arte do labirinto é aliada a sabedoria, criatividade e paciência de mulheres de todas as idades. As labirinteiras desfiam tecidos, une os fios e preenche os espaços com cerzimento, para formar desenhos decorativos, seguindo a tradição. Na cidade e, em particular na zona litorânea, o labirinto é de domínio feminino que são passados por gerações.

No litoral leste do estado do Ceará, 180km da capital cearense, situada na cidade de Aracati foi fundado em 1937, pelo Major Bruno da Silva Figueiredo, a aldeia de pescadores e artesãos de nome Majorlândia. Fundada pelo major Bruno da Silva Figueiredo, daí o nome Majorlândia, uma referência a terra do Major.

A praia de Majorlândia é considerada área urbana pela Lei nº 15/80 do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano em 1980. O Patrimônio Ambiental e a beleza dessa praia, é constituída por falésias alaranjadas e coqueirais que encantam a sua beleza. Majorlândia é conhecida como pérola do atlântico ou princesinha do Município de Aracati.

A praia de Majorlândia é conhecida como o local de origem do artesanato com as areias coloridas, retiradas das falésias. É nessa praia onde encontramos inúmeras mulheres artesãs que confeccionam labirinto, um tipo de renda típica da comunidade. Constituída pela beleza de diferentes artesanatos, o labirinto se torna um meio de trabalho mais utilizado pelas mulheres artesãs dessa praia, que se apropriam dessa arte para gerar um extra e complementar sua renda.

Sobre um olhar empírico percebe-se que as labirinteiras de Majorlândia costumam-se costurar juntas, geralmente na associação dos artesãos da comunidade, quando o trabalho é coletivo e quando é individual as mesmas costumam em suas próprias casas. Para Cunha e Vieira (2009, p. 261),

[...] o labirinto, que merece esse nome pelo emaranhado dos pontos, é o bordado de fio cortado, distendido em uma grade ou em um bastidor, e, a seguir, é cheio, isto é, recoberto de bordados feitos com agulha. Assim, é um artesanato considerado ao mesmo tempo bordado e renda de agulha.

Para a criação de um labirinto é preciso passar por várias etapas cautelosas que exigem conhecimento sobre o mesmo, o fato do riscar até a finalização para o uso próprio ou da comercialização.

Para se originalizar um labirinto inicia-se com o processo de riscar, com a ajuda de uma carretilha ou lápis que deixa marcas no tecido; em seguida, cortar e desfiar o tecido, com a ajuda de uma lâmina/gilete, que corta os fios que são puxados. Depois vem o processo de encher o tecido, já preso no bastidor ou na grade, exige a necessidade de uma contagem detalhada dos fios. Após o enchimento, segue a etapa de torcer, prender os fios do tecido que não foi utilizado para encher, dando forma e firmeza ao desenho. A próxima etapa consiste em perfilar/casear dando acabamento nas beiradas. Perfilar/casear é feito fora do bastidor e da grade, com o tecido preso firmemente entre as pernas da artesã, e requer a realização de movimentos repetitivos. Por último é necessário lavar, passar grude (pasta feita com água e goma mexido no fogo) esticar na grade ou engomar. Labirinto pronto para ser comercializado.

Considerando as informações socioeconômicas e o contexto acima exposto, surgiu meu interesse em estudar quem são essas mulheres que fazem o labirinto, como se configuram as relações e suas condições sociais?

Para o Estado, estudos dessa natureza assumem grande importância, pois alertam os planejadores no sentido de conhecer as demandas sociais do município e contribuir para o aprimoramento de políticas públicas. Neste percurso, o objetivo de estudo, adquire relevância pelas possibilidades de conhecer essa realidade, podendo nortear futuras ações políticas.

Além disso, esse estudo torna-se relevante do ponto de vista acadêmico, pois o conhecimento produzido sobre as expressões da questão social tem características próprias, as quais devem ser legitimadas pelo critério epistemológico. O interesse em explorar essa temática é resultante de aspectos relevantes da minha trajetória de vida, como filho de labirinteira e nativo da comunidade de Majorlândia.

Referencial teórico e procedimentos metodológicos

Segundo Bosi (1985), a palavra latina “ars”, matriz do português arte, está na raiz do verbo articular, que denota a ação de fazer juntas entre as partes de um todo. Fischer (1973), em seu livro “A Necessidade da Arte”, coloca que toda arte é condicionada pelo seu tempo e representa a humanidade em consonância com as ideias, as aspirações, as necessidades e as esperanças de um dado momento histórico . Desta forma, podemos afirmar que a arte sempre esteve presente na história da humanidade. Ora associada à magia, à religião, à necessidade ou política, ela é uma linguagem sem fronteiras que “transcende as transformações históricas e as diferenças culturais” (Canclini, 1984:8). Em complemento Segundo Fischer (1973, p. 60-61):

Por muito tempo, o capitalismo encarou a arte como algo suspeito, frívolo e opaco. A arte não dava lucro. [...] O capitalismo não é em sua essência, uma força social propícia à arte, disposta a promover a arte. Na medida em que o capitalismo necessita da arte de algum modo, precisa dela como embelezamento de sua vida privada ou apenas como um bom investimento.

É possível afirmar que “a arte não só precisa derivar de uma intensa experiência da realidade como precisa ser construída, precisa tomar forma através da objetividade” (FISCHER, 1973, p.14). Cada povo, cada civilização teve a arte como parte integrante de sua vida, porém, sua função social foi se transformando e adquirindo novas faces em cada tempo da história. Desse modo, iremos observar nessa pesquisa as singularidades da arte do labirinto na vida dessas mulheres que produzem uma arte com características próprias. São mãos habilidosas que fazem o casamento perfeito com a agulha e a linha para manter viva uma tradição de gerações: a renda de labirinto. O bordado é típico da comunidade de Majorlândia.



Para Maia (1980), a renda é uma obra na qual um fio, conduzido por uma agulha, ou vários fios trançados engendram um tecido e produzem combinações de linhas análogas às que o desenhista obtém com o lápis. O bordado consiste em uma decoração aplicada a um tecido pré-existente. (CUNHA; VIEIRA, 2009, p. 260). As labirinteadas da comunidade de Majorlândia obtiveram esses conhecimentos e aprendizados, herdados das suas mães, que é uma cultura que perpassa por gerações.

Tem-se a arte como um novo mecanismo de trabalho para o Serviço Social, que se reconhece como um aspecto da questão social. O assistente social enquanto profissional e pesquisador, tem como uma das características potencializar a crítica dos sujeitos, buscando a emancipação humana, política e social, dominando seu próprio destino e a consciência do seu ser social. Fazendo a construção de novas possibilidades de intervenção para o trabalho do Assistente Social, que está em alerta nas novas dinâmicas da realidade social, que inclui a cultura, política e economia, utilizando nossa criticidade e os fundamentos políticos do Serviço Social. Nesta perspectiva segundo Oliveira(2013):

A hipótese desse estudo propõe que o Serviço Social, como uma profissão de caráter interventivo, é constantemente desafiado a construir e utilizar mediações alternativas que possam dar conta da complexidade dos fenômenos sociais. Nesse sentido, por ser um importante meio de reprodução do ser social, a arte é vista como instrumento capaz de trazer estímulo ou potencial criativo e crítico do ser humano, ampliando sua noção de direitos e consequência social, bem como um instrumento fundamental para fortalecer o projeto profissional crítico do serviço social. (OLIVEIRA, 2013, p. 8)

Trabalharemos nessa pesquisa com a teoria sócio-histórica, pois, ela compreende o ser humano enquanto ser histórico, social e cultural, e tem por base o materialismo histórico e dialético que afirma que o mundo só pode ser compreendido em um todo. A dialética reflete uma ideia a outra contrária até o conhecimento da verdade, os movimentos históricos de acordo com as condições materiais da vida. O materialismo histórico diz que ao longo da história a sociedade se desenvolve e se transforma.



Cercar o objeto de conhecimento através da compreensão de todas as suas mediações e correlações, constitui a riqueza, a novidade e a propriedade da dialética marxista para explicação do social. (MINAYO, 2002:64)

A pesquisa qualitativa, que se aplica ao estudo da história, das relações das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, respondendo a questões muito particulares. Ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhada com seus semelhantes, conforme (MINAYO 2002).

Pelo fato da pesquisa qualitativa, permite esclarecer melhor os processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, como é o caso das mulheres da comunidade de Majorlândia que trabalham com a arte do labirinto. E no mais, a pesquisa qualitativa favorece a construção de novas abordagens, pois, se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deve ser quantificado. A pesquisa terá como participante seis (06) mulheres que trabalham com a arte do labirinto da Associação dos Artesãos de Majorlândia (ASSAM) na comunidade de Majorlândia.

Para a construção do projeto será utilizado pesquisa bibliográfica, também serão pesquisadas notícias na mídia (televisiva, jornal de papel, internet), que possam colaborar para a melhor compreensão da problemática da pesquisa. Primeiramente será feito a identificação das mulheres que fazem parte da Associação dos Artesãos de Marjorlândia (ASSAM) que trabalham com o labirinto, para assim solicitar a autorização das mesmas para a realização das entrevistas.

A pesquisa qualitativa terá como técnica de investigação o grupo focal. Morgan (1997) define grupos focais como uma técnica de pesquisa que coleta dados por um meio das interações grupais ao se discutir um tópico especial sugerido pelo pesquisador. As entrevistas serão semiestruturadas, que é a descrição sucinta, breve ao mesmo tempo

abrangente, pelo entrevistado, do objeto da investigação, orientando os rumos da fala do interlocutor, como preconiza (MINAYO, 2010:190).

A abordagem a ser utilizada será a investigação participante e investigação-ação, ambas as modalidades de pesquisa estão vinculadas a um tipo de visão emancipatória (MINAYO, 2010:163). Esse processo mantém-se a presença do observador numa situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador está em relação face a face com os observados e, ao participar da vida deles, no seu cenário cultural, colhe-se dados. (Schwartz & Schwartz, apud Mynaio, 1998)

As entrevistas serão relacionadas ao cotidiano de vida e trabalho das mulheres que trabalham com a arte do labirinto na comunidade de Majorlândia. A entrevista será gravada, porém, antes, conforme a ética em pesquisa, pediremos a autorização das pesquisadas.

No intuito de coletarmos dados utilizaremos o grupo focal, realizado pelo pesquisador, da qual serão executadas as entrevistas, as mesmas serão gravadas com a autorização das entrevistadas, em seguida, faremos a transcrição de todos os dados coletados, logo após a transcrição será feito a classificação dos dados de acordo com as falas que as pesquisadas responderam nas entrevistas.

Referências

BOSI, A. **Reflexões sobre a Arte**. São Paulo: Ática, 2003.

CANCLINI, Nestor Garcia. **A socialização da arte: teoria e prática na América Latina**. São Paulo, Cultrix. 2ed. 1984.

CUNHA, Tânia Batista da; VIEIRA, Sarita Brazão. Entre o bordado e a renda: condições de trabalho e saúde das labirinteiras de Juarez Távora/Paraíba. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília, v. 29, n. 2, p. 258-275, 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932009000200005&lng=en&nrm=iso>. access on 11 Feb. 2016. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-98932009000200005>.

FISCHER, M. C. B., & Ziebell, C. R. (2004). Saberes da experiência e o protagonismo das mulheres: construindo e desconstruindo relações entre esferas da produção e da reprodução. In I. Picanço & L. Tiriba (Orgs.), Trabalho e educação (pp. 55-74). Aparecida, SP: Idéias & Letras.

FISCHER, Ernst. A Necessidade da Arte. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

MAIA, I. (1980). O artesanato da renda no Brasil. João Pessoa: Ed. Universitária

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. (Coleção temas sociais)

_____. O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em saúde. Hucitec-Abrasco, 1998.

OLIVEIRA, Priscila. A INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL – A ARTE COMO INTERVENÇÃO SOCIAL EMANCIPATÓRIA E INSTRUMENTO INOVADOR PARA O TRABALHO DA(O) ASSISTENTE SOCIAL. Brasília. 2011.

PEREIRA, Carlos José da Costa. **Artesanato-definições, evoluções-ação do MTb-PNA.** Brasília, Mtb, 1979.

PORTO ALEGRE, Sylvia. **Mãos de Mestre:** Itinerários da Arte e da Tradição. São Paulo: Maltese, 1994

CONSTRUÇÃO SOCIAL DO SER HOMEM E DO SER MULHER E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

SOCIAL CONSTRUCTION OF BEING MAN AND WOMAN AND THE SEXUAL DIVISION OF WORK

Edyla Azevedo da Silva

Graduada em Serviço Social pelo Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão e Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA.

Julieta Guerra Maia

Graduada em Serviço Social pelo Instituto de Ensino Superior do Sul do Maranhão e Especialista em Metodologia do Ensino Superior pela Universidade Estadual do Maranhão;

Nara Régia Duarte dos Santos

Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí e Especialista em Gestão, Formação e Políticas Sociais.

Resumo

Em nossa sociedade a mulher não tem as mesmas oportunidades que o homem. Para discutir sobre a inserção da mulher no mercado de trabalho e a necessidade de sua permanência, este trabalho faz um breve estudo com a ajuda de alguns teóricos, como Scott (1988), Saffioti (2013) e Bauer (2001). Nele, serão apontadas algumas considerações sobre a construção histórica e social do ser homem e do ser mulher na sociedade, bem como a posição da mulher no mercado de trabalho. Como metodologia, foi utilizado o estado da arte e observou-se que a divisão sexual do trabalho é um vasto exemplo da posição de inferioridade que a mulher ocupa no meio social além de instigar a necessidade de mudanças estruturais que ajudem a assegurar a igualdade de oportunidades no mercado para ambos os sexos.

Palavras-chave

Mulher. Mercado de trabalho. Divisão sexual do trabalho

Abstract

In our society women do not have the same opportunities as men. To discuss the women entering the labor market and the need for their stay, this paper makes a brief study with the help of some theorists, such as Scott (1988), Saffioti (2013) and Bauer (2001). It will be pointed out some considerations about the social and historical construction of being a



man and if women in society as well as the position of women in the labor market. The methodology was used state of the art and it was observed that the sexual division of labor is a vast example of the inferior position that women occupy in the social environment as well as instigate the need for structural changes to help ensure equal opportunities the market for both sexes.

Keywords

Women. Labor market. Sexual division of labor.

Introdução

O presente estudo trata de uma discussão sobre a configuração do ser homem e do ser mulher, além da inserção e permanência da mulher no mercado de trabalho e necessidade de políticas sociais que garantam seu espaço no meio social.

Partiremos da construção histórica e social do ser homem e do ser mulher na sociedade, e apontando quais acontecimentos levaram a mulher a conquistar o espaço que hoje ocupa.

Contudo, consideramos que os dados mostrados estejam configurando a real posição que nossa sociedade vivência, e que o conteúdo se torna relevante à medida que se opõe a atual realidade e tenta desmistificar comportamentos ditos normais, como é o caso da incessante ausência de oportunidades iguais, dependente do gênero ao qual o indivíduo está constituído.

Construção histórica e social do ser homem e do ser mulher e a divisão sexual do trabalho

As representações sociais do ser homem e do ser mulher foram construídas historicamente e se estruturando em conformidade com as especificidades de cada sociedade. No ocidente, essas representações contaram com o a influência do catolicismo e do patriarcalismo. Para elucidar essa afirmação, tratamos de considerá-la a partir de três momentos distintos: Idade Média, Idade Moderna e Idade Contemporânea.

Na Idade Média, a sociedade ocidental estava organizada em feudos, que se caracterizavam pela concentração de grandes latifúndios de terras nas mãos das oligarquias feudais e da Igreja Católica. A família, nesse período, firmava-se em união conjugal contratual e religiosa. O casamento, considerado sagrado e indissolúvel, se constituía através de arranjos estabelecidos a partir de interesses econômicos e políticos entre as famílias (BAUER, 2001). Esses arranjos conjugais resultavam em relacionamentos sem bases afetivas, onde ao homem caberia o sustento econômico da família e à mulher os afazeres domésticos e a satisfação das necessidades sexuais do marido, sendo subordinada inteiramente a ele. Segundo Bauer (2001, p.28) “somente os homens gozavam de privilégios proporcionados pela lei e as mulheres sob o tacão desta estavam irremediavelmente subordinadas aos homens, quer fosse ele, seu marido, pai ou irmão”.

O trabalho desenvolvido por homens e mulheres era estabelecido conforme classe social e sexo. Os homens ocupavam postos de trabalho de maior prestígio e com salário superior ao das mulheres. Além disso, os trabalhos desenvolvidos pelas mulheres eram na sua maioria realizados no ambiente doméstico e voltados para o cuidado com as crianças, com os idosos, com o marido e com o lar. Bauer (2001, p. 31) a esse respeito comenta que

A divisão do trabalho era, simultaneamente, social e sexual, o trabalho mais qualificado e reconhecido socialmente estava destinado aos homens, já as mulheres se ocupavam primordialmente das lides domésticas e outras tarefas desvalorizadas socialmente. Caso a mulher pertencesse aos grupos privilegiados da sociedade eram auxiliadas por servas ou até mesmo escravas nos seus afazeres diários.

Essa estrutura social foi se modificando gradativamente. Na Idade Moderna as representantes sociais de homens e mulheres, fundamentadas na divisão sexual do trabalho, expressaram-se de maneira ainda mais significativa, uma vez que a mulher foi proibida de executar trabalhos considerados masculinos.

Entre os séculos XVI e XVII, com a implementação de novos ideários na vida conjugal, reforçados pela ideologia religiosa, como a valorização do amor no casamento e com a concepção da maternidade para fortalecer o amor conjugal, a mulher passa a

assumir uma função social voltada exclusivamente para a família (SOUSA, 2010). A maternidade teve uma nova configuração e foi considerada uma atribuição nobre. A criança passou a assumir um papel de destaque no ambiente familiar e sua criação e educação ganharam uma maior importância dentro da sociedade, sendo a mãe exclusivamente responsável por esse processo.

A esse respeito Badinter (apud SOUSA, 2010, p. 56) comenta que

Ampliando os encargos das mães, os ideólogos do século XIX defendem que a educação moral dos filhos seria responsabilidade destas. As mulheres são consideradas, na visão daqueles, como '[...] guardiãs naturais da moral e da religião e que da maneira como educavam os filhos dependia o destino da família e da sociedade. E o povoamento do céu!'

Esse período foi marcado por profundas mudanças nas relações sociais entre homens e mulheres, uma vez que ao mesmo tempo em que a mulher adquire destaque no âmbito doméstico e familiar no ofício de mãe, o homem é desprestigiado no ofício de pai. Contudo, as mulheres foram impedidas de ter acesso à educação profissional, fator que favoreceu para a ênfase na diferenciação entre tarefas femininas e masculinas.

A figura paterna constituía as representações de valores da masculinidade, cuja atribuição pautava-se em prover a família e fazer as mediações desta com o ambiente público, ou seja, o pai era o principal representante da família na sociedade. Já a figura materna representava os traços da feminilidade, com a função transmitir os valores sociais e educacionais a sua prole, além de cuidar do marido e do lar.

Percebe-se nesse período que os traços da masculinidade e da feminilidade característicos do patriarcado foram também reforçados pela Igreja - instituição de grande autoridade social e responsável pela propagação de diversos valores. A Igreja definia os parâmetros sociais do ser homem e do ser mulher e difundia através das figuras religiosas como José - carpinteiro e pai de Jesus, que teria transferido para seu filho os ensinamentos pertinentes a sua profissão - e Maria - mãe de Jesus, mulher santa e pura, bondosa, cuidadora e mãe exemplar - além da sagrada família - modelo de família a ser seguido pela

sociedade cristã. Essas práticas cristãs impostas pela igreja, bem como a sociabilidade patriarcal prevalecem até os dias atuais e são marcantes nas relações e representações sociais de homens e mulheres.

Na contemporaneidade, com o advento da Revolução Industrial, a organização política e social da Europa passou por intensas transformações, alterando profundamente as condições de vida da população. O processo de industrialização requereu grande contingente de mão de obra para produção de mercadorias, modificando a sociedade que, até então, estava organizada de maneira predominantemente agrícola. Diante disto, um contingente significativo da população passou a migrar para os centros urbanos e o modelo de família patriarcal e monogâmica, que até então predominava, sofreu modificações.

O homem passa a vender sua força de trabalho em troca de um salário para o sustento da família. Não obstante, este era insuficiente para o provimento das necessidades básicas, havendo precisão de um complemento da renda familiar. Em função disto a mulher foi sendo absorvida gradualmente no mercado de trabalho produtivo. Esse panorama histórico permite compreender que a divisão de atividades/tarefas pautada nas características biológicas é resultado de uma sociabilidade patriarcal. Deste modo, a divisão sexual do trabalho é absorvida socialmente como natural, mesmo na contemporaneidade.

No mundo moderno a inserção da mulher no mercado de trabalho foi bastante contraditória e serviu para aprofundar as desigualdades de gênero, pois as mulheres foram submetidas a trabalhos subalternos e, muitas vezes, entendidos como ocupação feminina. Além disso, as mulheres continuaram a exercer o trabalho doméstico não remunerado, desempenhando dupla jornada de trabalho.

A mulher no mercado de trabalho: um breve apontamento da realidade brasileira.

A posição da mulher na estrutura social foi historicamente construída sofrendo modificações temporais e em conformidade com cada sociedade, porém em toda a trajetória da humanidade a mulher desempenhou atividades ligadas a subsistência de sua família. O estudo acima mostra que a história das mulheres é marcada por um quadro de submissão, dependência e obediência ao ser masculino e em tempos anteriores, sua satisfação pessoal estava ligada ao casamento, pois este era um meio de estabilidade e ascensão socioeconômica.

Contudo, o papel das mulheres também foi fundamental na geração da riqueza social, visto que a elas fora atribuído o trabalho doméstico e com a Revolução Industrial e consolidação do sistema capitalista de produção, as mulheres foram absorvidas pelo mercado de trabalho. A incorporação das mulheres nas relações produtivas se deu em virtude de três principais fatores. Primeiro, na classe pobre da sociedade a remuneração do provedor era insuficiente para a subsistência da família, havendo a necessidade de complementação da renda familiar, o que era feita pelas mulheres e, até mesmo, pelos filhos. O segundo fator mostra que o trabalho feminino representava baixo custo para o capitalismo, uma vez que, desenvolvendo o mesmo trabalho que os homens, as mulheres recebiam uma renda inferior.

Por fim, o terceiro fator diz que há necessidade sistêmica de atender o processo acelerado de acumulação de rendas que nos primórdios do capitalismo, absorveu um grande contingente populacional. Desse modo, a inserção das mulheres no mercado de trabalho foi estratégica para cobrir as lacunas que emergiram com a transformação do sistema produtivo.

Para Saffioti (2013) o surgimento do capitalismo se dá de maneira bastante diferente para a mulher e a coloca em desvantagem social em duas dimensões: na superestrutura, onde há uma subvalorização de suas capacidades justificada pela

supremacia masculina; e na estrutura que, com o desenvolvimento das formas produtivas, as mulheres são progressivamente marginalizadas.

Ainda importa considerar que, a incorporação da mulher no mercado de trabalho aconteceu em um cenário de exploração do trabalho pelo capitalismo e marcado pelas condições desumanas no sistema de produção. Deste modo, tendo em vista o processo de acumulação progressiva houve uma intensificação do trabalho, um aumento nas jornadas diárias e um rebaixamento nos salários, desencadeando reivindicações por parte dos trabalhadores do sexo masculino em diversos países e, conseqüentemente, o desemprego dos mesmos, o que favoreceu a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Kleeck (1958 apud SAFFIOTI, 2013, p. 88), bastante assertiva ao afirmar que:

O emprego de mulheres em países de capitalismo industrial tem tido um desenvolvimento que não nasceu nem da exigência do trabalho das mulheres na indústria por parte da sociedade, nem de uma necessidade inerente às mulheres para trabalhar, mas, principalmente, do desejo dos empreendedores de utilizar trabalho barato com o fito de aumentar os lucros

Outro fator preponderante para incorporação da mulher no mercado de trabalho foram os períodos correspondentes às duas grandes guerras mundiais, uma vez que um grande número de homens se encontravam nos campos de batalha havendo a necessidade das mulheres sustentarem suas famílias. Nesses termos Lobo (2011, p. 153) afirma que

No período das duas guerras mundiais, na Europa e Estados Unidos, as tarefas masculinas na indústria foram preenchidas pelas mulheres quase que integralmente, por necessidades estratégicas. Uma vez terminada a guerra, a volta ao status anterior foi realizada obedecendo razões sociais e não propriamente técnicas.

Portanto, a absorção da mulher pela grande indústria serviu aos interesses capitalista de ampliação e valorização. Apesar disso, as mulheres ganham visibilidade no mundo do trabalho e iniciam seu processo emancipatório. Nesse cenário surge a organização feminina reivindicando direitos e melhores condições de vida e de trabalho.



Assim, graças a essa incorporação, a mulher foi ampliando seu espaço e sua participação na sociedade e adquirindo consciência de classe dando início a uma incessante luta pela conquista de seus direitos.

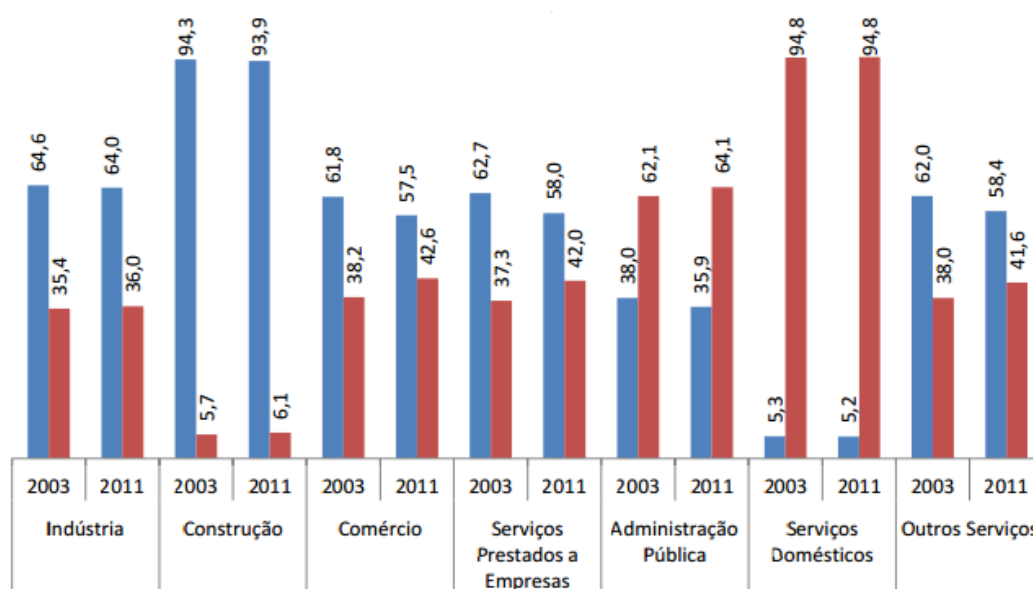
As primeiras lutas em favor dos direitos da mulher surgiram na segunda metade do século XIX. Estes movimentos tiveram como objetivo principal a luta por igualdade de direitos constitucionais e, num segundo plano a igualdade no terreno profissional. Foram conduzidos por mulheres operárias e das classes médias, que reivindicavam igualdade diante da lei e a possibilidade de poderem votar (BAUER, 2011, p. 100).

No Brasil, a incorporação das mulheres pelo mercado de trabalho foi favorável na década de 1970 devido à expansão da economia e a aceleração do processo de urbanização. Neste período, o país vivenciava um acelerado processo de industrialização, conduzido pelo investimento do capital internacional em parceria com a burguesia nacional. Ao mesmo tempo, houve o fortalecimento da organização dos movimentos sociais, com destaque para o surgimento do movimento feminista brasileiro que contestava os valores patriarcais e conservadores da nossa sociedade onde, historicamente as mulheres eram desvalorizadas e buscavam o reconhecimento dos seus direitos e a sua emancipação.

A absorção da mulher pelo mercado de trabalho é um processo bastante contraditório, pois ao mesmo tempo em que ela atende aos interesses do capital, configura uma possibilidade de organização e emancipação feminina.

Ainda, é importante considerar que, as mulheres sempre foram responsáveis pelo trabalho doméstico e reprodutivo, não lhes restavam muito tempo para qualificação e aprimoramento. Isso tornou seu processo de inserção no mercado de trabalho mais lento e cheio de obstáculos e, até os dias atuais, as mulheres possuem dificuldades de acessar os postos de trabalhos mais rentáveis. Fato esse que pode ser comprovado a partir dos dados do IBGE expresso a seguir.

Participação na população ocupada, por grupamentos de atividade, segundo o sexo (%) – (2003 e 2011)⁷



O gráfico retrata aspectos da divisão sexual do trabalho no Brasil e confirma que as mulheres, na sua maioria, estão exercendo no mercado de trabalho ocupação entendidas tradicionalmente como trabalho feminino e na nossa perspectiva isso reforça as desigualdades de gênero, pois, como também pode ser observado, as mulheres ocupam posto de trabalho precários e de baixo prestígio.

Deste modo, com a inserção das mulheres no mercado de trabalho, acredita-se que os espaços por elas ocupados, ainda não eram os escolhidos pelas mesmas e sim, o que os

⁷ FONTE: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego 2003-2011. *Média das estimativas mensais.

mecanismos políticos manejaram para que assumissem. Sendo assim, a presença da população feminina é mais um ajuste capitalista do que uma conquista efetiva.

Assim, tomando como base a igualdade de oportunidades entre os sexos, é importante a elaboração de políticas públicas que garantam a inserção e a permanência das mulheres no mercado com o mínimo de influência do ditado pelo capitalismo. Pois, reconhecemos que o processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho é um fenômeno que não considera a equidade de gênero neste espaço e portanto tem consolidado a mulher no papel de mãe e rainha do lar.

Conclusão

Os papéis sociais atribuídos historicamente ao ser homem e ao ser mulher é um fenômeno complexo e relacionado com o contexto econômico e a organização social de cada sociedade. Assim, as desigualdades entre homens e mulheres são construções históricas e foram reforçadas socialmente em conformidade com os períodos históricos.

No capitalismo, a reprodução dos papéis sociais atribuídos historicamente aos homens e mulheres relaciona-se com o contexto econômico, e ainda em relações intrínsecas com os interesses do capital.

Durante os estudos aqui desenvolvidos, foi observado que as desigualdades de gênero situam-se, sobretudo na divisão sexual do trabalho. Essa por sua vez, persiste até os dias atuais e coloca a mulher na posição inferioridade ao sexo oposto.

A análise expressa nesse estudo revela a necessidade de diversas mudanças estruturais para a superação das desigualdades de gênero, bem como a ampliação e implementação de meios que garantam a inserção da mulher no mercado de trabalho respeitando-a como sujeito de direito e ampliando sua cidadania.

Referências

ABRAMO, Laís. **Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro**. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?pid=S000967252006000400020&script=sci_arttext>. Acesso em: 25 janeiro de 2016.

BAUER, Carlos. **Breve história da mulher no mundo ocidental**. São Paulo: Edições Pulsar, 2001. 142p.

CESÉRIO, Maria I. **A sucessão hereditária na união estável no ordenamento jurídico**. Monografia (graduação em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade do vale do Itajaí. Itajaí, 2006.

CISNE, Mirla. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012. 144p.

COELHO, Carolina M. S. **Gênero: teoria e política**. Dimensões, Vitória, v.23. p.13-27, maio. 2009.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família**, da Propriedade Privada e do Estado. São Paulo: Centauro Editora, 2002.

FERNANDES, Mônica Aparecida apud BASTOS, Antônio Virgílio P. & BRITO, Jussara Cruz de. & D'ALONSO, Gláucia de Lima. **Gestão e conhecimento: A inserção da mulher no mercado de trabalho: um estudo sob a Perspectiva da psicologia**, Disponível em <http://www.pucpcaldas.br/graduacao/administracao/revista/artigos/v2013/artigos_v2013.html> acesso em 24 de janeiro de 2016.

IBGE in: Pesquisa mensal de emprego: Mulher no mercado de trabalho: Perguntas e respostas. Disponível em : http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf Acesso em 24 de janeiro de 2016.

KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez, 2011.175p.

LOBO, Elisabeth S. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.232p.

MOTA, Ana Elizabete Mota. **Cultura da Crise e Seguridade Social**: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos de 80 e 90. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 248.

NETO, José Paulo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007. p. 249.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero, in: **Revista Estudos Feministas**, CFH/CCE/UFSC, vol. 8, nº 2. Brasil, Santa Catarina. 2000. 8-41p.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a categoria mulher? In: **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002.

SAFIOTTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFIOTTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. Coleção Brasil Urgente.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. Recife. SOSCORPO, 1991.

SORJ, Bila. Os cuidados com a família e as desigualdades de gênero e de classe. In: costa, Albertina (org). **Divisão sexual do trabalho, estado e crise do capital**. Recife: SOSCORPO, 2010. 57-66p.

SOUSA, Analicia M. **Síndrome de alienação parental**: Um novo tema nos juízos de família. São Paulo: Cortez 2010. 222p.

TRÁFICO DE GÊNERO? O gênero no discurso das políticas públicas de enfrentamento ao tráfico sexual de mulheres no Brasil

GENDER TRAFFIC? The gender in the speech of public policies for combating sex trafficking of women in Brazil

Thiago Pereira Lima

Professor do Curso de Ciências Humanas, Campus de São Bernardo, Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Mestre em Ciências Sociais e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas pela UFMA (PPGPP/UFMA). É integrante do - Grupo de Pesquisa e Extensão sobre Relações de Gênero, Étnico-Raciais, Mulheres e Feminismo (GERAMUS), vinculado ao PPGPP/UFMA.

Resumo

Este artigo analisa as principais políticas públicas brasileiras que tratam do enfrentamento ao tráfico sexual de mulheres e a incorporação do discurso do gênero. Os materiais empíricos para a análise são: a Política Nacional de Enfrentamento de Pessoas, o I Plano Nacional de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, o II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e o discurso e as ações da Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Palavras-chave

Gênero. Políticas Públicas. Tráfico Sexual de Mulheres.

Abstract

This article analyzes the main Brazilian public policies that deal with the confrontation to the sexual trafficking of women and gender mainstreaming speech. The empirical material for analysis are: Política Nacional de Enfrentamento de Pessoas, the I Plano Nacional de enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, the II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas and the discourse and actions of the Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Keywords

Genre. Public Policy. Trafficking Sexual of Women.

Introdução

No Brasil, os esforços envidados para o enfrentamento ao tráfico sexual de mulheres, se consolidam com a criação da *Secretaria de Políticas para as Mulheres da*

Presidência da República, da Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, do I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Este artigo analisa a perspectiva de gênero contida nestes documentos que apresentam diretrizes para o enfrentamento ao tráfico sexual de mulheres. Faço a seguinte pergunta: como o gênero é incorporado no discurso do Estado Brasileiro no tocante ao enfrentamento ao tráfico sexual de mulheres? Para tanto, analiso em ordem cronológica, documentos oficiais como a *Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas* (2006), o *I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas* (2008) e o *II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas* (2013). Também problematizo o discurso e as ações da *Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República* (SPM-PR).

AS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS E O TRÁFICO SEXUAL DE MULHERES: mulher, mulheres ou gênero?

As intersecções entre o debate sobre o tráfico sexual e a discriminação das mulheres são históricas. No decorrer do século XX, várias convenções e tratados internacionais foram assinados no sentido de apontarem diretrizes para a construção de ações de enfrentamento.

Segundo o Ministério da Justiça⁸, no plano internacional, o Brasil foi signatário das seguintes convenções: Convenção para a Supressão do Tráfico de Pessoas e da Exploração da Prostituição de Outrem (1949); Pacto Internacional sobre os Direitos Civil e Político (1966); Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966); Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto San José da Costa Rica (1969); Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher - CEDAW (1979); Convenção Internacional dos Direitos da Criança (1989); Convenção

⁸ Ver informações no site do Ministério da Justiça: <http://www.justica.gov.br/sua-protecao/trafico-de-pessoas>.

Interamericana para Prevenção, Erradicação e Punição da Violência Contra a Mulher – Belém (1994); Convenção contra o Crime Organizado Transnacional (2000); Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças (2000); Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo ao Combate ao Tráfico de Migrantes por via Terrestre, Marítima e Aérea (2000); Protocolo Opcional da Convenção sobre Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (2001).

O ponto convergente dessas convenções é que as mulheres são um dos públicos considerados como mais discriminados e, por isso, mais vulneráveis ao tráfico. Esses documentos internacionais reconhecem a existência das desigualdades entre os sexos. No entanto, há limites destas convenções internacionais com relação ao campo semântico do gênero; nos documentos, há a percepção de uma concepção generalizante de mulher.

No final do século XX, no ano de 2000, foi aprovado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o *Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à prevenção, repressão e punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças* – conhecido como *Protocolo de Palermo*. O referido documento inicia outra fase do marco jurídico internacional quanto aos assuntos relacionados tráfico e prostituição (CASTILHO, 2008, p.11). Com a expressão para *fins de exploração*, presente no artigo 3º, o *Protocolo de Palermo* amplia a noção de *exploração* considerando “a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, os trabalhos ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos⁹”.

Neste novo aporte jurídico, o mercado do sexo é visto como um dos espaços para as vítimas do tráfico, porém não é o único, pois há tráfico para exploração do trabalho

⁹ Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à prevenção, repressão e punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças – Protocolo de Palermo. Artigo 3º, Página 3.

doméstico, nos setores agrícolas, construção civil, alguns setores industriais e de serviços (PISCITELLI, 2008, p.16).

É também o *Protocolo de Palermo* que traz a ideia de *pessoas*, ao reconhecer que outros/outras participantes são vulneráveis à prática, como crianças, adolescentes, homens e outras modalidades de gênero como os/as trans¹⁰, embora o texto internacional não faça menção a estes sujeitos/sujeitas.

Em 2006, o Brasil elabora a *Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*, considerada um marco na discussão. O debate sobre o tráfico sexual de mulheres passa a ser enquadrado dentro da *Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas* que segue “as normas e instrumentos nacionais e internacionais de direitos humanos”¹¹. Elaborada por representantes do Poder Executivo Federal, do Ministério da Justiça, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, a *Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas* sancionada a partir do Decreto nº 5.948 de 26 de outubro de 2006, configura o principal instrumento jurídico-normativo do Estado Brasileiro ao enfrentamento desta prática.

Esta política segue a linha internacional no tocante ao enfrentamento ao tráfico, direcionando as ações para os eixos de prevenção, repressão à atividade e assistência à vítima. Seus princípios expressam os preceitos da dignidade da pessoa, a não discriminação por gênero, orientação sexual, origem étnica ou social, procedência, raça, religião, situação geográfica¹². A política pública brasileira adota o *Protocolo de Palermo* como referência, utilizando a mesma definição de *tráfico de pessoas*¹³.

¹⁰ Piscitelli (2006) O termo “trans” é um termo êmico – ou seja, usados na lógica de pensamento de um grupo social – frequentemente utilizado para se referir aos travestis, transexuais ou transgêneros.

¹¹ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.948 de 26 de Outubro de 2006, Artigo 1º.

¹² PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto nº 5.948 de 26 de Outubro de 2006.

¹³ O recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça ou uso da força ou a outras formas de coação, ao rapto, á fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra, para fins de exploração. Protocolo

Na *Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas* a ideia de gênero fica subsumida à categoria *pessoas* e aos *direitos humanos*. Além das marcas de gênero ficarem escondidas, a ideia de *mulheres* apresenta limitações, visto que não está apresentada de forma relacional.

Como desdobramento da *Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*, o *I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas* – I PNETP foi elaborado em 2008 por um Grupo de Trabalho Interministerial coordenado de forma conjunta, pela SPM/PR, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR e o Ministério da Justiça - MJ. Colaboraram na construção do *I Plano*, o Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e a sociedade civil organizada, incluindo organizações não-governamentais, especialistas e organismos internacionais. O referido plano aprofunda e concretiza a *Política Nacional*. Foi instituído pelo Decreto nº 6347 em 2008 com o objetivo de prevenir e reprimir o tráfico de pessoas, bem como responsabilizar os seus autores e garantir atenção e suporte às vítimas. Segundo o Ministério da Justiça, no I PNETP ampliou-se “a articulação entre diferentes experiências no planejamento, implementação e avaliação das ações previstas na *Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*”.

Neste documento, de caráter operacional, há a ideia de que as mulheres são as maiores vítimas do tráfico e por isso, necessitam de políticas públicas. Com relação à ideia de gênero, há, em todo o texto, a seguinte afirmação: “garantir os recortes de gênero, orientação sexual, raça/etnia, origem social, procedência, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária, situação migratória, especificidades regionais entre outros, é uma preocupação que perpassa todo o plano e será levado em conta na implementação de todas as suas ações” (BRASIL, 2008, p.16).

No ano de 2013, foi aprovado o *II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. O *II Plano Nacional* tem os seguintes objetivos: ampliar e aperfeiçoar a atuação de

Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à prevenção, repressão e punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças – Protocolo de Palermo. In: www.unodc.org/brazil. Acesso em 10 de Fevereiro de 2012. Artigo 3º, Página 2.

instâncias e órgãos envolvidos no enfrentamento ao tráfico de pessoas, na prevenção e repressão do crime, na responsabilização dos autores, na atenção às vítimas e na proteção de seus direitos; fomentar e fortalecer a cooperação entre órgãos públicos, organizações da sociedade civil e organismos internacionais no Brasil e no exterior envolvidos no enfrentamento ao tráfico de pessoas; reduzir as situações de vulnerabilidade ao tráfico de pessoas, consideradas as identidades e especificidades dos grupos sociais; capacitar profissionais, instituições e organizações envolvidas com o enfrentamento ao tráfico de pessoas; produzir e disseminar informações sobre o tráfico de pessoas e as ações para seu enfrentamento; e sensibilizar e mobilizar a sociedade para prevenir a ocorrência, os riscos e os impactos do tráfico de pessoas (BRASIL, 2013, p. 15).

Com duração de 4 anos, de 2013 a 2016, tem as seguintes linhas operativas, com a perspectiva da prevenção, repressão e atendimento: aperfeiçoamento do marco regulatório para fortalecer o enfrentamento ao tráfico de pessoas; integração e fortalecimento das políticas públicas, redes de atendimento, organizações para prestação de serviços necessários ao enfrentamento ao tráfico de pessoas; capacitação para o enfrentamento ao tráfico de pessoas; produção, gestão e disseminação de informação e conhecimento sobre tráfico de pessoas; e campanhas e mobilização para o enfrentamento ao tráfico de pessoas (BRASIL, 2013, p. 20).

O *II Plano* amplia mais a discussão que envolve as mulheres e a abordagem de gênero. Propõe o enfrentamento a partir de uma perspectiva de gênero, levando em consideração as seguintes metas:

Material voltado para comunidade escolar sobre enfrentamento ao tráfico de pessoas com abordagem de gênero, diversidade sexual e etnicorracial produzido e disseminado. Formação continuada dos recursos humanos dos Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante e Comitês voltados aos temas relacionados ao tráfico de pessoas, tais como globalização, racismo, gênero, homofobia, migração e direitos humanos, realizada. Investigação ou análise que identifique a relação entre o tráfico de pessoas e a vulnerabilidade de grupos populacionais caracterizados: (i) por sua procedência geográfica; (ii) por sua etnia e raça (população indígena e população afrodescendente); (iii) por sua orientação sexual e identidade de gênero; (iv) por serem mulheres; (v) por serem crianças ou adolescentes; (vi) por serem profissionais do sexo, específicos desenvolvida e disseminada. Investigação ou análise que identifique as relações entre tráfico de

pessoas, migração e trabalho, com recorte de raça, etnia, gênero e violação de direitos desenvolvida e disseminada (BRASIL, 2013, p. 26, 27 e 29).

Outras identidades de gênero aparecem nos documentos na discussão sobre as metas do plano em que se propõem “ações de inclusão produtiva e de enfrentamento à evasão escolar de populações vulneráveis ao tráfico de pessoas realizadas, em particular lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais” (BRASIL, 2013, p.23). É no II Plano que se abre espaço para que estes sujeitos/sujeitas estejam representados/as na discussão sobre a política, através do *Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*.

No âmbito das estratégias estatais brasileiras de enfrentamento ao tráfico, especificamente o tráfico de mulheres, destaco também a atuação da *Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR)* que foi criada no ano de 2003, cujo principal escopo é “promover a igualdade entre homens e mulheres e combater todas as formas de preconceito e discriminação herdadas de uma sociedade patriarcal e excludente”, além de buscar a “valorização da mulher e de sua inclusão no processo de desenvolvimento social, econômico, político e cultural do País” atuando em três eixos: Políticas do Trabalho e da Autonomia Econômica das Mulheres; Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; e Programas e Ações nas áreas de Saúde, Educação, Cultura, Participação Política, Igualdade de Gênero e Diversidade¹⁴.

No âmbito da SPM/PR, ações direcionadas às mulheres foram construídas, reproduzindo a visão do *Protocolo de Palermo* e da *Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas*. Refiro-me ao *Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher*¹⁵ (2007) e a *Política Nacional de Enfrentamento à violência contra as mulheres*¹⁶

¹⁴ Ver site da SPM-PR: <http://www.spm.gov.br/sobre>

¹⁵ O *Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher* (2007) é uma publicação da SPM-PR, como parte da Agenda Social do Governo Federal. O Pacto consiste num acordo federativo entre o governo federal, os governos dos estados e dos municípios brasileiros para o planejamento de ações que visem à consolidação da *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres*, por meio da implementação de políticas públicas integradas em todo território nacional (www.spm.gov.br).

¹⁶ A *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres* (2007) tem por finalidade estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres. Orienta a formulação e execução das políticas públicas implementadas pela SPM/PR. Com base em instrumentos

(2007). Nelas, há referências sobre o tráfico para fins de exploração sexual como uma expressão da violência contra as mulheres.

Ressalto que a menção ao tráfico de mulheres enquanto um *problema social* e como uma das expressões da *violência* contra a mulher, já era feita pela SPM/PR, antes da criação da *Política Nacional* e dos *Planos Nacionais* por meio de uma grande variedade de documentos cuja divulgação tem acontecido desde o ano de 2004. De 2005 a 2015, há uma série de publicações da SPM/PR que fazem menção à concepção de tráfico de mulheres em sua vertente sexual, movimentando categorias como *mulher, mulheres e gênero*¹⁷.

internacionais de direitos humanos e em normas nacionais, também orienta as políticas para a assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência (www.spm.gov.br).

¹⁷ Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004); I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres ANAIS (2004); Paineis Revisão da legislação punitiva que trata da interrupção voluntária da gravidez (2005); Violência sexual no Brasil: perspectivas e desafios (2005); Balanço das ações 2003/2005; Marcadas a ferro (2005); Norma Técnica de Uniformização Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência (2006); Memória 2003 - 2006 (2006); Instrumentos Internacionais de Direitos das Mulheres (2006); 1º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero Redações e trabalhos científicos monográficos premiados (2006); Manual de Capacitação Multidisciplinar (2006); Retrospectiva - Política para as Mulheres: Compromisso de todos os dias (2006); Norma técnica de padronização - delegacias especializadas de atendimento à mulher - DEAMS (2006); Plano Nacional de Políticas para as Mulheres - Relatório de Implementação - 2005 (2006); Mulher Adolescente/Jovem em Situação de Violência Propostas de intervenção para o setor saúde Módulo de auto-aprendizagem (2007); 2º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero Redações e trabalhos científicos monográficos premiados (2007); Enfrentando a violência contra a mulher - Orientações Práticas para Profissionais e Voluntários (as) (2007); Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Balanço de ações 2006-2007 (2007); Experiências e Desafios: Comitê sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher CEDAW/ONU (2008); II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2008); As mulheres e os Direitos Humanos (2008); II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; Cartilha (2008); Gênero e Políticas Públicas: a construção de uma experiência de formação (2008); VI Relatório Nacional Brasileiro: Convenção para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres - CEDAW Organização das Nações Unidas (2008); 3º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero Redações e artigos científicos premiados (2008); Mulheres em pauta (2008); *Revista do Observatório Brasil Igualdade de Gênero - OBIG* (2009); *Mulheres Diálogos sobre Segurança Pública* (2009); Segurança pública, outros olhares, novas possibilidades (2009); Trabajo decente para los trabajadores domésticos (2009); 4º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero Redações e artigos científicos premiados (2009); I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2005-2007 (2009); *Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres* (2010); *Rumos para o Cairo +20* (2010); *Com todas as Mulheres por todos os seus direitos* (2010); *Norma Técnica de Padronização das Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres (DEAMs)* (2010); *Fórum de Mulheres do IBAS* (2010); *Revista do Observatório Brasil de Igualdade de Gênero 2ª Edição* (2010); *Tráfico de Mulheres - Política Nacional de Enfrentamento* (2011); *Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres* (2011); *Rede de Enfrentamento à - Violência contra as Mulheres* (2011); *Mulheres do Campo e da Floresta - Diretrizes e Ações Nacionais* (2011); *Diretrizes Nacionais para o Abrigamento de Mulheres em Situação de Risco e de Violência* (2011); *Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres* (2011); *Jornal da 3ª Conferência - Texto de orientação para as Conferências Estaduais e do Distrito Federal* (2011); *Anuário das Mulheres Brasileiras - 2011 - DIEESE* (2011); *Ligue 180 - Balanço semestral - janeiro a junho/2012* (2012); *MAIS para*

Mulher, mulheres e gênero tornam-se, dentro dos documentos oficiais e no discurso de um organismo federal, unidades de referência para a construção das políticas públicas nacionais de enfrentamento ao tráfico. A todo tempo, estas categorias são movimentadas com diversas semânticas.

Nessa produção de discurso de enfrentamento ao tráfico sexual de mulheres, há um *tráfico de gênero*, tomando de empréstimo as palavras de Costa (1998, p.130 e 131). A autora afirma a necessidade de analisar os usos e apropriações indiscriminados da categoria *gênero*, visto que é um conceito que veio de fora, foi apropriado e traduzido para o contexto acadêmico e político brasileiro. Assim, é reducionista considerar o *gênero* enquanto sinônimo de *mulher* ou enquanto uma categoria em que estuda somente a relação entre *homens* e *mulheres*. Costa (1998, p.132 e 133) defende um retorno à categoria *mulher*, não de forma essencializada, mas como uma categoria política articulada com outras categorias da identidade.

Scott (1990) discute o conceito de *gênero*, abrindo perspectivas que transcendem a visão de que este associa às questões relativas às *mulheres*. A autora vai além dos aspectos biológicos como fundadores do *gênero*, compreendendo-o como uma construção sociocultural e como um complexo de relações sociais que precisam ser entendidas não de forma universalizadora, mas levando em consideração as especificidades e variabilidades históricas.

Compartilho da visão de que o *gênero* é o discurso construído em torno da diferença dos sexos, que interpreta o “sentido dos símbolos, expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas” e que estas “tomam a forma típica de uma

as mulheres brasileiras autonomia, igualdade e cidadania (2012); Rio + 20 - desafio da incorporação da igualdade entre mulheres e homens (2012); Mais Mulheres no Poder Plataforma 2012 (2012); Revista Observatório Brasil de Igualdade de Gênero Edição Especial (2012); Ligue 180 - Balanço semestral - Janeiro a Junho/2013 (2013); Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013 - 2015 (2013); I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (junto com Ministério da Justiça) (2013); Revista Ouvidoria da mulher SPM (2013); 9º Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero (2014); Revista Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (2014); Balanço 2014: Ligue 180 - Central de Atendimento à Mulher (2015); Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (2015);



oposição binária, que afirma de maneira categórica e sem equívocos o sentido do masculino e do feminino” (SCOTT, 1990, p. 12).

Nesta perspectiva, é necessário dar “atenção aos sistemas de significação, isto é, às maneiras como as sociedades apresentam o gênero, utilizam-no para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência” (SCOTT, 1990, p. 9). Assim, o gênero é uma construção agenciada socialmente; é uma “identidade socialmente construída através do tempo” e de uma repetição incorporada através de gestos, movimentos, estilos. É o mecanismo em que as noções de *masculino* e *feminino* são produzidas, naturalizadas e vistas dentro de ótica binária-sexista; também é uma possibilidade de ser um dispositivo para que estes termos sejam desconstruídos e desnaturalizados (BUTLER, 2003).

Nesse sentido, o gênero apresenta problemas e fragilidades e há sempre a possibilidade de deslocamento do binarismo naturalizado *masculino* e *feminino*. Outros/outras sujeitos/sujeitas, desejos, sexualidades e possibilidades de subjetividades não circunscritas na heteronormatividade¹⁸, a exemplo de gays, lésbicas e transexuais, passam a ser vistos/vistas no discurso científico e político.

Percebo que as políticas de enfrentamento ao tráfico expressam as transformações advindas dos movimentos sociais feministas e de mulheres na construção de direitos diferenciados, bem como a construção política do reconhecimento de grupos excluídos historicamente como as mulheres. Outra dimensão é o conceito de violência que é ampliado, levando em consideração a violência física e simbólica num contexto de relações sociais de matriz androcêntrica.

Por outro lado, a ideia de gênero nas políticas públicas brasileiras, não expressa a complexa dimensão semântica da categoria, parecendo naturalizar-se e reduzir-se nas práticas de enfrentamento do Estado a uma compreensão de ser sinônimo de mulher.

¹⁸ Para Butler (2003) a heteronormatividade consiste em atributos e práticas sociais que preservam padrões normativos convencionais com relação às identidades de gênero e sexuais.

Conclusão

As políticas públicas de tráfico no Brasil são constituídas a partir da influência do debate feminista. Parto da hipótese de que embora os documentos realcem a questão de gênero, considerando as especificidades das vítimas e a construção de ações não discriminatórias, a ideia de gênero é associada à *mulher* ou *mulheres*.

A *Política Nacional*, o *I Plano*, o *II Plano*, os documentos e as ações da SPM/PR expressam atenção às mulheres. No caso da *Política Nacional* observo que os sentidos do gênero ficam limitados; questões sobre outras expressões de gênero, por exemplo, não são citadas em profundidade nem citadas explicitamente. No caso da SPM/PR, a discussão do gênero está associada à mulher/mulheres; mesmo nessa pluralidade, deixa velado o debate sobre mulheres trans e lésbicas.

Argumento que há um *tráfico de gênero* nos discursos que circulam no Estado Brasileiro; há movimentos que o gênero apresenta muitos deslizamentos e também espectros discursivos. No discurso oficial, aparecem os demarcadores de diferenças, como os de raça, classe, etários, orientação sexual e nacionalidade. Por outro lado, ainda que haja a concepção de *mulheres* no plural, isso pode expressar uma essencialização de um sujeito político e não um questionamento sobre o sistema de relações de poder que estruturam a desigualdade e a exclusão; ao mesmo tempo, pode revelar a ideia de *mulheres* como um projeto político e não como uma descrição (LAURETIS, 1994). As políticas públicas devem ser vistas em sua ambiguidade.

Referências

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTILHO, Ela Wiecko V. de. Tráfico de Pessoas: da Convenção de Genebra ao Protocolo de Palermo. In: Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Justiça. **Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas**. Brasília: SNJ, 2008.

COSTA, Claudia de Lima. O tráfico de gênero. **Cadernos Pagu** (11) 1998: pp.127-140.

LAURETIS, Teresa de. A Tecnologia do Gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org.) **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: ROCCO, 1994.

PISCITELLI, Adriana. [Sujeição ou subversão? migrantes brasileiras na indústria do sexo na Espanha](#). História & Perspectivas, Universidade Federal de Uberlândia, nº 35, Agosto-Dezembro, 2006.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2. Jul/Dez. 2008, p.263 a 274.

Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional relativo à prevenção, repressão e punição do Tráfico de Pessoas, em especial Mulheres e Crianças – Protocolo de Palermo. In: www.unodc.org/brazil. Acesso em 10 de fevereiro de 2012.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas** Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto nº 5.948 de 26 de Outubro de 2006**.

Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. **Tráfico de Mulheres; Política Nacional de Enfrentamento**. Brasília, 2011.

Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres**. Brasília, 2011.

Secretaria Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Secretaria de Políticas para as Mulheres – Presidência da República. **Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres**. Brasília, 2011.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade: Mulher e Educação**, vol.15, nº2, jul-dez, 1990.

VELHICE (S) E LAZER (ES): tempo, espaço e atitude**OLD AGE (S) and leisure (ES): time, space and attitude****Ângela Roberta Lucas Leite**

UFMA, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas; Áreas em que desenvolvem pesquisas: Lazer; Velhice; Políticas Públicas e Representações Sociais. Nível de formação: Graduada em Hotelaria / UFMA.

Marli Alcântara Ferreira Morais

UFMA, Professora Adjunta de Serviço Social, da Universidade Federal do Maranhão. Desenvolve pesquisas nas áreas de Educação e Serviço Social, nos temas Modos de Vida e Políticas Públicas. Nível de formação: Doutora em Políticas Públicas / UFMA.

Maria do Socorro Sousa de Araújo

UFMA, Professora no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas; Áreas nas quais desenvolve pesquisas: Políticas Públicas; Representações Sociais; Política de Assistência Social e Sistema único de Assistência Social; e Pobreza. Nível de formação: Doutora em Políticas Públicas/UFMA

Resumo

O artigo tem como objetivo analisar as representações sociais acerca de lazer na velhice que os (as) velhos (as) acionam nas suas práticas de lazer, ou na ausência delas. Foram realizadas 14 (quatorze) entrevistas com velhos (as), aposentados (as) do serviço público estadual do Maranhão, no Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI) em São Luís/MA. As representações foram identificadas e classificadas a partir das ferramentas analíticas de Pierre Bourdieu (2010) através dos conceitos de *habitus* e região. Os resultados apontam que o(a)s velho(a)s são motivados a buscar as atividades de lazer do PAI por diversos fatores e que as representações de lazer na velhice são acionadas a partir das dimensões de tempo, atitude e espaço.

Palavras-chave

Velhice. Lazer. Tempo. Atitude. Espaço.

Abstract

The article aims to analyze the social representations of leisure in old ages that the older are use in your leisure practice or in your absence. Were done 14 (fourteen) interview with older, retireds, of state public service of Maranhão, in the Integrated Action Program to the retired (PIA) in São Luís - MA. The representation were indentified and rated from analityc tools of Pierre Bourdieu (2010) through habitus concepts and region. The results link to the motivated old the in search for leisure of IAP for many facts and that the leisure representation in old age are actuated from one of dimation of the time, actitude and space.

Keywords

Old age. Leisure. Time. Actitude. Space.



Introdução

Este artigo, que faz parte da pesquisa de mestrado intitulada “**VELHICES E LAZERES:** a representação do lazer por velhos (as) integrantes do Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI) em São Luís/MA”, tem como objetivo analisar as representações de lazer na velhice a partir das dimensões tempo, atitude e espaço, relacionando-os com os critérios que determinam o ser-velho dentro do Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI) em São Luís/MA.

A rigor, o lazer vivenciado na velhice acontece nos mais diversos tempo-espacos em que velhos e velhas vivem e convivem, porém, o acesso as atividades encontram obstáculos para sua contemplação, sejam eles econômicos, sociais, políticos, culturais e ideológicos (MARCELLINO, 2006). O lazer, nas suas mais diversas manifestações, pode e deve ser adquirido em quaisquer situações pagas ou não pagas. É preciso que políticas públicas oportunizem tais práticas de incentivo ao lazer e transforme-o em um fator fundamental à concretização da cidadania plena (MARCELLINO, 2006).

Portanto, considerando essa situação e o fato do lazer ser um direito socialmente garantido no Brasil, faz-se necessário intensificar a discussão sobre o que é o lazer e de que forma é oferecido para esse segmento social dentro dos espaços acadêmicos, considerando assim a pluralidade da velhice, já que nem toda a velhice é igual e que nem todos tem o mesmo acesso ao lazer.

Assim, buscamos compreender as concepções que os velhos, aposentados do serviço público estadual do Maranhão, apresentam a respeito do lazer na velhice e para os velhos. A proposta é analisar representações de lazer como critério de identificação social - região, no contexto do Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI)¹⁹, no município de São Luís, Maranhão. Assim, a pergunta geradora desse processo é: como os homens e mulheres velhos percebem e representam o lazer em suas vidas?

¹⁹ Vinculado à Secretaria de Estado da Gestão e Previdência (SEGEP) do Governo do Estado do Maranhão, o PAI atende aposentados, pensionistas e pessoas dos clubes da melhor idade.

A pesquisa mostra-se relevante devido ao aumento considerável que a população de velhos vem apresentando durante essas últimas décadas no Brasil, trazendo consigo diversas implicações econômicas, políticas e sociais para o país. Por isso, é importante e necessário repensar como os velhos e velhas são tratados em nossa sociedade e de que forma estão sendo organizadas políticas públicas de lazer para atender esta demanda. Desta forma, as políticas públicas de lazer integram esse contexto, como um fator gerador de qualidade de vida para as possíveis intercorrências da velhice, fato que vem a justificar a existência desse estudo.

Tornar visível e qualificar como objeto de estudo o lazer na (para) velhice é, talvez, uma das nossas maiores motivações e pretensões com a realização desse esforço investigativo. As histórias de vida compartilhadas por homens e mulheres velhos do Programa de Ação Integrada para o Aposentado (PAI) relacionam-se e, de certa forma, os aproximam de outros velhos já estudados por diferentes autores em diversas pesquisas acadêmicas.

É em Bourdieu (2010, 2013) que buscamos o suporte teórico-metodológico fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa, através, sobretudo, dos conceitos de *habitus*²⁰ e região²¹. Recorremos, então, a pesquisa bibliográfica e documental acerca das categorias velhice e lazer. Trabalhou-se com a pesquisa qualitativa, em que foram utilizadas na pesquisa de campo, técnicas como observação participante em atividade regulares com os velhos (as), bem como entrevistas semiestruturadas e conversas informais com velhos (as) aposentados (as) da Administração Pública do Estado do Maranhão. Utilizando como análise dos depoimentos dos entrevistados, procurou-se

²⁰ A respeito do *habitus*, Bourdieu (2013, p. 87), o concebe como: “Sistemas de disposições duráveis e transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, ou seja, como princípios geradores e organizadores de práticas e representações que podem ser objetivamente adaptadas ao seu objetivo sem supor a intenção consciente de fins e o domínio expresso das operações necessárias para alcançá-los”.

²¹ Para Bourdieu (2010, p. 114), a região é um: “... princípio da di-visor, ato mágico, quer dizer, propriamente social, de *diacrisis* que introduz por decreto uma descontinuidade decisória na continuidade natural (não só entre as regiões do espaço, mas também entre as idades, os sexos, etc.).”

evidenciar suas falas a fim de delinear que representações de lazer na velhice e para velhice são vivenciadas no PAI.

Convêm ressaltar a necessidade que tivemos em fazer um recorte quanto aos praticantes das atividades, já que participavam das atividades, pessoas dos clubes da melhor idade e do grupo AAGEN (Associação dos Amigos do GEN - Gerenciamento do Envelhecimento Natural), os pensionistas e os aposentados do Estado. Inicialmente pensamos em entrevistar todos os velhos e velhas com mais de 60 anos de idade que nos fossem apresentados e que praticassem atividades há pelo menos 1 ano sem interrupções. Contudo, chegamos a conclusão que não poderíamos excluir as pessoas pela idade cronológica, já que esta pesquisa parte do pressuposto de que a forma de vivenciar o lazer na velhice é heterogênea, por conta de fatores como diferenciações de gênero, classe social, educação, composição familiar e as interações sociais. O critério idade caiu por terra, sendo assim preciso adaptar novos critérios de classificação para os entrevistados. Então, optamos pelos seguintes critérios de inclusão: aposentados e aposentadas da Administração Pública Estadual, que frequentam as atividades de lazer do PAI (mínimo 1 ano sem interrupções). Desta forma, foram excluídas desta pesquisa as pessoas que não eram aposentadas do serviço público do Estado do Maranhão e que frequentavam as atividades com frequência menor de que o período de 1 ano.

Os dados foram coletados entre os meses de agosto a dezembro de 2015, no PAI, e em algumas eventualidades, fora do mesmo, em reuniões dos grupos, encontros comemorativos e apresentações socioculturais. Para a coleta utilizamos as entrevistas semiestruturadas, por meio de um roteiro, o qual aborda as categorias velhice e lazer.

Adotamos nomes fictícios para preservar a identidade do(a)s entrevistado(a)s, sendo associados à nome de estrelas (astros que possuem luz e brilho próprios). A analogia proposta remete o brilho de uma estrela à energia e a força existencial que emanam dos velhos e velhas frequentadores do PAI, isto significa que, brilho estaria relacionado à condição de ser velho ou velha.

O perfil apresentado pelos 14 entrevistados corresponde a cinco homens e nove mulheres, sendo a sua maioria com idade entre 70 e 79 anos, com formação superior, solteiros, que vivem com a renda de um salário-mínimo²² e frequentam o PAI entre 1 à 5 anos interrompidos. Com relação às atividades que os velhos praticam no PAI, as atividades disponíveis para eles limitavam-se às aulas de hidroginástica, alongamento, oficina da memória, aula de dança, canto coral, futsal e aeróbica.

A definição do número de sujeitos entrevistados se deu pela saturação qualitativa, ou seja, pela repetição dos dados, quando as informações obtidas estão confirmadas o suficiente e a inclusão de novas não infere contribuição alguma para a pesquisa. Para a análise das entrevistas utilizamos a técnica de interpretação, em que procuramos evidenciar as falas dos entrevistados a fim de delinear que representações de lazer na velhice e para velhice são vivenciadas no PAI.

O lazer na percepção de quem vivencia

Assim como a velhice, o lazer, é uma categoria socialmente construída e que seus sentidos assumem diferentes conceitos a depender do conhecimento produzido por um determinado grupo social, em uma determinada região e em um determinado momento histórico.

Marcelino (2006), Melo e Alves Junior (2003) e Santos (2008) explicitam que o lazer deve ser associado às dimensões tempo, atitude e espaços para que seu entendimento revele a sua totalidade. Na perspectiva do lazer associado ao tempo, considera-se um tempo oposto ao trabalho, tempo de não-trabalho, tempo livre ou desocupado, tempo liberado do trabalho e das obrigações cotidianas. O lazer associado à atitude reflete a subjetividade do indivíduo, a busca pelo prazer e pela satisfação, de realizações pessoais, em prol do bem-estar físico e mental. O lazer associado à variável espaço remete à sua

²² Consideramos para efeitos dessa pesquisa, o valor do salário-mínimo de R\$ 788,00 estabelecido pelo Ministério da Previdência Social desde 01/01/2015 (dados extraídos do Portal: <<http://www.previdencia.gov.br/>>. Acesso em: 21. 12.2015).

realização não apenas nos objetos geográficos, naturais e artificiais, mas considera a sociedade que faz parte desse espaço, como um lugar de construção de identidade. Neste caso, as necessidades sociais de participação, de associação, de realização e de integração com outros indivíduos acontecem nos espaços, sejam eles públicos ou privados.

Devido a abrangência conceitual que essas linhas apresentam, o lazer pode ser entendido de várias formas: como tempo livre, tempo liberado do trabalho, tempo de consumo, tempo alienado ou improdutivo, um estilo de comportamento e de vida que influi na qualidade de vida, uma forma de prazer e de realização pessoal; ou ainda como um direito social, que favorece a construção da identidade pessoal.

Ao serem questionados sobre como concebem o lazer, os entrevistados apresentaram várias interpretações. O depoimento do Sr. *Alfa Centauri* substancia essa realidade, sendo que na sua concepção o lazer assume várias perspectivas, conforme ressalta: “Existem várias maneiras de se ver o lazer. É aquilo que foge do cotidiano que a gente faz naturalmente. Dar a si mesmo o prazer de algo diferente. É aquilo que a gente faz como se tivesse fazendo uma terapia”. (Sr. Alfa Centauri).

Neste caso, o lazer está associado a ideia de fuga do cotidiano, a busca pelo prazer e a qualidade de vida, ou seja, retrata as dimensões do tempo, da atitude e do espaço de lazer. São essas dimensões que revelam o entendimento do lazer em sua totalidade (MARCELLINO, 2006; MELO; ALVES JUNIOR, 2003).

Quando o lazer é examinado pelo prisma temporal, muitas vezes, seu significado remete às representações tempo liberado do trabalho, tempo de não-trabalho e tempo livre. Na fala do Sr. *Alfa Centauri*, ao mencionar que o lazer é aquilo que foge do cotidiano, observamos a alusão ao tempo liberado das obrigações rotineiras. As atividades voltadas ao lazer aparecem apenas depois das obrigações trabalhistas, das familiares, das necessidades básicas, entre outras. Conforme cita Dumazedier (2001, p. 92), o lazer remete ao tempo em que a pessoa “[...] se libera ao seu gosto da fadiga, descansando; do tédio, divertindo-se; da especialização funcional, desenvolvendo de maneira interessada as capacidades de seu corpo e de seu espírito”.

As atividades de lazer para os velhos, em certos momentos, também são apreciadas como um preenchimento do espaço deixado pela aposentadoria, ou apenas uma válvula de escape das obrigações rotineiras. O afastamento do trabalho ocasionado pela aposentadoria pode representar desde um sentimento de perda, de início da velhice e de aproximação da finitude, até uma nova fase da vida, na qual as atividades de lazer são consideradas centrais pelo velho-aposentado e ocupam um lugar importante em sua vida e no uso do seu tempo (SANTOS, 1990).

Neste sentido, o lazer é observado como um tempo de distração, de diversão, de entrega e conseqüentemente, incide na representação de manifestação humana, ou seja, traz a ideia de mudanças de atitudes, consoante destacado na fala a seguir: “Significa se divertir, você se entregar a alguma atividade, ficar esquecido das preocupações do mundo, você ficar concentrado em se divertir”. (Sra. Vega).

Para a Sra. Vega o lazer é o momento em que as pessoas podem relaxar, descontraír e se divertir. Os elementos que surgem desta fala indicam que o lazer teria a função de compensar certas experiências vividas no cotidiano. As atividades vivenciadas também proporcionam uma excitação agradável ou estímulo das emoções por meio das escolhas e vontade de cada um. Ao destacar o aspecto diversão, a Sra. Vega expressa que a questão de um tempo dedicado para si, de contemplação, no qual se faz aquilo que se gosta a partir das atitudes tomadas para sua escolha.

Quando um sujeito escolhe uma determinada atividade de lazer para contemplar, suas atitudes estão dotadas de cargas afetivas, cognitivas e comportamentais (CAVAZZA, 2008), o que reflete naquilo que ele pensa, sente e tem a intenção de fazer com relação a atividade escolhida. Assim, o aspecto atitude, no lazer, caracteriza-se pela relação entre o sujeito e a experiência vivida na atividade, considerando as especificidades como a possibilidade de escolher, dentre vários motivos, a atividade que vai de encontro aos seus interesses, a livre adesão desse sujeito e a satisfação provocada por esta atividade.

Assim, o lazer se difere pelos conteúdos apresentados em cada atividade e os interesses de cada participante. O depoimento da Sra. Canopus, que frequenta as aulas de

alongamento e hidroginástica, apresenta a seguinte concepção de lazer: “Lazer é o seguinte: é fazer os meus movimentos. O lazer é o que traz de bom para a saúde”. (Sra. Canopus).

Nesse depoimento, a escolha pelas atividades de alongamento e hidroginástica da entrevistada reflete a distinção dos conteúdos das atividades de lazer, sendo estabelecida pelo que o autor Marcellino (2006) denomina de opção, ou seja, a escolha de uma determinada atividade de lazer é estabelecida em termos de predominância, representado pelas escolhas subjetivas de cada participante e seus interesses em relação aos conteúdos dessas atividades. A classificação dos conteúdos das atividades de lazer pode ser agrupada de acordo com o predomínio destes nas atividades, conforme ressalta Dumazedier (1979). Assim, o que motiva a Sra. Canopus a participar de suas atividades são os seus interesses pelos conteúdos das aulas, os interesses físico-esportivos, em prol da melhoria da qualidade de vida, do bem-estar físico e mental.

A escolha por uma atividade específica de lazer remontam à construção da história de vida desses aposentados. Ao serem questionados a respeito de quais atividades de lazer vivenciavam quando mais jovens e os motivos que levaram a procurar o PAI, destacamos a fala do Sr. Betelgeuse que relaciona a atividade de lazer que pratica no PAI à atividade que praticava anteriormente, consoante destacado na fala a seguir:

“Jogo futebol desde novo”. (Sr. Betelgeuse).

Ao se aposentar, o Sr. Betelgeuse continuou a praticar o futsal no PAI, ou seja, jogar futebol desde novo fez com que o Sr. Betelgeuse procurasse o futsal como atividade no PAI.

Outras motivações identificadas nos depoimentos foram a busca do lazer como uma forma de compensar alguma perda sofrida, ou ainda por não poder usufruir desses lazeres quando ainda trabalhavam. A perda familiar da entrevistada Sra. Vega a fez frequentar o grupo GEN, quando ainda funcionava no Hospital Macieira e que integra



atualmente o PAI. Em sua fala a informante ressalta que: “Por um problema pessoal, a perda da minha irmã, me levou a frequentar o grupo. A solidão dói muito”. (Sra. Vega).

A Sra. Vega relatou que sempre viveu com a irmã, e que as duas nunca casaram e não tiveram filhos. Com a perda da irmã, mergulhou de cabeça na solidão e depressão. E assim: “O grupo foi uma solução, um remédio para sair dessa situação, me dedico integralmente a ele”. (Sra. Vega).

As atividades de lazer para além de preenchimento deixado por uma perda familiar ou por motivos que antecederam a aposentadoria, podem ser concebidas como um tempo dedicado para si, como um momento de vivenciar uma atividade prazerosa, que até então não poderiam ser realizadas por conta das atividades profissionais. A Sra. Aldebaran expôs em sua entrevista que trabalhou muito na sua vida, não tinha tempo pra lazer. Agora que já está aposentada, não se vê mais no mundo do trabalho, além de aproveitar a vida. A esse respeito explicita que: “Eu trabalhei muito na minha vida e quando era jovem não podia ter lazer. Essa é que é a verdade! Ai trabalhava de manhã, de tarde e de noite, cuidava de filho, tomava conta de casa. Agora eu estou descontando o velho e o novo”. (Sra. Aldebaran).

Percebemos em seu depoimento que o lazer tornou-se uma centralidade na sua vida. Ao falar de sua rotina fica ainda mais evidente o quanto dedica de seu tempo ao lazer, consoante destaca: “Gosto de ir ao shopping, ir no cinema, teatro, gosto de música clássica e popular brasileira. Fora os afazeres de casa, eu saio com as amigas, tomamos chá”. (Sra. Aldebaran).

O lazer como centralidade da vida humana direciona as pessoas a utilizar seu tempo livre em busca de atividades ligadas à cultura, a interação social e ao desenvolvimento e aperfeiçoamento pessoal. A visão do trabalho como um tempo de produção e reprodução perde seu espaço para um lazer emancipatório, ligado às atividades culturais e ao desenvolvimento pessoal. Consoante Santos (1990), o lazer na vida dos aposentados pode ser vivenciado de forma mais concreta, pois para alguns, suas atividades laborais suspensas com a aposentadoria. É nesta fase da vida que as atividades de lazer são consideradas centrais para a maioria do aposentado e ocupam um papel importante na vida, na questão



de preenchimento do tempo e espaço deixados pelo afastamento do trabalho (SANTOS, 1990).

Vale ressaltar ainda que a maioria das atividades que exercemos em nossas vidas, é ritmada por períodos de tempo, onde, dentro dessa lógica, os espaços de lazer também se configuram de acordo com a variação do tempo. Desta maneira, ao serem questionados sobre a importância do PAI e das atividades de lazer desenvolvidas por este Programa, destacamos o depoimento da Sr. *Spica* que retrata a relevância do PAI para sua vida: “(PAI) É importante para orientação”. (Sr. *Spica*).

Diante desse questionamento, o entrevistado relata sua opinião de aceitação, como forma de orientação para os velhos, seja para as práticas de atividades ou para os demais serviços que o PAI oferece, como entrega de contracheques, atendimento médico e terapêutico, cadastramento dos aposentados, orientações jurídicas, psicológicas e nutricionais. Assim, o espaço de lazer não se limita a equipamentos ou sequer as atividades que ali estão dispostas a serem realizadas, mas nas escolhas que cada entrevistado apresenta, ou seja, na forma como escolhem e porque escolhem tais atividades de lazer e o espaço do PAI para praticá-las. Assim o PAI assume a concepção de um espaço de construção de identidade social, onde as pessoas se reúnem e trocam experiências. Os espaços do PAI e as atividades desenvolvidas pelo Programa, permitem a contemplação do lazer, de construção de uma identidade, que pode vir a ser perdida com o advento da aposentadoria.

Portanto, a construção da identidade social, dentro de um espaço, depende muito da maneira pela qual um grupo social se identifica como grupo, através das atitudes e comportamentos, dos valores, dos costumes e das tradições que os indivíduos apresentam e compartilham. Desta forma, as práticas sociais e as concepções atribuídas a elas por um grupo social, em um tempo-espaço determinado, são influenciados pelas diferentes culturas estruturadas na e pela sociedade, ou seja, pelo conjunto de conhecimentos que os indivíduos ou o grupo acumulam ao longo do tempo.

Considerações Finais

Compreender como se constitui as representações acerca do lazer é partir do pressuposto que seu entendimento é uma construção social e histórica e que seus sentidos assumem diferentes conceitos a depender do conhecimento produzido por um determinado grupo social, em uma determinada região e em um determinado momento histórico.

O lazer oferecido pelo PAI através das atividades físicas e culturais e dos eventos socioculturais assume várias significações a depender do tempo destinado a essas atividades, as motivações dos entrevistados em escolhê-las, bem como os espaços destinados a essas atividades.

Assim, identificamos pelo prisma temporal, pelas manifestações humanas e pelo espaço, que as representações de lazer dos entrevistados remetem ao tempo liberado das obrigações rotineiras, das motivações pessoais associadas a práticas anteriores à aposentadoria, ou a perdas familiares ou por não usufruir do lazer quando mais jovens. As atividades de lazer para os velhos entrevistados, em certos momentos, são apreciadas como um preenchimento do espaço deixado pela aposentadoria ou apenas uma válvula de escape das obrigações rotineiras.

Quanto as suas escolhas, as motivações principais dos participantes estão relacionadas as atividades que tinham afinidade antes de se aposentar ou que já praticavam há muito tempo. Há também de se ressaltar que motivações como a perda de um ente familiar e a falta de tempo de usufruir do lazer em outros momentos da vida foram identificados nos depoimentos dos entrevistados.

Quando se coloca a questão do espaço onde são realizadas as atividades, observamos que o lazer assume forma de espaço culturalmente construído, com sistemas de valores que tem levado os velhos a procurarem e a buscar o seu lugar: o lugar de

identidade pessoal e coletiva. Os velhos afirmam a natureza de suas identidades por meio de suas atitudes, pelas escolhas que fazem quanto à atividade frequentada e de que forma as realizam. É pertinente assimilar que ao caracterizarem a importância do lazer no espaço social onde acontecem as atividades, o PAI é reconhecido como um lugar de identidade. As pessoas conseguem se ver nele, conforme os fragmentos apresentados acima.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 13 ed. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL, 2010.

_____. **O senso prático**. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

CAVAZZA, Nicoletta. **Psicologia das atitudes e das opiniões**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva 2001.

DUMAZEDIER, Joffre. **Sociologia Empírica do Lazer**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1979.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer: uma introdução**. 4. Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

MELO, Vitor Andrade de; ALVES JÚNIOR, Edmundo de Drummond. **Introdução ao lazer**. Barueri, SP: Malone, 2003.

SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Identidade e aposentadoria**. São Paulo: EPU, 1990.

SANTOS, Noberto Pinto dos. Lazer, espaço e lugares. In: SANTOS, Norberto Pinto dos; GAMA, António. **Lazer: da libertação do tempo à conquista das práticas**. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2008.



GÊNERO E PODER: o papel das mulheres nas religiões de origem africana

GENDER AND POWER: the role of women in African religions

Francisca Daniele Soares do Carmo.

Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí- UFPI (2014). Mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia-PPGS pela UFPI. Linha de pesquisa: Cultura, Identidade e Urbanidades.

Lígia Michelle Silva Mendes

Graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (2013) e graduação em Serviço Social pela Faculdade Santo Agostinho (2015). Especialização em andamento – Docência do Ensino Superior pelo Centro de Ensino Superior Vale do Parnaíba. Linha de pesquisa: Cultura, Identidade e Ruralidade.

Resumo

O fenômeno religioso está presente em todas as dimensões da vida humana. A religião, afirmada em cultos, crenças, rituais e tradições, traz consigo sentimentos de pertença e unidade e, conferem explicações, sentidos e significados as vivências de homens e mulheres, contribuindo no processo de formação social, cultural e identitária de um povo. Em meio à diversidade de expressões religiosas presentes na sociedade contemporânea, torna-se importante refletir sobre as posições e os papéis que as mulheres ocupam nas religiões, e a maneira como elas vivem sua religiosidade. A partir de uma análise sobre gênero e poder, o presente trabalho, busca fomentar discussões sobre mulheres e os papéis sociais por elas desempenhados nas religiões de matriz africana ou afro-brasileira.

Palavras-chaves

Gênero. Poder. Religião. Mulheres.

Abstract

The religious phenomenon is present in all dimensions of human life. Religion, affirmed in cults, beliefs, rituals and traditions, brings with it feelings of belonging and unity and provide explanations, senses and meanings to the experiences of men and women, contributing in the process of social, cultural and identity formation of people. Amidst the diversity of religious expression present in contemporary society, it is important to reflect on the positions and roles that women occupy in religion, and the way they live their religiosity. From an analysis on gender and power, this work seeks to foment discussions on women and the social roles performed by them in the religions of African or African-Brazilian origin.

Keywords

Gender. Power. Women. Religion.

Introdução

O fenômeno religioso é universal e constante. Presente em todas as dimensões da vida humana (história, política, social, artes e outras), conferindo a estas explicações, sentidos e significados que devem ajudar a formar a memória e a identidade sócio-cultural de um povo, a religião, afirmada em cultos, crenças, rituais e tradições, ao ser partilhada por uma coletividade, traz consigo sentimentos de pertença e unidade (SIMÕES, 1998; BASTOS, 2009).

Souza (2004, p.122-123), assevera que discutir religião implica “adentrar em um complexo sistema de trocas simbólicas, de jogos de interesses, da dinâmica da oferta e da procura”, haja vista que este assunto, em virtude da sua complexidade e pluralidade, enseja debates sobre transformações sociais, relações de poder, de classe, de gênero e etnia (SOUZA, 2004). Estudar o fenômeno religioso é, pois, aventurar-se em um terreno político, ideológico, cultural e social, capaz de mobilizar e despertar reações entre pessoas, que partilham crenças em comum (SOUZA, 2004).

Enquanto instituições sociais construídas de maneira compartilhada e coletiva, fornecendo as bases para a coesão e a solidariedade social (JOHNSON, 1997), as diversas religiões (catolicismo, budismo, protestantismo, e etc.) são notoriamente constituídas e reproduzidas na sociedade por homens e mulheres, que, nos cultos ou cerimônias religiosas, ocupam a posição de fiéis, adepto/as, líderes religioso/as, dentre outras. No entanto, em um sistema social marcado tradicionalmente pela dominação masculina, observa-se, na atualidade, que, em muitas instituições religiosas, os espaços de maior poder ainda permanecem destinados aos homens, apesar de ser o grande público feminino que engrossa a massa de fiéis dos templos religiosos (BASTOS, 2009).



Nas religiões de origem africana, particularmente, o sexo feminino “parece ocupar posição de maior destaque se comparado com outras religiões” (BASTOS, 2009, p.156). Conforme estudos realizados sobre as mulheres nas religiões de matriz africana, os terreiros têm sido apontados, por literatos e estudiosos, como espaços predominantemente femininos (BASTOS, 2009). Nessas religiões, as mulheres são vistas como figuras importantes, chegando a assumir, inclusive, postos hierárquicos (SANTOS, 2009).

Diante da diversidade de expressões religiosas, precisamos refletir sobre as posições e os papéis que as mulheres ocupam nas religiões, e o modo como elas vivenciam a sua religiosidade. A partir de uma análise sobre gênero e poder, o presente artigo, fruto de pesquisa em andamento sobre comunidades de terreiro de Teresina, busca fomentar reflexões sobre mulheres e os papéis sociais por elas desempenhados nas religiões de matriz africana ou afro-brasileira, como também podem ser chamadas este tipo de expressão religiosa. Deste modo, o estudo está estruturado em duas partes, a primeira versa sobre os conceitos de gênero e poder, com ênfase para as relações de dominação entre os sexos e a segunda trata das religiões de origem africana no Brasil, abordando a importância das mulheres nas comunidades de terreiros e os papéis por elas desempenhados.

Gênero e relações de poder

A palavra “gênero”, ao longo da história, ganhou usos e significados diferentes, conforme, as demandas e os interesses postos por homens e mulheres, que vivem em sociedade. Assim, os conceitos e a utilização do termo “gênero” variam de acordo com momento histórico, social e político de um determinado povo, e, dependendo da conotação que assume, serve para fundamentar diversos discursos, entre eles, aqueles que reclamam direitos, historicamente, negligenciados ou negados por um “sistema patriarcal,

racista e capitalista”, de “dominação e exploração”, que é produzido e reproduzido, através dos séculos, na sociedade brasileira (SAFFIOTI, 2004).

Na sua conceituação mais recente, como expõe Scott (1998, p.72), a palavra “gênero” passou a ser utilizada, por feministas americanas, para enfatizar “o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas em sexo”, explicitando uma rejeição ao determinismo biológico, comumente relacionado ao uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual” (SCOTT, 1998, p.72). Em uma concepção sociológica, o conceito de gênero, refere-se as relações sociais entre os sexos, contemplando as construções culturais e identitárias erguidas em torno das imagens e expectativas acerca das masculinidades e feminilidades, e, dos papéis destinados aos homens e mulheres na sociedade (SCOTT, 1998, p.75).

Nesta perspectiva, o termo gênero difere de sexo, “cujo o escopo se limita as diferenças biológicas, como a função reprodutiva”, e a outras características, ligadas, sobretudo, ao desenvolvimento do corpo humano, como o nascimento de pêlos pubianos e o crescimento dos seios, no caso de pessoas do sexo feminino (JOHNSON, 1997, p.205). Enquanto categoria normativa, o sexo é considerado um “construto ideal”, logo, concebê-lo apenas na sua dimensão biológica e física, leva-nos a uma visão limitada e equivocada desta categoria, construída, assim como o gênero, “a partir de ideias moldadas pela cultura” (JOHNSON, 1997, p.205).

Consoante Scott (1998, p.75), gênero “é uma categoria social imposta sobre um sexo sexuado”, que pode enfatizar todo um sistema de relações, incluindo o sexo, mas que não está diretamente determinado por este. Seguindo essa definição, o uso deste termo rejeita as explicações biológicas formuladas, para explicar as diferenças e a dominação de um sexo sobre outro. Em vez disso, a palavra gênero passa indicar construções culturais acerca dos papéis adequados aos homens e as mulheres, como forma de referir-se “as origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas” dos sujeitos (SCOTT, 1998, p.75). Neste sentido, o conceito de gênero volta-se “ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas”, ou então, “como são trazidas para a prática

social e tornadas parte do processo histórico” (LOURO, 2001, p.22). Por conseguinte, a elaboração social do sexo, deve ser ressaltada sem gerar a dicotomia sexo e gênero, considerados por Saffioti (2004, p.108-109) como uma unidade, já que “não existe uma sexualidade biológica independente do contexto social em que é exercida”.

Scott (1998), enfatiza, também, que apesar do conceito de gênero tratar sobre as relações sociais construídas entre os sexos, o que lhe confere um caráter relacional, este conceito, não dispõe sobre os motivos que levam a construção dessas relações, não abordando como estas funcionam e mudam no decorrer do tempo. Entretanto, o conceito de gênero, ao fundar-se nas relações sociais entre os sexos, permite a apreensão de desigualdades entre homens e mulheres, ao passo que engloba a constituição social do masculino e do feminino (FARAH, 2004). Assim, nas relações sociais, o fenômeno do poder emerge como elemento central na discussão sobre gênero, ajudando a explicar a dominação e as desigualdades entre os sexos (SCOTT, 1998).

De acordo com Louro (1997, p.41), as relações entre homens e mulheres são relações de poder. Estas, por sua vez, são construídas e (re) construídas cotidianamente na nossa sociedade não somente através de “mecanismos de repressão ou censura”, acionados, principalmente, pelos segmentos dominantes, como também, por meio de “práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e estar no mundo, formas de falar e agir, condutas e posturas apropriadas”. Deste modo, os gêneros, segundo Louro (1997, p.41), se “produzem nas e pelas relações de poder”, que se fazem presentes em todas as áreas da vida social, demarcando, com ainda mais intensidade, a assimetria entre os sexos.

O poder, entendido, na ótica de Foucault (1987) mais como uma “estratégia”, do que “um privilégio que alguém possui (e transmite) ou do qual alguém se apropria”, pode ser “exercido em muitas e variadas direções, como se fosse uma rede que, capilarmente se constitui por toda a sociedade (FOUCAULT, 1987 *apud* LOURO, 1997, p.38). Na concepção de Foucault (1997), há nas relações de poder, relações de resistência, já que sempre participam dessas, sujeitos capazes de resistir (FOUCAULT, 1987 *apud* LOURO, 1997, p.38). Assim, para

Louro (1997, p.37-38), o exercício do poder realiza-se por meio de manobras, técnicas, disposições e fundamentos, por sua vez, aceitos, contestados, respondidos, absorvidos ou transformados pelos sujeitos, que tem efeitos sobre suas ações.

As mulheres nas religiões de matriz africana

As religiões afro-brasileiras, como observa Nogueira (2002), resultam de um processo histórico longo e tortuoso em cujo âmbito práticas de africano/as escravizado/as hibridizaram-se com práticas católicas e indígenas, gerando um quadro religioso rico e diversificado. Religiões afro-brasileiras fazem parte do cenário religioso em várias capitais do país. Portanto, a cultura religiosa de origem africana, tradicionalmente conhecida pela sua crença em orixás e entidades, cultuados através de reza, louvores, pedidos, aproximação com santo e magia (SILVA, 2013), guarda estreita relação com a construção da sociedade brasileira, com papel significativo na constituição identitária do povo negro, sobretudo, nos primeiros anos de Brasil.

No âmbito da reprodução de cultos religiosos e de outros aspectos da cultura africana no Brasil, nações culturais foram preservadas na sociedade brasileira na forma do Candomblé, entendido como “religião em que o culto acontece através dos rituais privados e festas públicas, nas quais os deuses incorporam nos filhos/as de santo”, fortalecendo-os/as e potencializando o axé, a “energia que protege e beneficia os membros de um terreiro” (SILVA, 2005, p. 135). Outro culto religioso de origem africana com significativo número de adeptos/as no Brasil é a Umbanda. Esta caracteriza-se “por várias manifestações que são agrupadas por linhas ou falange, como Orixás, Caboclos, Pretos Velhos, Erês, Exus, Pomba-Gira, Cigarros, Marinheiros” (SILVA, 2013, p. 29).

Os terreiros, como são chamados os espaços socialmente construídos de religiosidade afro-brasileira, Umbanda e Candomblé, como afirma Pires (2008), são locais sagrados, com dimensão simbólica e religiosa, esta, expressa, principalmente, nas festas dos orixás, caboclos, voduns e outros deuses (PIRES, 2008). Prandi (2003) explica que os

terreiros funcionam como pequenas unidades autônomas, quase domésticas, compostas por grupos que se reconhecem. São espaços dotados de autonomia administrativa, ritual e doutrinária; cada terreiro tem governo independente, sendo administrado por pais ou mães de santos. A esse respeito, Texeira (2002), informa que há um predomínio feminino nas religiões de matriz africana, com destaque para o número de mulheres que ocupam posições centrais e de liderança nos terreiros.

Segundo Bastos (2009, p.161), “na mitologia que dá base ao candomblé e a umbanda, a mulher, na maioria dos casos, está acima dos homens”. Nos terreiros, conforme este autor, as mulheres sentem-se donas de si e não propriedade de seus companheiros, e, acreditam dever obediência somente aos seus orixás (BASTOS, 2009, p.162). As religiões de matriz africana conferem as mulheres, em especial, aquelas que assumem a posição de líderes espirituais e sociais, ajudando a controlar e a administrar os terreiros, determinado status e prestígio social. Assim, as mulheres, antes, duplamente marginalizadas em razão da sua condição social e crença religiosa, nessas religiões, ganham autonomia, respeito e a admiração dos membros do terreiro e da sociedade em geral (BASTOS, 2009).

Nas religiões afro-brasileiras, consoante Bernardo (2005), as mulheres surgem como “as grandes sacerdotisas”, as “detentoras do poder religioso”, aquelas que tem capacidade de proteger a si e aos seus filhos, não apenas os biológicos, mas também todos aqueles que frequentam o terreiro, ou seja, os filho/as de santos. Para Landes (2002), as mulheres, na umbanda e candomblé, são consideradas os receptáculos naturais dos deuses e deusas, cabendo a elas a prerrogativa de recebê-los e dançar com eles. As mulheres, nessas religiões, em específico as mães de santo, além de ser responsáveis pelo culto religioso e a orientação espiritual de seu/as seguidore/as, também devem benzer as crianças pequenas, tratar as doenças para as quais não encontram fundamentos físicos, receitar banhos de ervas e aconselhar o/as filho/as de santo sobre problemas cotidianos (SANTOS, 2009). Neste sentido, Santos (2009, p.8) diz que a figura das mães de santos está

“associada ao afastamento dos males e ao bem-estar” dos indivíduos, que por diversos fatores procuram seus serviços e orientações.

Neste âmbito, pensar sobre as mães de santos e lideranças femininas nas comunidades de terreiros requer uma compreensão acerca do processo de transposição dos cultos religiosos da África para o Brasil (LANDES, 2002). Na África as religiões de matriz afro-brasileira eram comandadas por homens. As mulheres no continente africano, “vivam com seus respectivos filhos, em casas conjugadas a grande casa do esposo, em um sistema políglico” (BERNARDO, 2005, p.10). No Brasil, as relações de poder e autoridade dos homens africanos sobre suas companheiras e seus descendentes foram rompidas pela lei da escravidão. De acordo com Segato (2000, p.841 *apud* BASTOS, 2009 p.159), os homens, em terras brasileiras, perderam qualquer tipo de controle sobre as esposas e os filhos e lhe foram destituídos os papéis sociais que desempenhavam em seu continente de origem. No que diz respeito às relações familiares, aos homens, no período escravocrata, “nenhuma identidade alternativa foi deixada ao seu alcance”. Ainda como assevera Segato (2000, p.841 *apud* BASTOS, 2009, p.159), “um dos produtos sociais da escravidão, foi, provavelmente não só as mudanças sociais no padrão de comportamento”, mas, também as mudanças na “concepção do que homens e mulheres representam culturalmente e do que esperam que façam socialmente”.

No Brasil, devido à escravidão, não foi possível em seus primeiros tempos, a formação de famílias negras. Como já citado anteriormente, ao desembarcar em solo brasileiro o/as negro/as de mesma etnia e/ou pertencentes à mesma família (maridos, mulheres e filhos) eram comercializados, sendo vendidos, para diferentes compradores, uma vez que o estado brasileiro proibia a formação de famílias negras em seu território (BASTOS, 2009).

Assim, a figura paterna, símbolo de proteção, segurança e estabilidade nas famílias brasileiras, entre o/as africano/as importado/as para o Brasil, não assumia qualquer centralidade e isto tornou-se um elemento diferencial na composição das famílias africanas, que em sua maioria, passaram a ser dirigidas e sustentadas pelas

mulheres(BASTOS, 2009). Com mais autonomia que os homens, as negras rejeitavam o casamento ou deixava seus companheiros com mais facilidade, especialmente, nos casos em que estes não correspondessem as suas expectativas. Tal comportamento encontrava forte justificativa no fato que os maridos, não forneciam proteção ou outros benefícios possíveis às mulheres, tornando-se mais uma carga para elas (BASTOS, 2009).

Como informa Bernardo (2005, p.10), as negras conquistaram sua autonomia desde a África, onde “foram as principais responsáveis pelas redes de mercado que interligavam todo o território, como excelentes comerciantes”. Ainda consoante o autor, as mulheres africanas, recriaram as atividades comerciais que realizam em seu país de origem no Brasil, tornando-se exímias vendedoras ou “ganhadeiras”, e o com o dinheiro arrecadado com as vendas, principalmente, de produtos alimentícios, formavam suas fortunas (BERNARDO, 2005). Por meio de seu trabalho, como explica Bastos (2009), as mulheres, conquistaram sua alforria e independência econômica primeiro que os homens, e passaram a comprar a “liberdade” dos seus companheiros, tanto maritalmente como aqueles de escravidão.

Bastos (2009), ainda lembra que logo após a escravidão, os homens de cor foram marginalizados, condenados ao desemprego e expulsos dos seus trabalhos, sendo substituídos por imigrantes europeus. Disto isto, pode-se afirmar que, empoderadas e emancipadas, as mulheres detinham mais condições, inclusive financeiras, de praticar os cultos religiosos africanos (BASTOS, 2009). Deste modo, os primeiros terreiros de chefia feminina, estabelecidos no Brasil, como relata Bernardo (2005, p.13), datam dos séculos XVIII e XIX. Para o autor, a troca de poderes religiosos entre os sexos, com a chegada dos negros em nosso país, leva a uma discussão sobre a noção de “Terra-Mãe”, ideia que apoia-se na “necessidade da mãe, mulher, da proteção feminina” para os africanos que deixaram sua terra natal. A densidade do sentimento materno se configura, assim, em um dos elementos que levaram as mulheres, enquanto sacerdotisas, a assumir posições de poder e comando nas comunidades de terreiros.

Sobre a importância da terra-mãe e da figura materna, Bernardo (1997) esclarece que, na África, o/as negro/as detinham todas as condições para viver, afinal, na terra

africana retiravam os alimentos necessários para a totalidade da vida e enterravam os seus antepassados. Ao serem traficados/as para o Brasil, o/as negro/as, obrigado/as a se submeter a um regime escravocrata, alimentavam o desejo de voltar ou permanecer em seu lugar de origem.

Segundo Bernardo (2005, p.17) “é no plano simbólico e imaginário” que o povo negro encontra as respostas para resistir ao sofrimento e as novas condições impostas pela escravidão. E continua o autor, “é no solo brasileiro que frutificará o candomblé, a terra-mãe como metáfora para os africanos e seus descendentes”. É nesse sentido, como ressalta Bernardo (2005) que as grandes sacerdotisas das religiões afro-brasileiras são chamadas de mães desanto. Na visão de Jung (1993, p.39 *apud* BERNARDO, 2005 p. 18), “é a mãe que providencia calor, proteção, alimento, a ladeira, a caverna ou a cabana protetora e a plantação em volta”, ela é também “a roça fértil e o seu filho o grão divino e o amigos dos homens”. A mãe é “a vaca, leiteira e o rebanho” (1993, p.39 *apud* BERNARDO, 2005 p. 18).

Diante da ênfase aos sentimentos maternos, as mulheres, nas religiões de matriz africana, vivem uma matrifocalidade tanto nas famílias cosanguíneas como na de santo (BERNARDO, 2005). Em relação ao poder e a importância da figura feminina nos terreiros, nota-se também que o casamento, assim, como na época da escravidão e pós-escravidão, continua a ser desvalorizado entre as mãesdesanto, haja vista que o culto religioso exige muita responsabilidade e dedicação, nem sempre aceitas pelos companheiros, que mesmo em situação de matrimônio não são vistos pelas mãesdesanto como prioritários na relação (BASTOS, 2009). É para o orixá que as mulheres dedicam seus esforços e sua vida espiritual e social.

De forma geral, as mães, pais e filho/as de santo, que vivem em família nos terreiros, “compreendem o gênero como algo influenciado sócio-culturalmente, nos hábitos do grupo”, não havendo “uma predominância entre eles de um pensamento essencialista biológico” (BASTOS, 2009, p.161). Bastos (2009) ainda referindo-se a sexualidade nestes espaços diz que o/as adepto/as podem expor sua sexualidade livremente, sem correr o

risco de sofrer repressão religiosa dos membros do grupo. Importa salientar também que, apesar de apresentar costumes e valores distintos daqueles estabelecidos pela sociedade global, machista e patriarcal, as comunidades de terreiros, como estão inseridos nesse modelo de sociedade, acabam sendo influenciados pela visão andocêntrica e hierárquica dos gêneros, tão importante para manter a hegemonia do patriarcado (BASTOS, 2009).

Conclusão

A questão do gênero é fundamental para compreender o estabelecimento e/ou manutenção das desigualdades entre os sexos (SCOTT, 1998). Como categoria analítica e histórica o gênero refere-se ao conjunto de normas, valores, costumes e práticas sociais pelas quais, segundo Bandeira (2005), as diferenças entre homens e mulheres é culturalmente significadas. Na conceituação clássica de Scott (1998, *apud* BANDEIRA, 2005, p.7), o gênero trata-se de “um elemento constitutivo das relações sociais, construído com base nas diferenças percebidas entre os sexos”.

Como categorial social imposta ao corpo sexuado, como diz Scott (1998), o gênero guarda uma estreita relação com domínio e poder. A cada um dos gêneros na sociedade, masculino e feminino, é um designado um papel, e espera-se deles um determinado comportamento. Estes por sua vez, dependem diretamente das condições sócio-culturais nas quais homens e mulheres estão inseridos (SCOTT, 1998). Na maioria das religiões (catolicismo, protestante, budista, etc.) a relação de dominação e subordinação das mulheres a figura masculina e heterossexual, se repete, seguindo a tendência do sistema patriarcal. Em contrapartida, nas religiões de matriz africana essa situação é diferente, ao passo que, nessa expressão religiosa, as mulheres, ocupam com mais frequência posições importantes, liderando inclusive uma massa de seguidores, que confiam em suas orientações e em seu trabalho.



Referências

BANDEIRA, L. **Fortalecimento da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**. CEPAL. SPM. Brasília, 2007.

BASTOS, I.S. A visão do feminino nas religiões Afro-brasileiras. *In: Revista Eletrônica de Ciências Sociais*. n.14.setembro de 2009. pp 156-165.

BERNARDO, T. O candomblé e o poder feminino. *In: Revista de Estudos da Religião*. n.2, ano 2005, pp.1-21.

_____. Axé: ruptura-continuidade. Margem – revisitando o Brasil. São Paulo, EDUC, 1997.
FARAH, M.F. Políticas Públicas e Gênero. **Seminário Nacional da Coordenadoria da Mulher**. SP, 2005.

JOHNSON, A.G. **Dicionário de Sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1997.

LANDES, Ruth. **A cidade das mulheres**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967. Publicado originalmente em 1947.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 2.ed.- Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

NOGUEIRA, L. C. **A hierarquização religiosa no espaço urbano – o caso das religiões afro-brasileiras**. 2012.

PIRES, A.R. A hora de rodar a baiana! Preservação de matrizes de origem africana na religiosidade brasileira contra a intolerância. *In: Revista e Africanidade*. Ano 1, n.2-agosto.2008.

PRANDI, R. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade e religião. *In: Revista USP*, São Paulo, n.46, pp.52-65, jun-ago, 2000.

_____. **As religiões afro-brasileiras e seus seguidores**. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/108/104>. Acesso em: 25/06/2015.

SAFFIOTI, H. I.B. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação PerseuAbramo, 2004.

SANTOS, F.V. **Oxúm Exilada: a invisibilidade das religiões afro-ameríndias das mães-de-santo e a urbanização dos igarapés em Manaus.** Disponível em <file:///C:/Users/dani/Downloads/Oxum_Exilada.pdf>. Acesso em: 20/06/2015.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Revista Educação e Realidade.** v.15, n.2, jul/dez.1990.

SILVA, H. R. Sabores de casa, sabedorias de terreiros: práticas educativas e construção de saberes em um terreiro de Teresina – Piauí. **Dissertação** (mestrado). Universidade Federal do Piauí. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2013.

SIMÕES, J. **Cultura religiosa: o homem e o fenômeno religioso.** Edições Loyola, 1998.

SOUZA, Sandra Duarte de. Revista Mandrágora: gênero e religião nos estudos feministas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. spe, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 15/07/2015.

TEIXEIRA, Maria Lina Leão. Loroçum – Identidades sexuais e poder no candomblé. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes (Org.). **Candomblé: Religião do corpo e da alma: tipos psicológicos nas religiões afro-brasileiras.** Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

POLÍTICAS PÚBLICAS E LEGISLAÇÕES APLICADAS À SAÚDE DA MULHER EM SITUAÇÃO DE CÁRCERE

PUBLIC POLICIES AND LAWS APPLIED TO WOMEN'S HEALTH IN PRISON

Antonia Márcia Lopes Almeida

Graduanda em Pedagogia pela FAMEP. Desenvolve pesquisas nas áreas de Saúde Pública e Educação.

Augusto Everton Dias Castro

Mestrando em Educação pela Universidad Europea del Atlántico. Especialista em Saúde e Qualidade de Vida pela Faculdade de Educação e Tecnologia da Região Missioneira. Graduado em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí. Desenvolve pesquisas nas áreas de Educação e Pesquisa em Saúde.

Éricka Maria Cardoso Soares

Residente em Enfermagem Obstétrica pela Universidade Federal do Piauí. Especialista em Saúde e Qualidade de Vida pela Faculdade de Educação e Tecnologia da Região Missioneira. Graduada em Enfermagem pela Universidade Federal do Piauí. Desenvolve pesquisas nas áreas de Saúde Coletiva e Saúde da Mulher.

Resumo

Apanhado das previsões legais e políticas voltadas à manutenção e recuperação da saúde das mulheres em situação de prisão. O direito à saúde é fundamental, previsto constitucionalmente, e que deve ser norteado pelos princípios do Sistema Único de Saúde. A população carcerária, especialmente a feminina, está exposta a um contingente variado de riscos à saúde, necessitando de uma atenção voltada para suas necessidades específicas. Além das previsões constitucionais, a Lei de Execução Penal é outra normativa que prevê assistência à saúde da mulher encarcerada. Aliado a isso, políticas da Organização das Nações Unidas direcionadas a regras de tratamento às mulheres presas, concomitantes a planos e políticas nacionais que observam as especificidades desse grupo população são ferramentas preciosas na promoção, prevenção e recuperação da saúde dessas mulheres. É necessário efetivo comprometimento do poder público e dos profissionais dos estabelecimentos prisionais para que esse direito à saúde seja efetivado.

Abstract

Overview of the legal provisions and policies aimed at maintaining and restoring the health of women in prison. The right to health is fundamental, constitutionally provided, and should be guided by the principles of the Unified Health System. The prison population, especially women, are exposed to a varied contingent of health risks, requiring attention focused their specific needs. In addition to the constitutional provisions, the Penal Execution Law is another norm that provides health care to the incarcerated women. Allied to this, Policy of the United Nations rules for the treatment of women prisoners, concomitant with national plans and policies that observe the specificities of this population group are valuable tools in promotion, prevention and restoration of health of these women. It is necessary an effective commitment of the government and professionals of prisons to right to health be effective.



Introdução

O direito à saúde está incluso dentro do rol dos direitos fundamentais previsto na Constituição Federal (CF) de 1988, representado como um desdobramento do direito à vida. A Constituição da Organização Mundial de Saúde (OMS) corrobora a importância desse bem constitucionalmente tutelado, referindo-se à saúde como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social”, não consistindo apenas na ausência de doença ou de enfermidade. Tal direito deve ser concedido a todo ser humano, independente de raça, sexo, credo, condição social e econômica.

Este trabalho visa apresentar um apanhado das previsões legais e das políticas direcionadas à atenção à saúde da mulher em situação de prisão, grupo populacional exposto a um grande contingente de fatores de risco, e que, muitas vezes, é desassistido pelo poder público e pelos profissionais da saúde.

Desenvolvimento

Desdobramento das previsões constitucionais do direito à saúde

A Constituição Pátria, já em seu artigo 1º, III, traz a dignidade da pessoa humana como fundamento do Estado brasileiro. Esse fundamento, tamanha relevância, repercute no título II (Direitos e Garantias Fundamentais), artigo 5º, que afirma em seu caput: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”.

O Supremo Tribunal Federal (STF), a partir dessa concepção, afirma que o direito à saúde:

[...] além de qualificar-se como direito fundamental que assiste a todas as pessoas – representa consequência constitucional indissociável do direito à vida. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da população, sob pena de incidir, ainda que por censurável omissão, em grave comportamento inconstitucional (BRASIL, 2000, p. 1).



O direito à saúde é objeto de notada importância dada pelo legislador durante o texto constitucional, direito esse positivado como um dos primeiros direitos sociais de natureza fundamental, como observa-se já no artigo 6º, quando afirma que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. Pelo artigo 5º, em seu parágrafo 1º, como direito fundamental social, a saúde constitui um direito de aplicação imediata. Em caso de necessidade, o cidadão precisa ser atendido imediatamente.

O tema saúde é mais amplamente discutido durante o título VIII da CF/88, que trata a respeito da Ordem Social (que objetiva o bem-estar e a justiça sociais, como visto no art. 193), em seu Capítulo II, Seção II.

O Artigo 196 nos traz o conceito constitucional de saúde. Diz que: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário”.

Observa-se a previsão de políticas direcionadas à redução de riscos à saúde. Tais políticas são especialmente relevantes a grupos populacionais expostos a um número maior de riscos, dentro dos quais existe o grupo das presidiárias. Segundo Nicolau et al (2012, p. 387), em virtude da heterogeneidade do ambiente prisional, este oferece riscos físicos, psicológicos e biológicos, estando a mulher especialmente susceptível.

Já no artigo 198, explicita que: “as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único”, estabelecendo como uma de suas diretrizes “o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais”.

Diante dessa previsão, ressalta-se existir a necessidade, no estabelecimento prisional feminino, de atendimento prestado pela equipe de saúde multiprofissional (médico, enfermeiro, psicólogo, dentista...), direcionando-se tanto para atividades preventivas como para curativas (BRASIL, 2012).

Direitos de saúde previstos na Lei de Execução Penal (LEP)

A LEP é uma disposição normativa direcionada a estabelecer e efetivar os direitos e deveres dos indivíduos em situação de prisão, tanto no que diz respeito à classificação dos condenados, da assistência a eles dirigida, do trabalho, da disciplina, da aplicação de sanções, como também versa sobre os órgãos e estabelecimentos de execução penal e da execução penal em espécie (BRASIL, 1984).

Dentre as assistências direcionadas ao preso e ao internado previstas no Capítulo I da referida lei (material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa), este artigo se deterá à análise de sua seção II (Da Assistência a Saúde).

Segundo seu art. 14: “A assistência à saúde do preso e do internado de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico”.

Ratificando o que já fora previsto na CF, o caráter da assistência à saúde prestada deve ser tanto preventivo quanto curativo. Ou seja, o ideal é que os estabelecimentos prisionais disponham de profissionais capacitados para atuarem no campo da educação em saúde, enfatizando estratégias direcionadas à promoção da saúde e prevenção de doenças, seja por meio de dinâmicas, palestras, oficinas, consultas ou debates. Porém, não se pode parar por aí: nos casos em que a patologia já está instaurada, é necessário que profissionais qualificados estejam a postos para iniciarem os tratamentos necessários.

Em muitos estabelecimentos, porém, ainda não há todos os recursos de saúde necessários para a atenção integral das detentas. A mulher, nos seus variados ciclos vitais, necessita de atenção de saúde específica. Por exemplo, o câncer de mama e o câncer de colo de útero são os tipos de câncer mais prevalentes em mulheres (LESSA *et al*, 2012). Para o rastreamento e acompanhamento ideal dessas patologias, uma série de equipamentos é necessária: maca adequada, lâminas, fixadores para o material coletado, materiais informativos, mamógrafo, dentre outros. Para a abordagem das doenças sexualmente transmissíveis (DST), outro rol de materiais é necessário.



Diante disto, complementa a disposição do parágrafo primeiro do mesmo artigo: “Quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover a assistência médica necessária, esta será prestada em outro local, mediante autorização da direção do estabelecimento”.

É imperativo que real importância seja dada a esta disposição. Profissionais e gestores de estabelecimentos prisionais devem ter a consciência de que a atenção por eles dispensada a essa população continua enquadrada no Sistema Único de Saúde (SUS), portanto sendo necessário o correto funcionamento do sistema de referência e contrarreferência, em especial nas situações de urgência ou que necessitem de consultas especializadas, hospitalização e procedimentos de alta complexidade.

O terceiro e último parágrafo do artigo dispõe que “Será assegurado acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido”.

As rotinas penitenciárias são diversas quanto ao tempo de permanência máximo de crianças em suas instituições, porém o período inicial do pós-parto e de aleitamento é essencial. Portanto, os profissionais de saúde que atendem as detentas, devem extensivamente dedicar assistência ao recém-nascido, de modo que lhe seja assegurado acompanhamento no seu crescimento e desenvolvimento.

Plano Nacional de Saúde no Sistema Penitenciário – PNSSP

Instituído pela Portaria Interministerial nº 1777, de 09 de Setembro de 2003, o PNSSP surge como uma estratégia na definição e implementação de ações e serviços de saúde direcionados à atenção integral da população prisional, tanto masculina quanto feminina.

As linhas de ação prioritárias estabelecidas pelo plano foram: o controle e tratamento da tuberculose, bem como a proteção dos sadios; controle da hipertensão e do diabetes; busca, diagnóstico, cadastramento e tratamento supervisionado da

hanseníase, bem como de outras dermatoses; atenção à saúde bucal e à saúde da mulher (BRASIL, 2003).

A atenção à mulher prevista no plano abrange a realização do pré-natal, controle do câncer cérvico-uterino e de mama. De forma complementar, é previsto ainda: diagnóstico, aconselhamento e tratamento de DST/Aids (desde atividades preventivas como distribuição de preservativos e elaboração de material educativo até ações de diagnóstico e tratamento segundo a estratégia de abordagem sindrômica); atenção em saúde mental (prevenção de agravos psicossociais, prejuízo a saúde decorrente do uso de álcool e outras drogas); imunizações; avaliação e orientação para planejamento familiar.

É importante destacar que, embora sejam ações complementares e, de certa forma, genéricas, são contribuições essenciais à manutenção e recuperação da saúde das mulheres, respeitando-se o *princípio da integralidade*, vendo a mulher presa como um ser biopsicossocial que necessita de atenção em todas as suas esferas de complexidade.

Como metas, o plano estabelece a implantação em 100% das unidades penitenciárias: ações para detecção precoce do câncer cérvico-uterino e de mama; diagnóstico e tratamento das DST/Aids; assistência à anticoncepção; assistência ao pré-natal de baixo e alto risco; imunização das gestantes; assistência ao puerpério; ações educativas sobre pré-natal, parto, puerpério, anticoncepção, controle do câncer cérvico-uterino e de mama, e DST; garantia de encaminhamento para tratamento das mulheres com câncer cérvico-uterino e de mama atendidas; acesso das gestantes para o atendimento de intercorrências e parto (BRASIL, 2003).

As metas demonstram uma preocupação do poder público em adequar o tratamento recebido pelas mulheres em situação de prisão ao seu ambiente e riscos específicos, atendendo ao *princípio da equidade* do SUS.

Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – PNAISM

Esta é uma política elaborada pelo Ministério da Saúde no ano de 2004, destinada ao atendimento das mulheres em seus variados ciclos vitais e culturas, com enfoque nas questões de gênero. Prezando pela promoção da integralidade na saúde, coloca a mulher no centro da discussão, enfatizando seus direitos sexuais e reprodutivos, seu papel de sujeito no planejamento familiar, atenção às condições inseguras de saúde às quais está sujeita, como, por exemplo, o abortamento inseguro e violência doméstica (BRASIL, 2004).

O grande ganho oriundo dessa política se encontra na delimitação de objetivos específicos que abrangem grupos populacionais femininos e temáticas muitas vezes desassistidas: atenção à saúde mental da mulher; saúde da mulher no climatério; saúde da mulher na terceira idade; saúde da mulher negra; saúde das trabalhadoras no campo e na cidade e, finalmente, da mulher em situação de prisão.

Em suma, tem como objetivo “promover a atenção à saúde das mulheres em situação de prisão, incluindo a promoção das ações de prevenção e controle de doenças sexualmente transmissíveis e da infecção pelo HIV/aids nessa população: ampliar o acesso e qualificar a atenção à saúde das presidiárias” (BRASIL, 2004).

Enfatizam-se as situações precárias e de risco à saúde que a população carcerária se encontra exposta diariamente em seu ambiente de detenção ou reclusão, somado ao fato de que muitas nem sequer buscavam serviços de saúde antes de serem presas. Isso leva a um grande contingente de detentas admitidas em presídios com enfermidades crônicas não identificadas (como hipertensão arterial e *diabetes mellitus*) (MIRANDA; MERÇON-DE-VARGAS; VIANA, 2012).

Outro fator de relevância reside que muitas das mulheres que são presas, pelos mais variados crimes (tráfico ilícito de drogas, furto, roubo e homicídio, pra citar os mais evidentes), eram usuárias de drogas e/ou prostitutas, demonstrando especial risco e prevalência de DST/aids, tuberculose, hepatites e traumas.

Regras mínimas para o tratamento de mulheres presas (Bangkok Rules) (ONU, 2010)

Trata-se de uma resolução proposta pela Organização Mundial de Saúde (ONU), surgida a partir das regras adotadas em 1955 por essa mesma organização - “Normas das nações unidas sobre padrões mínimos para tratamento de prisioneiros”. Aquelas se diferenciam destas em virtude de necessidades específicas e realidade diferenciada vivida por mulheres no sistema prisional, uma vez que as normas da década de 50 não davam suficiente atenção às particularidades femininas. Entretanto, uma não anula a outra: trata-se apenas de uma especificação, abrangendo matérias mais direcionadas.

A regra 5 se direciona às questões de higiene pessoal da mulher. Nela, fica exposto que a acomodação das prisioneiras deve ter instalações e materiais necessários para a higiene feminina, incluindo toalhas sanitárias (disponibilizadas gratuitamente) e suprimento regular de água para o cuidado pessoal das crianças e mulheres, especialmente aquelas envolvidas nas atividades da cozinha, ou que estejam em período de menstruação, grávidas ou amamentando.

Os serviços de cuidado à saúde permaneceram, em sua maior parte, os mesmos previstos nas normas de 1955 (ONU, 1955). Para elucidação, serão trazidas aqui as regras e as mudanças.

A regra 22 (ONU, 1955) prevê que cada instituição deverá ter à disposição os serviços de pelo menos um profissional médico qualificado, e que este deve ter conhecimentos de psiquiatria, devendo incluir um serviço de psiquiatria destinado ao diagnóstico e, se for o caso, tratamento de estados de anormalidade mental.

Presos que se encontrem com o estado de saúde abalado e necessitem de atendimento especializado deverão ser encaminhados para estabelecimentos aptos ao tratamento (identifica-se plena concordância com o previsto no art. 14, § 1º, LEP). Prevê ainda atendimento odontológico a todos os presos.

A regra 23 (ONU, 1955) dispõe que nas instituições para mulheres deverão existir acomodações direcionadas para o acompanhamento de pré-natal, pós-parto e tratamento,

ênfatizando-se que, sempre que possível, o nascimento se dê fora do ambiente prisional. Porém, caso a criança nasça dentro da prisão, esse fato não deve ser mencionado em sua certidão de nascimento.

Nas instituições em que os lactentes são autorizados a permanecer, local específico deverá ser providenciado para o cuidado por pessoas qualificadas, nos períodos em que estiverem sem as mães. As crianças também devem receber avaliação e acompanhamento de saúde, de preferência por profissional especializado em saúde infantil (*regra 9*).

A *regra 24* (ONU, 1955) estabelece que o profissional médico deverá examinar cada prisioneiro, o quanto antes, depois de sua admissão, e também posteriormente, se necessário, para identificação de doenças físicas ou mentais e tomar as medidas cabíveis. Também deverão ser tomadas as precauções em casos de presos que possuam alguma doença infecto-contagiosa, bem como avaliadas as capacidades de trabalho de cada um

A resolução de 2010 faz complementações a essa regra, em sua *regra 6*. Traz que a avaliação de saúde das mulheres prisioneiras deve incluir uma abordagem abrangente para determinar os cuidados de saúde necessários além de: determinar a presença de DST ou outra doença de transmissibilidade sanguínea e, dependendo dos fatores de risco, ser oferecido teste para HIV, com aconselhamento pré e pós teste; cuidados em saúde mental, incluindo em transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e risco de suicídio e automutilação; a história da saúde reprodutiva a mulher presa, incluindo número de gestações, partos e problemas de saúde relacionados; a existência de dependência de droga; histórico de abuso sexual e outras formas de violência que possam ter sofrido antes ou durante a prisão (nesse caso, deverá ser ofertado atendimento psicológico, conforme especifica a *regra 7*).

A *regra 25* (ONU, 1955) delimita que o profissional de saúde deve realizar visita diária a todos os reclusos doentes ou que referem doença, e a qualquer prisioneiro que necessite, devendo reportar ao diretor da instituição aqueles casos em que a manutenção da prisão possa trazer prejuízos à saúde. O profissional deverá ainda estar atento a qualidade da

alimentação; higiene e limpeza dos presos e ambiente prisional; saneamento, iluminação, aquecimento e ventilação; observância a prática de atividades físicas e recreação.

A *regra 8* dispõe sobre os direitos à confidencialidade de suas informações médicas, especialmente em não ter suas informações divulgadas ou ser obrigada a responder questionamentos de sua saúde reprodutiva, caso não queira.

A *regra 10* traz que a atenção à saúde específica do gênero feminino deve ser no mínimo equivalente àquela prestada fora do ambiente carcerário. Caso as presidiárias solicitem que sejam atendidas por profissionais do sexo feminino, isso deve ser cumprido, exceto em situações de urgência. Caso um profissional do sexo masculino vier a realizar o procedimento, uma mulher da equipe deverá estar presente durante sua execução.

A *regra 11* determina que apenas profissionais de saúde devem estar presentes durante a realização dos exames médicos, a não ser que estes opinem, em circunstâncias excepcionais, pela presença de um funcionário da prisão no local, para fins de segurança, ou então por solicitação da detenta. Nesse caso, o funcionário da prisão deve ser do sexo feminino e deve prezar pela privacidade, dignidade e confidencialidade das informações.

As *regras 12 e 13* versam a respeito da assistência à saúde mental das detentas. O cuidado deve ser individualizado, sensível ao gênero, direcionado aos traumas informados, e abrangentes ao tratamento e reabilitação de presas que necessitem dessa atenção específica. Os funcionários da instituição devem ser informados sobre as situações de estresse ou angústia das mulheres, de forma que sejam sensíveis e garantam um ambiente de apoio adequado.

Programas e serviços de prevenção e tratamento contra HIV/Aids devem ser direcionados a essa clientela, observando-se necessidades específicas de atenção à mulher, como, por exemplo, o risco de transmissão vertical. As autoridades prisionais devem estimular iniciativas de educação, prevenção e tratamento dessa patologia (*regra 14*).

Segundo a *regra 15*, instituições prisionais deverão fornecer ou facilitar a atuação de programas de tratamento direcionados para mulheres toxicodependentes, levando em

consideração as necessidades específicas de cada grupo (gestantes, mulheres com crianças, de diferentes culturas...).

A regra 16 traz que devem ser oferecidas consultas e serviços destinados ao bem-estar e cuidados de saúde e assistência social, com a finalidade de prevenção do suicídio e automutilação, direcionando apoio apropriado e especializado.

Por fim, as regras 17 e 18 tratam sobre temáticas de prevenção e promoção da saúde. As detentas devem receber informações, incluindo medidas de prevenção contra DST/Aids; realização de exames de mama e ginecológicos (Papanicolau), direcionados à prevenção do câncer de mama e câncer de colo de útero, respectivamente.

Conclusão

O SUS, sistema de saúde previsto em nossa Constituição e um dos mais avançados do mundo, prevê a atenção à saúde, em todos os seus níveis de complexidade, a todos os indivíduos. Essa *universalidade* no atendimento é o rege a elaboração de políticas públicas direcionadas à população prisional, com a finalidade que esta não seja posta à margem dos cuidados de saúde, direito fundamental do indivíduo.

Para que se efetive esse objetivo mor, são necessárias estratégias que abranjam a *integralidade* das esferas de tratamento: primária, secundária e terciária. Embora nos presídios não haja condições para tratamentos de saúde complexos, cabe aos profissionais de saúde e diretores destas instituições possibilitarem o encaminhamento para unidades de saúde especializadas, obedecendo ao sistema de referência e contrarreferência.

A população prisional, em especial a feminina, demanda uma atenção de saúde específica, devido suas condições de vida e ambiente. Muitas mulheres que hoje se encontram encarceradas já vivenciaram prostituição, violências dos mais variados tipos e uso abusivo de drogas. Portanto, carregam consigo repercussões físicas e psicológicas de uma vida exposta a diversos fatores de risco. Isso é facilmente identificado pela alta

prevalência de DST/Aids, transtornos mentais (em especial TEPT), doenças infecto-contagiosas e traumas.

Nesse sentido, a *equidade* na atenção à saúde das mulheres presas deve levar em consideração as singularidades sociais e culturais da clientela, e isso vai determinar como devem ser realizadas as ações e desenvolvidas as políticas. Deve-se ter em mente que é prevalente a falta de conhecimento tanto de suas condições de saúde como dos direitos que possuem, sendo necessário um empenho multissetorial para dirimir tal empecilho.

As políticas até então elaboradas visando à melhoria nas condições de saúde das presidiárias são inegavelmente merecedoras de reconhecimento, pois estão atentas a questões que, de fato, são as mais alarmantes. Porém, o maior desafio é sua implementação. É necessário um esforço conjunto do poder público (provendo os estabelecimentos com todos os recursos necessários, previstos inclusive no PNSSP; formação de profissionais especializados para a lida com essa clientela; fortalecimento das redes de saúde para atenderem a esse público), aliado à conscientização dos profissionais de saúde, para que, enfim, essa população seja assistida de forma integral, com dignidade e respeito.

Referências

BRASIL. Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Núcleo Especializado de Situação Carcerária. **Direitos e Deveres das Mulheres Presas**. Disponível em: <
[http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/30/Documentos/cartilha-mulherpresa\[1\].pdf](http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/30/Documentos/cartilha-mulherpresa[1].pdf)>. Acesso em: 25/11/2012.

_____. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher – Princípios e Diretrizes**. Brasília: Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, 2004. (Série C – Projetos, Programas e Relatórios).

_____. Portaria Interministerial nº 1777, de 09 de setembro de 2003. Ministério da Justiça. Brasília, DF. 2003.

_____. Lei nº 7210, de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jul. 1984.



_____. Constituição (1988). Texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 52 de 08 de março de 2006. Brasília, DF, Senado, 1988.

_____. Supremo Tribunal Federal. RE-AgR 271286 RS. Rel. Min. Celso de Mello. 2000. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=335538>>. Acesso em: 25/11/2012.

MIRANDA, Angélica Espinosa; MERCON-DE-VARGAS, Paulo Roberto; VIANA, Maria Carmen. Saúde sexual e reprodutiva em penitenciária feminina, Espírito Santo, Brasil. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 38, n. 2, Apr. 2004.

NICOLAU, Ana Izabel Oliveira et al . Retrato da realidade socioeconômica e sexual de mulheres presidiárias. **Acta paul. enferm.**, São Paulo, v. 25, n. 3, 2012.

ONU. Organização das Nações Unidas. UN General Assembly. **United Nations Rules for the Treatment of Woman Prisoners and Non-Custodial Measures for Woman Offenders (the Bangkok Rules)**. 2010. Disponível em: <<http://www.ihra.net/files/2010/11/04/english.pdf>>. Acesso em: 25/11/2012.

ONU. Organização das Nações Unidas. First United Nations Congress on the Prevention of Crime and the Treatment of Offenders. **Standard Minimum Rules for the Treatment of Prisoners**. 1955.

DIÁLOGO ACERCA DA SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DE JOVENS HOMENS

DIALOGUE ABOUT SEXUAL AND REPRODUCTIVE HEALTH OF YOUNG MEN

Welber Silva Araújo

Especialista em Saúde da Família - UNIPÓS/IBPEX (2010) Pós-graduando em Educação, Pobreza e Desigualdade Social - UFPI (2016), Bacharelado em Serviço Social - Universidade Federal do Piauí (2008). Assistente social e Coordenador do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS (2010/2016). Gerente da PSB - Proteção Social Básica. (2013/2016).

Wenderson Apolônio da Silva

Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI) em 2014; Atualmente exercendo a profissão de psicólogo em um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e em uma Clínica Privada, trabalhando com a abordagem Cognitiva-comportamental

Resumo

Este estudo teve como eixo norteador a análise das práticas sexuais de sujeitos jovens do sexo masculino, a fim de analisar como estas experiências permeiam em seus contextos de vida. A análise em tela é bibliográfica, e o tema em foco foi pesquisado em livros, artigos publicados em Bibliotecas Virtuais em Saúde LILACS e na base de dados SCIELO. Foram analisadas publicações que se remetem à sexualidade humana, juventudes, conexões entre saúde sexual e reprodutiva e as possíveis influências que a masculinidade interfere nessas questões. As reflexões indicam que as questões ligadas à sexualidade humana ainda são permeadas por dúvidas e significações múltiplas, estes jovens vivenciam suas experiências sexuais ancorados em tabus e seguem roteiros que não obedecem a regras nem fórmulas prontas. Os resultados das investigações apontam que estes jovens se mostram expostos aos riscos de práticas sexuais desprotegidas, são alvos fáceis de doenças sexualmente transmissíveis e paternidade precoce.

Palavras-chave

Juventudes. Sexualidades. Saúde Reprodutiva. Saúde Sexual. Masculinidade. Gênero.

Abstract

This study was a guideline to analyze the sexual practices of young males in order to analyze how these experiences permeate in their life contexts. The review screen is literature, and the subject in focus was researched in books, articles published in Virtual Library on Health LILACS and SCIELO database. Publications were analyzed that refer to human sexuality, youth, connections between sexual and reproductive health and the possible influences that masculinity interfere in such matters. Reflections indicate that the issues related to human sexuality are still permeated by doubt and multiple meanings, these young people live out their sexual experiences based on taboos and follow scripts that do not obey the rules or set formulas. The results of the investigation show that these young people expose themselves to the risks of unprotected sexual practices, are easy targets for sexually transmitted diseases and early parenthood.

Keywords

Youths. Sexualities. Reproductive health. Sexual health. Masculinity. Genre.

Introdução

Cada vez mais se percebe as diferentes formas de expressão das juventudes, representando assim a ideia de heterogeneidade desse segmento da vida. São diversos contextos, anseios, prazeres, comportamentos, vivências, culturas, ensejando uma multiplicidade de abordagens sobre a juventude. Este fenômeno tem feito crescer o interesse e o desejo de aprofundamento de estudos voltados a esta temática.

Lopes e Silva (2009) indicam que “juventude resumiria uma categoria essencialmente sociológica, que indicaria o processo de preparação para os indivíduos assumirem o papel de adulto na sociedade, tanto no plano familiar quanto no profissional, estendendo-se dos 15 aos 24 anos” (OMS/OPS, 1985). Nesse contexto de sexualidade ligando-se ao público juvenil, as análises de Gondim (2015, p.01) indicam que:

[...] na adolescência acontecem importantes mudanças biopsicossociais, com especificidades emocionais e comportamentais que repercutem na saúde sexual e reprodutiva de ambos os sexos. A preocupação especial com a saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes se deve a precocidade do início da atividade sexual, a qual contribui para expor os adolescentes/jovens aos riscos da gravidez não planejada e das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST).

E como parte desse universo, as reflexões da presente pesquisa teve a pretensão de analisar as publicações que fazem referência ao universo da saúde sexual e reprodutiva de jovens homens; bem como entender como vivenciam essas experiências, tendo como foco a análise das representações dessas práticas em seus contextos de vida, analisando as percepções sobre prevenção, e possíveis riscos de práticas sexuais desprotegidas.

Para os fins a que se destina este estudo, utilizou-se como método a pesquisa bibliográfica, ou seja, desenvolvida “a partir de material já elaborado por outros pesquisadores” (GIL, 2008). Dessa forma as informações foram obtidas através de livros, publicações periódicas – artigos científicos de revistas ou jornais científicos; obras acadêmicas – TCC, dissertação de mestrado, tese de doutorado, disponíveis em bibliotecas

físicas e/ou virtuais. As principais bases de dados virtuais utilizadas foram LILACS e SCIELO por considerar certificação e qualidade do material disponível na plataforma de buscas.

De modo geral, é necessário focalizar os modos e expressões da vida afetivo-sexual destes indivíduos, pois o entendimento de suas vivências, suas emoções e como estabelecem essas relações, poderá servir de subsídios para os profissionais que trabalham junto a esse público para formularem estratégias bem mais condizentes com as realidades com a qual interagem. Além de ser útil para os próprios jovens à medida que possibilitam a elaboração e planejamento de políticas públicas voltadas a saúde sexual e reprodutiva dos mesmos de forma mais eficaz.

JUVENTUDES: uma aproximação conceitual

Ao se falar em juventudes, muitos eixos conceituais podem ser considerados. Esta categoria pode englobar características e múltiplos conceitos, não devendo ser visualizada “apenas na sua aparente unidade, mas também na sua diversidade” (PAIS, 1993, p.28). Ainda segundo o autor, não há uma definição única de juventude que possa abranger os diferentes campos semânticos que lhe aparecem associados. Logo, as “diferentes juventudes e as diferentes maneiras de olhar essas juventudes corresponderão, pois, necessariamente, diferentes teorias” (PAIS, 1993, p.29).

A categoria “juventude não é uma realidade dada, mas construída socialmente a partir dos conflitos que se verificam entre os mais novos e os mais velhos” (BOURDIEU, 1983, *apud* SILVA, 2006, p.59). Não se manifesta, portanto, como algo estável, constante, os jovens acompanham à sua maneira a dinamicidade do contexto social com o qual estão inseridos. A juventude, portanto, não possui um perfil próprio, apresentando-se sobre várias expressões de estilos de vida, crenças e valores, símbolos, normas e práticas grupais diferenciando as culturas juvenis (PAIS, 1993, *apud* SILVA, 2006, p.59).

A relação entre juventude e gênero, “se torna mais complexa considerando o plano histórico” (MARGULIS, 2005 p.25), manifestado nas transformações sociais que ao longo do tempo se concretizando em nossa sociedade. No caso das mulheres, desde uma maior

abertura no plano da sexualidade e também com relação a uma maior abertura nos campos laborais e intelectuais.

É importante, contudo, considerar que as juventudes são frutos de processos complexos e dinâmicos, da interação entre os contextos sócio-político-econômico-cultural, e certamente este entendimento é uma ampliação das fronteiras conceituais da juventude antes restrita a um processo bio-psico-fisiológico.

Sexualidade no contexto juvenil

As reflexões acerca da categoria sexualidade especialmente no âmbito do segmento jovem sempre remeteram a curiosidades, tabus, experiências, descobertas, dentre tantos outros. Os dicionários Globo (1991) e Aurélio (2010) caracterizam sexualidade como qualidade daquele que é sexual, conjunto de caracteres especiais que tem sexo, instinto sexual. Desconsideram, portanto, a questão do social, as influências que os contexto e os ambientes exercem sobre nossa sexualidade.

Segundo Foucault (1984), o termo “sexualidade” teve origem no início do século XIX, entretanto Giddens (1993, p. 32) afirma que “somente no final do referido século, veio a ser problematizada amplamente em um sentido mais próximo do significado que atualmente conhecemos”.

Os estudos de Giddens (1993) sinalizam que as discussões a respeito da sexualidade eram bem restritas, pois, grande parcela da população não tinha acesso às revistas médicas e outras publicações semioficiais; sem contar que no final do século XIX, a grande massa sequer era alfabetizada, o que dificultava mais ainda o acesso às informações.

A sexualidade na concepção de Foucault (1988) foi “cuidadosamente encerrada” no século XIX, a família conjugal, o pai e a mãe, passaram a não se pronunciar sobre o assunto, restringindo-a apenas à função reprodutiva. Isso mostra que as épocas e contextos devem ser considerados para análises da sexualidade humana.

Ao observar a trajetória dos estudos sobre sexualidade, não se pode ignorar que estes tiveram um *boom* particularmente expressivo a partir dos estudos sobre gênero (HEILBORN; BRANDÃO, 1999). Dessa forma, é notório que o campo da sexualidade mantém uma relação íntima com a dimensão “gênero”, e que as questões que giram em torno da sexualidade, são melhores compreendidas levando-se em consideração os modos de vida e particularidades de cada gênero.

São múltiplas as formas de se estabelecer relações afetivas atualmente, por exemplo, o “ficar”, “namorar”, “transar”, “ter um rolo”, “pegas”, etc. Cabe ao jovem, em meio às particularidades de cada troca afetiva, identificar-se com uma ou mais e interagir com outros indivíduos. Reis (2004, p.09) afirma que:

[...] falar sobre amor, paixão, sexualidade, entre os jovens é falar de processos muitos intensos, regidos por muitas lógicas e incoerências, por ambivalências e ambiguidades, mas, sobretudo, é falar de processos cheios de movimento e vida, pois que plenos de alegrias, prazeres, decepções, magoas, sonhos, frustrações, esperanças e outros tantos sentimentos e emoções que se lhes atravessa.

Percebe-se, portanto que são as várias formas de relacionamento afetivo-sexual que se processam em nossa sociedade. O amor não é somente alvo de interesse nesses relacionamentos. Podem existir outras motivações como aproveitar o momento e experimentar novas emoções, ou mesmo formas de autoconhecimento.

Reflexões acerca de “masculinidades”

O universo masculino atualmente vem sendo alvo de constantes estudos e problematizações. “A década de 1970, vê nascer os primeiros trabalhos científicos sobre masculinidade” (BADINTER, 1993, p. 14). Questões como a subjetividade masculina, sua sexualidade, o ‘ser homem’ no contexto contemporâneo e como esse homem estabelece suas relações, tanto no campo afetivo, como na esfera pública, norteiam as discussões e debates acerca da masculinidade até os dias atuais.

Os estudos de Saffioti (1987) indicam que aos homens ainda é negado em muitos casos demonstrar sua afetividade, seus sentimentos, sensibilidade, ternura, amabilidade, dentre outros. A sociedade reforça constantemente estes ideais, ou seja, papéis ditos de homem e de mulher. É o que se percebe no relato seguinte, onde o autor reflete sobre o desempenho dos papéis pré-concebidos na sociedade e as possibilidades de retaliações quando ocorrem alterações nos “cursos esperados” para cada gênero.

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da distribuição de distintos papéis que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita com bastante precisão os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem (SAFFIOTI, 1987, p. 08).

De acordo com Sócrates Nolasco (1993, p.71, grifos meus),

[...] o amor dificilmente é utilizado como fio condutor para a iniciação sexual dos homens, que poderiam ter no **sexo** a expressão da plenitude amorosa. Quanto mais contam suas estórias, quanto mais se envolvem contínua e superficialmente, mas estão próximos da **expectativa social**. Portanto, ser **livre par agir** não significa **ser livre para o que se quer ser**.

Para Badinter (1993, p.15), “dever, provas, provações, estas palavras dizem que há uma tarefa real a cumprir para tornar-se homem. A virilidade não é dada de saída. Deve ser construída, ‘fabricada’”. Assim a identidade masculina, constrói-se permeada de conflitos e pela imposição de regras que vem nortear o ser homem, sendo, portanto, também fruto de interações sociais, históricas e culturais.

Ainda segundo Badinter (1993, p.28), “o próprio homem e aqueles que o cercam tem tão pouca confiança na sua identidade sexual que lhe exigem provas de sua masculinidade”. Prove que você é ‘homem’ é o desafio que o ser masculino enfrenta permanentemente.



Resultados e discussões

Sabemos que homens e mulheres podem ter posicionamentos e/ou percepções diferenciados sobre determinada questão. O meio com o qual interagem pode se apresentar como influenciador destas percepções, sendo assim a forma de compreensão de determinado fenômeno, interage com inúmeros fatores: morais, culturais, sociais, econômicos, políticos dentre outros. Como sinalizam Margulles (2000) e Quapper (2001), os contextos sociais influenciam diretamente nas interações entre estes jovens e que as juventudes são plurais à medida que os contextos de vida são diferenciados.

Nas interações do cotidiano, os jovens partilham suas experiências, seus casos, como fazem, o que fazem e com quem fazem quando o assunto é sexo, as informações socializadas entre os amigos mais velhos podem fazer com que os jovens sintam a necessidade de adentrar nesse campo sexual cada vez mais cedo. Alves (2003) e Godim (2015) sinalizam estas questões de forma bem evidente.

As análises de Fontanella e Gomes (2015) indicam que entre os jovens, as informações científicas adquiridas sobre saúde sexual, ligam-se diretamente às suas vidas sociais, ou seja, foi identificado que alguns jovens se comportam como “porta-vozes da sensatez” quanto a “sexo seguro”, o que indica que se sentem detentores das informações suficientes para realização de práticas sexuais sem riscos de adquirir doenças sexualmente transmissíveis ou mesmo paternidade precoce.

A questão do aprendizado sexual não se dá necessariamente no campo da prática, ou seja, em interações sexuais propriamente ditas, como indica Margulis (2003) ao mencionar o fato de que os contextos de vida e suas sociabilidades influenciam nas formas de agirem e se relacionarem, seus estudos vão ao encontro dos propostos por Quapper (2001). Nesse contexto, Fontanella e Gomes (2015) corroboram com essa perspectiva, buscando contextualizar a sexualidade inserida em um contexto social.

Foi identificado nas análises, que muitos jovens se privam de dialogar com seus pais com receio de serem repreendidos; o que evidencia que mesmo em tempos de “facilidade”

de informações, tudo que se remete ao sexo, ainda causa inquietação e por vezes vergonha correspondendo diretamente aos estudos feitos por Foucault (1988).

Percebe-se que a questão do medo e da repressão ainda é algo forte e marcante na vida de muitos jovens e que as informações recebidas referentes a questões sexuais se restringem ao grupo de amigos. Esse pensamento também converse com a perspectiva de Foucault (1988), Giddens (1993) e Alves (2003) que indicam que as informações adquiridas relacionadas ao sexo eram de forma bastante precária e essas questões persistem até os dias atuais.

Alves (2003) em suas abordagens com jovens homens identificou que os mesmos se remeterem às suas primeiras experiências sexuais como um misto de prazer e constrangimento, ou seja, algo ligado aos tabus que já indicava Foucault (1988), colocando em foco o nervosismo. Os jovens da abordagem de Alves (2003) afirmam terem tido pouca ou nenhuma informação sobre o ato sexual até então, sendo os amigos (sobretudo os mais velhos) a principal fonte de orientação naquele momento, indo ao encontro dos estudos de Giddens (1993), quando indicava que o acesso às informações relacionadas ao sexo eram restritas.

Os textos indicam que o imaginário juvenil no tocante à masculinidade ainda remete que homem seria um tipo de ser por definição “Homem é Homem”, tendo características próprias e imutáveis, qualquer desvio seria colocar a prova esse padrão, como indica Sócrates Nolasco (2003) e Badinter (1993).

Podemos perceber que muitos jovens conseguem identificar que existem diferenças com relação à vivência sexual dos gêneros, Saffioti (1987) já indicava que essas diferenças são notórias no cotidiano de vida desses indivíduos, pois, aos garotos, são estimulados a ter variedade e quantidade de parceiras; às garotas o recato e a “pureza”. Os jovens revelam que os novos tempos proporcionam mais liberdade para vivências sexuais, sentindo-se imersos em um contexto de “avanços”, ou seja, mulheres mais ativas, homens mais permissivos no tocante às práticas sexuais.

Como já indicado por Gondim (2015), desde muito cedo as questões ligadas às interações sexuais fazem parte do cotidiano desses jovens. Neste contexto, muitas preocupações se fazem presentes, sendo que as mais pertinentes se referem a aquisição de doenças sexualmente transmissíveis e, uma possível gravidez precoce de suas parceiras. De forma geral é perceptível nas análises das produções científicas que o jovem homem demonstra preocupação com sua saúde sexual e reprodutiva, no entanto, não sabem bem ao certo como evitar certas situações.

A questão de prevenção com relação a possível gravidez precoce e DST/AIDS faz parte de seu imaginário de forma distanciada, ou seja, não é uma realidade com que se preocupe com frequência, essa questão é identificada nos estudos de Gondim (2015) e Reis (2004), deixando a cargo da mulher a preocupação com relação às responsabilidades e cuidados referentes aos filhos.

Alves (2003) sinaliza que o uso do preservativo aparece em seus estudos como inconstante e irregular, e os jovens colocaram como possibilidade em determinadas circunstâncias e não em outras, o que demonstra que é necessária uma atenção a essa questão em específico.

É interessante perceber que os estudos que se debruçam sobre a iniciação sexual de jovens geralmente fazem menção à escola como o local em que recebem o maior número de informações referentes à prevenção de DST/AIDS e gravidez precoce, os estudos de Sasaki (2015) e Carneiro (2015) indicam que o ambiente escolar se configura como um espaço fecundo para o desenvolvimento de ações, programas e projetos de promoção de saúde voltados para o público juvenil, seria o espaço ideal para serem abordados temas relacionados à prevenção de gravidez e infecções, bem como para a aquisição gratuita de preservativos, contribuindo, assim, para a mudança de comportamentos relacionados à sexualidade.

Conclusão

Os contextos em que se processam a iniciação sexual destes jovens não obedecem a roteiros ou fórmulas prontas, foi identificado nas análises das produções científicas em foco que estes jovens estabelecem suas relações sexuais muitas vezes de forma desprotegida e que muitos destes são carentes de informações específicas sobre questões referentes a práticas sexuais seguras.

As informações que partilham são sempre de forma superficial e, sobretudo repassada pelos amigos, não obstante se percebe que se consideram possuidores de informações e conhecimentos necessários para um bom desempenho sexual, o que se caracteriza como algo que merece uma atenção especial, visto que as informações adquiridas são advindas de experiências e práticas que se ligam ao senso comum, muitas delas sem os devidos cuidados.

Foi identificada uma constante nos textos produzidos, ou seja, um paradoxo nos contextos de interação sexual dos jovens, as pesquisas indicam que os jovens em sua maioria são conhecedores das consequências de práticas sexuais sem as devidas prevenções, no entanto, as praticam frequentemente sem preservativos, sem cuidados. Possuem noções de que podem ser pais de forma indesejada caso não usem os métodos contraceptivos. Nesse sentido, se identifica que este é um fenômeno que acontece com o jovem, independente do segmento social a qual faz parte, mesmo as juventudes se apresentando diferenciada de acordo com os contextos diversos em que se inserem.

As expressões das sexualidades, bem como as interações sexuais desses jovens se estabelecem nesses contextos diversos nesse sentido, as políticas públicas devem se focar levando em consideração essas especificidades relacionadas ao meio com o qual estes jovens estão partilhando suas experiências, observando as especificidades de cada segmento juvenil.

Foi percebido nas análises dos textos que para os jovens de maneira geral não existe falta de informações referentes à saúde reprodutiva e sexual e noções de prevenção de DST dentre muitos outros agravos, mas essas informações são adquiridas de forma

precária e balizadas no senso comum. Autores indicaram que o ambiente escolar se expõe como espaço fértil para problematizar questões referentes à sexualidade.

As análises desses textos possibilitaram também visualizar que o segmento juvenil traz consigo sentidos múltiplos, pois, de acordo com o meio com o qual os jovens interagem, novas expressões juvenis são construídas em contextos diversos e estes estão sempre em constante movimento, podendo servir de base para elaboração de políticas públicas e elaboração de projetos voltados para esse segmento em específico.

Referências

ALVES, Maria de Fátima Paz. Sexualidade e prevenção de DST/AIDS: representações sociais de homens rurais de um município da zona da mata pernambucana, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. 2, p. 429-439, 2003.

BADINTER, Elisabeth. **XY: Sobre a Identidade Masculina**, tradução Maria Agnes Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

CARNEIRO, Rithianne Frota et al. Educação sexual na adolescência: uma abordagem no contexto escolar. **SANARE - Revista de Políticas Públicas**, v. 14, n. 1, 2015.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos; GOMES, Romeu. Cuidados à saúde sexual de duas gerações de homens: permanências e volatilidades de roteiros e habitus. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 1, p. 259-272, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução Maria Thereza C. Albuquerque e J. A. Guidon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988 a.

GIDDENS, **A transformação da Intimidade: Sexualidade, Amor & Erotismo nas sociedades modernas**. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 6 ed. 2008

GONDIM, Priscilla Santos et al. Acessibilidade dos adolescentes às fontes de informações sobre saúde sexual e reprodutiva. **Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano**, v. 25, n. 1, p. 50-53, 2015.



HEILBORN, Maria Luiza; BRANDÃO, Elaine Reis. Introdução: Ciências Sociais e Sexualidade, In: HEILBORN, Maria Luiza (org). **Sexualidade: o olhar das Ciências Sociais**, IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Editora Zohor, 1999, p 7-17.

MARGULIS, Mario; URRESTI, Marcelo. La juventud es más que una palabra. In: MARGULIS, Mario (ed). **La juventud es más que una palabra**. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2000. p. 13-30.

_____, **Juventud, Cultura, Sexualidad** : La dimensión cultural en la afectividad y la sexualidad de los jóvenes de Buenos Aires. Buenos Aires: Biblos, 2003

[NOLASCO, Socrates Alvares](#). **O Mito da masculinidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1995. 187p

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1993. 350 p.

QUAPPER, Klaudio Duarte. ¿Juventud o juventudes? Acerca de cómo mirar y remirar a las juventudes de nuestro continente. In: BURAK, Solum Donas (Compilador). **Adolescencia e Juventud en America Latina**. Cartago, Costa Rica: LUR-Livro Universitário Regional, 2001. p. 57-74.

REIS, Vânia Teresa Moura. Os jovens e seus modos de vida afetivo-sexual. In: REIS, Vânia Teresa Moura. **Jovens pais e jovens mães: experiências em camadas populares**. Tese (Doutorado em Serviço Social). PUC, São Paulo, 2004.

SASAKI, Reinaldo Satoru Azevedo et al. Prevalência de relação sexual e fatores associados em adolescentes escolares de Goiânia, Goiás, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 1, p. 95-104, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. Coleção Polêmica, São Paulo, Moderna, 1987.

SILVA, Valéria. **Identidade Juvenil na Modernidade Brasileira: sobre o constituir-se entre tempos, espaços e possibilidades múltiplas**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Florianópolis 2006b.

SILVA, Carla Regina, LOPES, Roseli Esquerdo. Adolescência e Juventude: Entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, São Carlos, Jul-Dez 2009, v. 17, n.2, p 87-106.

RACISMO E SEXISMO CONTRA AS MULHERES NEGRAS NA SOCIEDADE BRASILEIRA

RACISM AND SEXISM AGAINST BLACK WOMEN IN BRAZILIAN SOCIETY

Jozieli Maria Sousa Barros

Graduanda em Serviço Social pela Universidade de Brasília (UNB), estagiária na Clínica Médica do Hospital Universitário de Brasília (HUB/UnB) e membra do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho, Sociabilidade e Serviço Social. Possui experiência na área de Direitos Humanos, Bioética, Política Social e Trabalho.

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar as constantes situações de violação de direitos contra as mulheres negras no Brasil. De início, destaque-se alguns termos e questionamentos de relevância no debate sobre relações raciais, e em seguida, apresentase algumas evidências do racismo e sexismo vivenciado pelas negras deste país através de dados das políticas sociais de saúde, educação, além de demonstrar a desigualdade nas questões trabalho entre as mulheres negras e as mulheres brancas.

Palavras-chave

Mulheres Negras. Relações Raciais. Racismo e Sexismo.

Abstract

This work aims to analyze the constant situations of violation of rights against black women in Brazil. At first, it stands out that some terms and relevant questions in the debate on race relations, and then presents some evidence of racism and sexism experienced by black in this country using data from social policies in health, education, and demonstrate inequality issues in labor and income among black women and white women.

Keywords

Black Women. Race Relations. Racism and Sexism.

Introdução

A violação de direitos humanos das mulheres no Brasil é caracterizado por construções sócio-históricas que desencadearam uma cultura patriarcal, sexista e capitalista. Em que, elas convivem com posturas de visível subalternização e desvalorização social frente aos homens através de desigualdades de gênero naturalizadas

e que obscurecem as relações sociais, e as subordinam ao silenciamento social. No entanto, quando se fala de mulheres negras, verifica-se um notável binonimo discriminatório, de gênero e raça. Isso sem mencionar o que indica as estatísticas sociais acerca da população negra, se constituindo da classe mais pauperizadas na sociedade brasileira, estando expostas a um conjunto de vulnerabilidades sociais que as deixa mais suscetíveis a serem vítimas de violência.

O percurso metodológico utilizado para a construção deste trabalho se deu a partir da maturação obtida nos debates da disciplina Cultura, Poder e Relações Raciais ofertada pela Universidade de Brasília e com duração de 60 horas/aula. No primeiro momento, realizou-se uma revisão de literatura sobre a temática incluindo os textos já debatidos em sala, em um segundo momento buscou-se dados que comprovassem as iniquidades sofridas pela população negra, especificamente, as mulheres negras para embasamento teórico.

No dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher, dia 25 de outubro de 2015, a diretora executiva da ONU Mulheres Phumzile Mlambo-Ngcuka, “destacou que a violência contra a mulher é a violação de direitos humanos mais tolerada no mundo”²³. Essa afirmação é preocupante ao demonstrar que a desigualdade entre homens e mulheres ratifica a defectibilidade de políticas públicas para a conquista da equidade de gênero.

A violência aqui, é interpretada em todas as suas vertentes, conforme a Lei Maria da Penha, podendo elas serem física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. Apesar disso, salienta-se que a ideia de violência é transversal a todas essas formas, sendo que elas se inter-relacionam entre si. Deve-se indicar outro tipo de violência que se encontra nas particularidades da população negra no Brasil, a racial. Gomes (2005, p. 43) afirma que “Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina

²³ Notícia disponível em: < <http://nacoesunidas.org/violencia-contra-a-mulher-e-a-violacao-de-direitos-humanos-mais-tolerada-no-mundo-afirma-onu/>> Acesso em: 28/01/2016.

aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo, é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros (as)”.

O mito da democracia racial no Brasil é difundido como ideologia de que somos um país mestiço, e que todas as raças que o formam o país possuem condições de oportunidades e de tratamento iguais. No entanto, são as práticas de discriminação racial que associam a cultura afro-brasileira como inferior, e as mulheres negras limitada por estereótipos raciais que atingem sua-autoestima e as deslegitimam como mulheres.

Discriminação das mulheres negras

Gomes (2005, p. 46) descreve racismo, como “um comportamento, uma razão resultante de aversão, por vezes, de ódio, em relação a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meios de sinais, tais como: cor de pele, tipo de cabelo, etc”, e preconceito racial, como “julgamento negativo e prévio dos membros de um grupo racial de pertença, de uma etnia, ou de uma religião”, e a discriminação racial, como “ a pratica do racismo e a efetivação do preconceito, é a adoção de práticas que a efetivem”. Racismo, preconceito racial e discriminação racial são termos recorrentes e importantes para o entendimento do debate em torno das relações raciais.

E a autora (GOMES, 2005) continua salientando que se estivéssemos em uma sociedade em que os diferentes grupos étnicos-raciais vivessem em situação real de igualdade social, racial e de direitos, assim haveria democracia racial. No entanto, não é o que os dados estatísticos sobre as desigualdades raciais na educação, no mercado de trabalho e na saúde sobre as condições de vida da população negra evidenciam, ou seja, o que eles revelam é que tal situação não existe, ratificando o falso mito à brasileira da democracia racial.

Lélia Gonzáles (2000, p. 225) de uma forma bem eloquente afirma que “ a primeira coisa que a gente percebe, neste papo de racismo é que todo mundo pensa que é natural”, além de que na crença popular “mulher negra, naturalmente, é cozinheira, faxineira, servente, trocadora de ônibus ou prostituta”. Recentemente, Taís Araújo, uma grande



atriz global foi vítima de racismo no seu perfil no facebook, no qual recebeu inúmeros comentários racistas em uma publicação, e respondeu a todos²⁴: “

Absolutamente tudo está registrado e será enviado à polícia federal. E eu não vou apagar nenhum desses comentários. Faço questão que todos sintam o mesmo que senti: a vergonha de ainda ter gente covarde e pequena nesse país, além do sentimento de pena dessa gente tão pobre de espírito. Não vou me intimidar, tampouco abaixar a cabeça. Sigo o que sei fazer de melhor: trabalhar. Se a minha imagem ou a imagem da minha família lhe incomoda, o problema é exclusivamente seu!, escreveu a atriz.

Essa notícia é importante para certificar que mesmo uma das mulheres mais lindas da televisão brasileira, não está ilesa a sofrer um ato de violência racial e psicológica, por ter fenótipos próprios da cultura afro-brasileira. Essa associação da mulher negra à figura da mucama, a escrava que deve sustentar o dever do cuidado e do bem-estar de todos os membros da família nas costas, demonstra que mesmo na defesa de gênero, as particularidades da mulher negra, é inserida em uma categoria de exclusão social.

Racismo institucional e violência racial

Racismo institucional, segundo Gomes (2005), implica em práticas discriminatórias fomentadas pelo Estado ou com o seu apoio direto. Já violência racial, é definida neste trabalho, como qualquer forma implícita de violência desencadeada a partir do preconceito racial. No Brasil, após a abolição da escravatura em 1889 por meio da Lei Aurea, o Estado não promoveu políticas públicas que diminuíssem a barreira social, cultural, econômica, e política formada após 300 anos de escravidão. Nesse processo sócio-histórico construído os negros foram silenciados e reforçou-se a discriminação e a desigualdade existente. No Brasil, quando discutimos a respeito dos negros, vemos que diversas opiniões e posturas racistas têm como base a aparência física para determina-los como “bons” ou “ruins”, “competentes” ou “incompetentes”, “racionais” ou “emotivos” (GOMES, 2005, p. 45).

²⁴ Notícia disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/tais-araujo-vitima-de-racismo-em-rede-social-17940756#ixzz3suzPkqw9> Acesso em: 28/11/2015.

Nos próximos itens se discutirá um pouco de algumas políticas públicas de cunho social, e como em algumas delas se evidencia a desigualdade racial e de gênero, enfrentada pelas mulheres dentro de instituições estatais.

Política de saúde

A Constituição Federal de 1988 declara que a “saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (art.196)”. Para abarcar os princípios constitutivos do Sistema Único de Saúde (universalidade, integralidade e equidade), além de perceber as particularidades deste grupo social, criou-se a Política Nacional de Saúde da População Negra em especial após reivindicações do movimento social de negros e negras.

A partir de dados epidemiológicos percebeu-se as iniquidades em saúde vivenciadas pela população negra, pensando nos determinantes sociais do processo saúde-doença, percebeu-se que, a taxa de mortalidade materna, em 2011, por 100.000 habitantes era de 68,8 para mulheres negras e de 50,6 para mulheres brancas. As principais causas da morte materna entre mulheres negras são: hipertensão, hemorragia, infecção puerperal. Já no **pré-natal e parto** - a proporção de mães que declararam fazer 7 (sete) ou mais consultas médicas pré-natal – considerando o mínimo recomendado é 6 (seis) consultas - foi de 74,5% em mulheres brancas, enquanto em mulheres pretas foi de 55,7% e pardas 54,2% (BRASIL, 2005).

Ainda prevalecem os diferenciais de raça, cor e etnia, quando a análise está centrada na proporção de óbitos por causas externas. O risco de uma pessoa negra morrer por causa externa é 56% maior que o de uma pessoa branca; no caso de um homem negro, o risco é 70% maior que o de um homem branco. No geral, o risco de morte por homicídios foi maior nas populações preta e parda, independentemente do sexo (BRASIL, 2005). Em um país onde o racismo está impregnado na cultura como o Brasil, os dados mostram a realidade da violência que jovens são submetidos devido ao despreparo das Organizações de

Segurança Pública, principalmente, de enxergar neste grupo populacional potenciais infratores da lei por associação da cor de pele com “pobreza”.

Política de educação

A educação consta no rol dos direitos sociais previstos pela Constituição Federal da República Federativa do Brasil, ou seja, é um direito imprescindível dos indivíduos. No entanto, a sua má eficácia é recorrente, e apontada como uma das consequências da discriminação racial na sociedade brasileira, além se constituindo como elemento importante na estratificação social.

Assim, no setor da educação, enquanto entre os brasileiros a taxa de analfabetismo era de 12,4%, em 2001, entre os negros, a proporção era de 18,2% e, entre os brancos, de 7,7%. Em média, a população branca estudava 6,9 anos e a negra, 4,7 anos. A menor média de anos de estudo dos brasileiros foi observada na região Nordeste: 5,7 anos para os brancos e 4 anos para os negros. No Sudeste, onde se encontra a maior média de anos de estudo do conjunto da população – 6,7 anos –, os negros estudavam, em média, 2,1 anos menos que os brancos (BRASIL, 2007).

O que se percebe por meio dos dados é que além das diferenças na taxa de analfabetismo entre homens e mulheres, há também uma observação das discrepâncias regionais, na parte do país onde existe uma maior divisão da riqueza socialmente produzida ocorre uma pequena mudança nos indicativos sociais.

O Censo Demográfico de 2010 também contribui ao apontar a grande diferença que existe no acesso a níveis de ensino pela população negra. No grupo de pessoas de 15 a 24 anos que frequentava o nível superior, 31,1% dos estudantes eram brancos, enquanto apenas 12,8% eram pretos e 13,4% pardos. Se quantificarmos por gênero, mulheres brancas com ensino superior completo é 17,7%, e mulheres negras e pardas com o mesmo nível de escolaridade é 6,71%. Um dos fatores importante na interpretação é que as mulheres,

sobretudo as negras, são educados para primeiro pensarem nas atividades domésticas e no cuidado com os membros da família para depois, após o desgaste físico, terem tempo para o trabalho mental.

A socialização sexista inicial que ensina as regras, e na verdade, à maioria das mulheres que o trabalho mental tem de ser sempre secundário aos afazeres domésticos, aos cuidados dos filhos, ou a um monte de outras atividades servis. Tornou difícil para elas fazer do trabalho intelectual uma prioridade essencial, mesmo quando suas condições sociais ofereciam de fato recompensa por esta atividade (HOOKS, p. 476).

A condição social das mulheres negras não é homogênea, mas há uma convergência gerada pela formação da sociedade brasileira que essa população é marcada por um conjunto de desigualdade de gênero, de classe, e de raça, social e geracional. Com o conhecimento, não é muito diferente, afinal é difícil ter ânimo para os estudos quando não tem muitos incentivos e oportunidades, e onde as relações de poder são historicamente desiguais. No entanto, com a ocupação política de determinados espaços pela população negra e a conscientização das iniquidades sendo denunciadas pelos movimentos sociais, nos últimos anos já tem acontecido pequenas mudanças que atenuem essa situação desfavorável.

Trabalho e rendimentos

No que se refere à pobreza, outros estudos revelam que os negros correspondem a cerca de 65% da população pobre e 70% da população extremamente pobre, embora representem 45% da população brasileira. Os brancos, por sua vez, são 54% da população total, mas somente 35% dos pobres e 30% dos extremamente pobres (BRASIL, 2007). O baixo nível de renda, tanto individual quanto domiciliar per capita, restringe as liberdades individuais e sociais dos sujeitos, fazendo com que todo o seu entorno seja deficiente, desgastante e gerador de doença. Em 2001, mais de 32 milhões de negros com renda de até ½ salário mínimo eram potencialmente demandantes de serviços de assistência social

e viviam, em sua maioria, em lugares com características indesejáveis de habitação (IBGE, 2010).

Em um processo de desemprego crescente, como o que tem acontecido no Brasil desde a crise de 2008, as disparidades de renda tendem a aumentar, sobretudo as elevações dos índices de desigualdade no mercado formal de trabalho. Dessa forma, a classe mais penalizada com as transformações do mundo do trabalho no processo neoliberal são as negras, que entram mais cedo no mercado e saem mais tarde, às vezes, sem acesso a direitos previdenciários para que se possa usufruir de aposentadorias, sendo destinado a elas o Programa de Prestação Continuada-BPC.

O Programa de Prestação Continuada é um benefício assistencial concedido a idosos com idade igual ou maior que 65 anos que comprovem incapacidade para o trabalho e insuficiência de renda para a reprodução de suas necessidades. Esse tem um recorte nítido de renda, devendo o idoso possuir menos que $\frac{1}{4}$ do salário mínimo e precisa ser requerido ao Instituto Nacional de Seguro Social, e caso seja aprovado pela perícia receberá o valor de 1 salário mínimo enquanto perdurar a condição de baixa renda. No entanto, o valor não é suficiente para garantir acesso a uma vida digna, pois os gastos que se possui neste período da vida costumam ser maiores.

Em empregos formais, as mulheres brancas são 27, 4% e as mulheres negras 21, 5%, dados que demonstram as relações de poder que constituem diferenças entre as mulheres. Não se obteve dados com relação ao rendimento entre as mulheres brancas e negras. No entanto, quem tem mais acesso ao emprego formal também possui mais acesso aos benefícios, programas e serviços da previdência social que está estreitamente ligada ao trabalho com vínculo empregatício formal. Às mulheres negras, por vezes, inseridas em situações precárias de trabalho é destinado à ocupação de cargos e funções socialmente não admirados, ou são chamadas desde muito jovens a ocuparem empregos no mercado informal ou com vínculos trabalhistas temporários.



Considerações Finais

A falta de literatura sobre a relação entre gênero, raça e classe se constitui como uma barreira para a construção deste trabalho. Uma vez que as mulheres negras ainda são minorias dentro do espaço acadêmico, o que dificulta o desenvolvimento de pesquisas sobre mulheres negras. “As relações de poder que constituem diferença entre as mulheres não são analisadas no feminismo branco brasileiro, muito menos como tais diferenças são configurantes nos processos de dominação social e de gênero que operam no Brasil contemporâneo” (CALDWELL, 2000, p. 97). Desconstruir a sociabilidade hegemônica na sociedade que naturaliza a desigualdade de gênero e raça, no intuito, de chegar a um novo padrão de relações sociais, é o necessário na luta por igualdade racial.

Entende-se que para o enfrentamento contra as formas de opressões, tal como a de classe, gênero e raça, é necessário haver uma relação de compromisso do Estado, e um controle social dos movimentos sociais e da sociedade civil. Dias (2015) salienta que as opressões de gênero e raça contribuem para a manutenção da ordem capitalista vigente, e que as tornam determinantes na guerra de oposição entre as classes sociais. Pode-se afirmar que as relações sociais são marcadas por assimetrias sócio-históricas construídas pela sociedade, em que a mulher negra, desde a escravidão até o período atual foi retratada estereotipada e suas demandas como mulher marginalizadas pelo Estado brasileiro que deveria observá-las.

Ao longo deste artigo pretendeu-se discutir alguns elementos do debate sobre as relações sociais, no tocante ao enfrentamento a herança patriarcal, machista, sexista e racista construída no período colonial do Estado Brasileiro, e aprofundadas por toda a República. Nessa perspectiva, tem-se que a violência contra a mulher negra precisa ser mais discutida e menos naturalizada, por meio de políticas públicas que percebam as particularidades das desigualdades de raça-etnia.

Referências

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Senado, 2014.

_____. **Lei Maria da Penha**. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que dispõe sobre mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação Edições Câmara, 2010. 34 p.

_____. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral da População Negra**. Brasília, DF: 2007.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras das diferenças: raça e mulher no Brasil. In: **Revista Estudos Feministas**, 2/2000. p.91-108.

DIAS, Sheila Almeida. Serviço Social e Relações Raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. In: **Temporalis**, Brasília (DF), ano 15, n. 29, jan. /jun. 2015. p. 311-333.

GOMES, Nilma L. (2005). Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil. In: **BRASIL. MEC/SECAD**. Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n. 10.639/03. (Coleção Educação Para Todos). Brasília, MEC/SECAD. p. 39-65.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Brasília: **ANPOCS**, 198. p. 223-244;

GROSSI, Miriam Pillar. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. **Revista Estudos Feministas**, N/E, CIEC/UFRJ, 1994. p. 473-483.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. In: **Revista Estudos Feministas** 2/1995. p.464-478

IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Banco de dados sobre trabalho e educação. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 28/11/2015.

A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA EM TERESINA: o feminismo como resposta à representação da mulher-mãe

THE CONSTRUCTION OF FEMALE IDENTITY IN TERESINA: feminism as a response to the representation of women-mother

Carolina Alves Leite

Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí (2009 – 2013). Atualmente é mestranda em Sociologia – UFPI (Linha de pesquisa: gênero e geração), bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Piauí – FAPEPI. Tem experiência na área de Serviço Social, com ênfase em saúde pública, atuando principalmente com os temas: gênero, geração, saúde pública, saúde mental, assistência estudantil, reforma psiquiátrica, práticas profissionais, entre outros.

Resumo

A cidade Teresina-PI transita entre o arcaico e o moderno, assim se faz relevante evidenciar a conjuntura da sociedade e que identidades têm sido construídas. A capital guarda particularidades quando se desvenda como feminina. O presente artigo resgata traças históricas dos costumes que fizeram da mulher teresinense ser espelho da própria cidade. De início, resguardada na domesticidade da maternidade, a identidade feminina teresinense pouco era singular, até que ideias feministas despertaram reflexões e assim tal identidade mostrou faces diversas. Ser mãe configurava-se como uma dentre tantas, não mais encarcerada em regras que asseguravam a dominação masculina. Com o movimento feminista alcançando maior esquematização mundialmente, a mulher-mãe passa a ressignificar sua condição, sem abandonar o tradicional e ansiando o novo, é representada em várias, pensando sua identidade nas diferenças. O artigo usa de Castells (2002) e suas identidades legitimadora, de resistência e de projeto para explanar o trajeto das teresinenses.

Palavras-chave

Teresina. Maternidade. Feminismo. Identidade

Introdução

Teresina é uma cidade relativamente pequena em relação às grandes metrópoles brasileiras, em que as pessoas se conhecem e encontram-se com muita facilidade. Sem perder seu ar provinciano, “volta e meia” é possível ver Teresina adentrar o novo, contrastando com o retrógrado, em seu cotidiano, na conceituada educação, no próspero

setor de saúde, na política de raízes coronelistas, no precário transporte público, nas rodas de bares e restaurantes a qual tanto se servem seus/suas habitantes, entre outros. As raízes patriarcais parecem ser, muitas vezes, quase ofuscadas pelos vultos transgressores dos/as que pensam e sentem diferente às novas roupagens de seu tempo, reagindo as possibilidades trazidas pelo feminismo, vistas ainda como subversivas por uma maioria.

A identidade de Teresina, moldada no século XX, é produto do labor intenso e apaixonado de estudiosos e habitantes da cidade, que produziram escritas sobre sua sociedade e a cultura. Evidencia-se certo simbolismo em sua representação enquanto uma cidade feminina e maternal, cheia de anseios de liberdade e de autonomia, presa na simbiose passado-presente, cultura-natureza, aconchego dos voltam após anos estudando e trabalhando fora.

Segundo Queiroz (2006), Teresina é a cidade-menina, grávida de desejos e irresistível poder de sedução, é imagem exacerbada da poesia local, na música e mesmo na crônica midiática cotidiana. A transformação do espaço urbano, realça o embate com a natureza a ser dominada. Tal contraste é visível ao resgatar seu surgimento como um marco da novidade do aglomerado urbano e ao mesmo tempo, a sua constituição através de uma administração provincial, além da vida comercial industrializada em paralelo ao cotidiano religioso (QUEIROZ, 2006). Em Teresina, o velho se une ao novo, a tradição à novas práticas.

Dessa forma, sendo a identidade, segundo Castells (2002), construída a partir da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso, tentar-se-á resgatar pelos acontecimentos históricos retratados nos estudos de Pedro Vilarinho Castelo Branco e Elisângela Cardoso sobre os costumes e memórias femininas e masculinas da cidade de Teresina (início do século XX ao final dos anos 1980), como vem sendo moldada a identidade da mulher-mãe teresinense de classe média e como o feminismo vem imbricando essa condição, considerando as interpelações às quais tais mulheres estão envolvidas. O presente artigo figura em uma



pesquisa em andamento a avançar mais sobre os eventos contemporâneos, mas até o momento faz uma montagem da identidade da mulher teresinense, a partir do que se tem coletado bibliograficamente, para em seguida, realizar coleta em campo sobre a contemporaneidade. Pode-se dizer que há uma identidade de gênero da mulher antes do feminismo e uma depois das conquistas feministas? Ou antes as mulheres só agiam cumprindo papéis que lhe eram dados e a partir do momento em que se inquietam com as privações a que eram submetidas é que se constrói uma identidade?

Desenvolvimento

Segundo Castelo Branco (2008), no final do século XIX e início do século XX, milhares de pessoas migraram de áreas rurais para Teresina na expectativa de melhores condições de vida, com maiores oportunidades no mercado de trabalho e melhores condições de educação. Nessa época, apesar dos esforços para romper com velhas estruturas e assim tornar Teresina uma cidade próspera com perspectivas que engrandecem o Piauí, e do fato de ser capital fazer da cidade um ponto de referência em recursos provenientes de diversas áreas do país, já se evidenciava fortes vínculos com as sociabilidades rurais do período colonial, tendo uma economia com laços com a renda proveniente das fazendas e sítios.

A Igreja Católica e os intelectuais letrados da época procuravam desenvolver uma prática discursiva sobre as identidades de gênero e as relações familiares, principalmente no tocante aos papéis femininos e a constante ameaça de que estes viessem a apresentar significativos deslocamentos e assim desequilibrar a dominação masculina que ditava os corpos. Os intelectuais preocupavam-se em cultivar um sentimento de perda do poder simbólico e a legitimação do afeto à organização social do passado (CASTELO BRANCO, 2008).

O poder simbólico em Bourdieu (1989), trata-se de um poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber ou involuntariamente não ousam saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. Nesse sentido, os ideais

feministas que atingiam Teresina na época, balançavam a engessada estrutura desse poder simbólico que construía a realidade estabelecendo uma ordem social consensual da diferença entre os sexos.

Com isso, as primeiras reivindicações de mulheres estenderam-se até o século XIX, e concretizam-se com o surgimento do feminismo como movimento de caráter autônomo. Não se evidenciava nas lutas até então, o lado privado das obrigações socialmente instituídas às mulheres (JÁCOME, 2007). Esse primeiro momento é conhecido como Primeira Onda do Feminismo, inscrevendo uma primeira fase de denúncia da opressão à mulher exercida pelo patriarcado (NAVAZ; KOLLER, 2006) e afirmando o caráter de humanidade das mulheres. No início se tratava da luta pela igualdade, associada aos ideais revolucionários da burguesia pela “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, já evidenciando uma tendência de excluir as diferenças consideradas naturais entre homens e mulheres (PIERUCCI, 1999).

Segundo Cardoso (2010), em um contexto em que a industrialização colocava em discussão questões sobre a emancipação feminina, havia um ar de desestabilização social em Teresina, consubstanciado por homens que detinham um pensamento contrário as ideias feministas. Segundo Castelo Branco (2008), os homens enquanto contrários ao consentimento do voto às mulheres e à participação dessas no âmbito público, acreditavam que tais questões significariam romper com práticas tradicionais que delimitavam os espaços masculinos e femininos, subvertendo assim o ordenamento de gênero e a fragilidade do poder simbólico vigente.

A necessidade de demarcação dos espaços sociais masculinos e femininos é estratégia fundamental para os homens reforçarem a manutenção de seus privilégios, forjando reproduções de modelos homogêneos nas práticas cotidianas e discursivas. Então, no momento de transição e reformulação dos modos de organização familiar e dos papéis de gênero na cidade de Teresina, os homens desejavam criar fronteiras bem definidas entre os campos de ação masculinos e femininos (CASTELO BRANCO, 2008).

Quando o feminismo passa a adentrar campos mais subjetivos da vida das mulheres e passam a surgir questionamentos acerca da maternidade, surge uma preocupação maior da parte desses homens intelectuais letrados da época, pois a maternidade bem como o campo doméstico é vista como *locus sagrado* e as críticas das feministas à maternidade compulsória eram interpretadas pelos intelectuais como recusa feminina ao exercício de papéis do cuidado com a casa e os filhos/as que asseguravam a estabilidade e dominação masculina (CARDOSO, 2010).

Segundo Cardoso (2010) a representação da mulher-mãe era então operada pelos antifeministas com o intuito de limitar os espaços de atuação feminina à esfera privada e aos papéis familiares. Ela era empregada na tentativa de manter o lugar e a proeminência dos homens na sociedade. Esse uso revela a necessidade de desestabilizar as demandas feministas para responder positivamente aos anseios subjetivos dos homens que constituíram seus territórios existenciais, incorporando a distinção dos papéis de gênero, enquanto elemento fundante de sua masculinidade. Além disso, essa representação indicava o medo destes intelectuais acerca da possibilidade de não dominar as mulheres, tal dominação era importante para assegurar-lhes a condição de homem, revelando assim a fragilidade da masculinidade. Ao expressar seus sentimentos, os intelectuais antifeministas da época indicavam uma reação coletiva, que diz respeito a uma experiência compartilhada por grande parte dos homens.

Até então, as mulheres ocupavam lugar secundário na sociedade teresinense, tendo uma educação restrita às classes mais abastadas, voltada ao aprendizado de funções e papéis na família que estabeleciam os bons comportamentos nos espaços de elite. Na segunda metade do século XIX, surge a necessidade de as famílias obterem melhores condições de instrução, com isso a educação feminina foi ganhando um olhar voltado para leitura, escrita, música, arte e literatura, para que assim a sociedade começasse a implantar uma nova postura perante a educação da mulher, mas sem perder de vista o intuito de resguardá-la no lar e no cuidado com os filhos (CASTELO BRANCO, 2013).



No início do século XX, a vivência das moças se resumia a poucos anos de estudo, com o objetivo de instruir as mulheres à comportamentos dedicados à vida religiosa e sacrifícios pela família, casamento em tenra idade e toda uma significação da vida mediante os papéis tradicionais femininos, a vida da mulher teresinense era moldada para a maternidade. As mães ensinavam as filhas a cozinhar, a lavar, a costurar, a bordar, a cuidar dos futuros filhos/as e maridos, encaminhando-as para um refinamento educacional voltado para as atividades do lar (CARDOSO, 2003).

Enquanto cobradas a se comportar de acordo com as demandas patriarcais, muitas mulheres ao longo da história, não conseguiam responder às expectativas ou mesmo não se encaixavam no modelo imposto de mulher e mãe. É aí que os discursos sobre emancipação feminina começam a se fazer mais presentes na sociedade. Com isso, a identidade da mulher teresinense se situava no campo da identidade legitimadora, que Segundo Castells (2002), é introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais.

Na década de 1920, as mulheres passam a aderir de forma mais acentuada as novas modas e novos comportamentos sociais que não se limitavam aos rígidos padrões cristãos (CASTELO BRANCO, 2013). A trajetória da mulher jovem teresinense não coincidia com as expectativas de todas as jovens, além da educação para o lar e de atividades passivas de refinamento feminino, as mulheres de Teresina reivindicavam a ampliação dos níveis de escolaridade (CARDOSO, 2003).

Segundo Castelo Branco (2013), a década de 1920 foi emblemática quanto a inserção da mulher teresinense no mercado de trabalho, se dando principalmente pelo magistério. O ensino do primário passa a ser visto como um campo aberto ao trabalho feminino, considerando a ideia de uma vocação feminina e de um “instinto materno” em saber ensinar e lidar com crianças.

Outro campo que interpelou as mulheres de Teresina para a inserção no mercado de trabalho foi o jornalismo, Castelo Branco (2013) conta que no início do século XX, com o jornal Borboleta (1904–1906), as mulheres se utilizavam para abrir espaços intelectuais e

aprimoramentos culturais, bem como ressaltar o significado da instrução para mulheres, inclusive, para que pudessem cumprir melhor suas funções de mãe. Nesse quesito, evidencia-se nesse veículo que as mulheres de Teresina buscavam a educação formal para além dos ares religiosos e domésticos, mas ao mesmo tempo estavam comprometidas em utilizar desses novos aportes de conhecimento, para cumprir suas obrigações maternas em casa.

A escrita das mulheres sobre o feminismo, em Teresina, é embasada pelas transformações que permeavam a vida das mulheres das classes alta e média, nas primeiras décadas do século XX. As mulheres desses segmentos saíam do espaço privado e adentravam o público formando uma esfera de participação feminina. Juntas, as mulheres da época uniam o que detinham pelo acesso à leitura, à escrita, ao lazer, à educação e ao trabalho, e incorporavam às expectativas e experiências femininas em suas escritas (CARDOSO, 2014).

Nessa perspectiva, é visível a ênfase na maternidade na reivindicação de direitos. A grande dimensão que a maternidade ocupou nas teorias desenvolvidas pelos primeiros movimentos de mulheres em sua luta pela cidadania, também permeava concepções de feminismo em Teresina. A condição de mãe era enfatizada para reivindicar direitos, sobretudo, à educação (BOCK, 1995).

Quanto a emergência da demanda por educação de diversos níveis e acessível a todas e todos de diversas classes, junto ao crescimento da urbanização, Teresina configurava-se como a cidade com maiores possibilidades de acesso à educação. Entrando também nessa jangada, a população feminina buscava sua ascensão mediante a escolarização de nível médio e superior, objeto de aspiração a partir do final dos anos 1940 (CARDOSO, 2003).

Uma questão que começa a surgir diante da possibilidade de inserção das mulheres em níveis mais avançados de educação e no mercado de trabalho, é sua relação com os papéis tradicionais femininos de mãe, esposa e dona-de-casa. Os discursos sobre os modos de ser das mulheres assinalavam diferentes olhares, ora que deveriam priorizar os papéis

domésticos acima de tudo, ora que poderiam conciliar o casamento, a maternidade e a vida acadêmica profissional sem afrontar a moral e os bons costumes (CARDOSO, 2003).

Com a legitimação do ensino superior para mulheres como algo positivo e projeção para um futuro, os territórios existenciais femininos em Teresina vão se constituindo além da maternidade. Dessa forma, as estudantes universitárias em Teresina por volta da década de 1940, passam a construir seus cotidianos de formas diferentes do que era esperado, tanto dentro como fora da cidade, ampliando os espaços de lazer, participando do movimento estudantil, escrevendo, refletindo, participando de movimentos culturais, constituindo suas próprias individualidades, criando condições para que se pensassem e refletissem enquanto mulheres (CARDOSO, 2003).

Nessa expansão pela conquista do espaço público, as mulheres de Teresina, que já conquistavam certo respaldo pelos investimentos na universidade em prol de uma singularização, distanciavam-se dos papéis de mãe e dona-de-casa quando passavam a integrar mais representativamente enquanto profissionais. O saber que passavam a deter tornava-as mais aptas a competir no mercado, assim como para buscar desempenho de atividades que as satisfizessem e que inventassem estratégias de sobrevivência nos ambientes trabalhistas como meio de ascender profissionalmente, obtendo assim mais autonomia em suas próprias escolhas.

No final da década de 1950, com as relações senhoriais cedendo lugares às relações capitalistas e a intensificação da urbanização e industrialização que impacta Teresina, o investimento em educação feminina se consubstanciava em um modelo alternativo e legítimo para a vida das mulheres e assim estas começam a assumir lugar central na esfera pública. A profissionalização feminina começa a dar visibilidade ao novo papel da mulher, o de profissional (CARDOSO, 2003).

Paralelamente, processavam-se os esforços para reforçar a busca pelos papéis tradicionais femininos, com o intuito de circunscrever a atuação das mulheres no espaço privado. A estratégia discursiva valorizava a maternidade, a infância e a domesticidade, assim muitas mulheres sentiam-se obrigadas a abandonar o trabalho para se dedicar

exclusivamente à maternidade, evidenciando-se a predominância do trabalho público feminino como algo transitório (CARDOSO, 2003).

Em Teresina, entre os anos 1950 e 1960, a virgindade feminina era tida como valor fundamental, a trajetória feminina estava circunscrita na manutenção dos valores relativos ao corpo e à sexualidade. No cenário de efervescência dos anos 1960, a maternidade e o casamento eram ainda vistos como parte da essência feminina, em Teresina, emergem discursos que têm o intuito de reforçar a ideia de que mesmo com as mudanças e conquistas das mulheres, estas deveriam permanecer primordialmente na dimensão da casa, sendo as funções profissionais e acadêmicas menos importantes. Com isso se instalava o discurso da desestruturação familiar causada pelas problemáticas da conciliação entre o desenvolvimento intelectual, o acesso ao mercado de trabalho e o ser mãe (CARDOSO, 2003).

Dessa forma, para as mulheres o trabalho no espaço público, mesmo incorporado como prática legítima da sociedade, tem significados diferentes do ato de trabalhar exercido pelos homens. Para a mulher o trabalho público é extraluar e complementar, para o homem é fundamental e construtor identitário de sua existência. Mais uma vez, a insistência pela busca do predomínio da mulher no espaço privado e da constituição de uma identidade feminina exclusivamente voltada para a maternidade e o lar, demonstra o masculino ameaçado em perder seu espaço de poder simbólico.

Para as mulheres das classes abastadas de Teresina, existia a possibilidade de criar identidades alternativas em que a maternidade e o casamento não assumiam posições tão centrais em suas vidas e já não figuravam os únicos projetos. Assim, por volta da década de 1960, Cardoso (2003) observou a partir de escritos femininos em veículos da mídia piauiense da época, que a identidade da mulher piauiense se configurava tanto na incorporação de uma profissão, como pela conservação dos papéis tradicionais da maternidade e do casamento. Então, a profissionalização se restringia às mulheres fora dos padrões, pois o modelo feminino típico e ideal se caracterizava pelo desenvolvimento do “instinto materno”, da bondade e da resignação acima dos anseios profissionais.

Em um cenário de inquietação e rompimento com os costumes da sociedade tradicional, emerge a Segunda Onda do Feminismo, impulsionada nos anos 1960, inserindo o pensamento crítico sobre a naturalização da condição da mulher, das relações de poder e de gênero, e denunciando que a opressão sofrida pelas mulheres acontece em dimensões pessoais, sociais e políticas (JÁCOME, 2007). Ocorre então o deslocamento da preocupação com a igualdade para a preocupação com a diferença e a identidade (HITA, 2002).

Segundo Fraser (2007), a Segunda Onda do Feminismo se divide em três fases, em uma primeira, o feminismo estava estritamente relacionado a esses vários “novos movimentos sociais” que emergiam na década de 1960; na segunda fase, o feminismo, orbita para uma política de identidades e em uma terceira fase, o feminismo é praticado como política transnacional, em espaços transnacionais emergentes. Na primeira fase dos novos movimentos sociais, as feministas buscam ampliar o seu imaginário, expondo uma gama mais ampliada de formas de dominação masculina e sustentando uma visão expandida de política com questões pessoais inclusas (FRASER, 2007).

Em face disso, em Teresina, passavam a ser possibilitados diversos deslocamentos no mundo feminino, para algumas mulheres a maternidade constava como uma mera possibilidade, para outras, principalmente as de famílias mais abastadas, o casamento era com a carreira e o emprego. Enquanto predominava o perfil de moças ingênuas que almejavam dar rumo em sua vida com filhos/as e um esposo bom partido, emergiam as moças questionadoras que eram contra-modelos e não priorizavam maternidade e casamento. Assim, constitui-se um perfil ambíguo da identidade feminina teresinense, escrita entre o público e o privado.

Essas mulheres passaram a ter mais atribuições, fragmentando seu tempo e fazendo surgir o sentimento de culpa por não se dedicarem com mais afinco aos filhos/as. Essa sensação era emblemática na vida das mulheres da década de 1960, que eram culpabilizadas pelos problemas com os filhos, a casa, o casamento e a família. Tal discurso se fortalecia e produzia instabilidade social com a difusão da ideia de mulher envolvida em

uma jornada tripla entre o trabalho, a casa, o marido e os filhos, destacando a impossibilidade desta em desempenhar bem todos os papéis, por estarem principalmente comprometidas com o trabalho fora do lar (CARDOSO, 2003).

Elencava-se assim uma hierarquia dos papéis das mulheres, em que a maternidade é colocada no topo emergencial da lista de funções obrigatórias a serem desempenhadas. A estratégia discursiva em cima disso, pretendia demarcar diferenciações entre os papéis masculinos e femininos, permitindo até que a mulher teresinense formatasse atuação pública, mas de maneira limitada, com a condição de priorizar a predominância doméstica em seus afazeres.

É a partir de um aprofundamento do reconhecimento das vivências pessoais das mulheres que o movimento feminista ganha força e as conquistas passam a ser concretizadas dando visibilidade pública e caráter político aos dramas íntimos do universo feminino, dentre eles, a relação entre reprodução e sexualidade, entendendo-as como parte das construções culturais que oprimem as mulheres. A mulher passa a ser vista além do âmbito doméstico confinada à maternidade, movimenta-se para sua emancipação, não mais excluída do trabalho produtivo social e confinada ao trabalho privado.

É na segunda fase da Segunda Onda do Feminismo, que ao se preocupar com a cultura, este acaba atraído pela política de identidade. Esse momento, coincide com um desdobramento histórico do esgotamento da democracia social baseada na ideia de nação, pressão intensificada pelo neoliberalismo. Entretanto, feministas tentam exercer certo desdobramento em meio aos espaços políticos transnacionais no mundo globalizado, tentando cada vez mais reinventar o feminismo como projeto de política transnacional (FRASER, 2007).

Considerando que a identidade, para Castells (2002), é o processo de construção de significados com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, os indivíduos podem não só constituir uma identidade como podem ter identidades múltiplas, no caso da mulher-mãe-esposa, as autoras dessa identidade multifacetada estabelecem acordos e negociações para estabelecer suas identidades e

assim constituir fontes de significado para elas próprias, construídas por meio do processo de individuação da mulher que tem se dado. Nesse sentido, a identidade mãe é internalizada e tal autodefinição coincide com um papel social que a mulher desempenha, assim, mesmo sendo a identidade uma fonte mais importante de significados que os papéis sociais (CASTELLS, 2002), a identidade da mãe se concretiza a partir do momento em que as mulheres colocam como mais importantes essa autodefinição antes de qualquer outra faceta.

Nesse sentido, é importante lembrar da distinção entre identidade e papéis, segundo Castells (2002), que elenca que os papéis são definidos por normas estruturas pelas instituições e organizações da sociedade, dessa forma, a importância relativa desses papéis no ato de influenciar o comportamento das pessoas depende das negociações e acordos entre indivíduos e essas instituições e organizações, por sua vez as identidades constituem fontes de significado para os próprios atores que dela se utilizam, por eles originadas e construídas por meio do processo de individuação. Nesse sentido, a identidade de mãe, coincide com o papel social de mãe, pois o ser mãe é tradicionalmente uma autodefinição muito importante de significado na vida de uma mulher.

Desse modo, mulheres que eram mães e profissionais ao mesmo tempo, forjavam arranjos conciliatórios, a fim de exercerem múltiplos papéis, inclusive subjetivos, em articular seu estado psicológico para transitar entre vários polos. Não se havia a possibilidade de ficar restrita em uma única tendência social. Uma das estratégias utilizadas, é a rede de solidariedade feminina familiar e o trabalho realizado pelas empregadas domésticas, que estabeleciam condições para que as mulheres pudessem investir em suas profissões sem comprometer muito o clima organizacional da família (CARDOSO, 2003). Nesse bojo, é importante destacar o quão alheio permaneciam os homens na divisão das tarefas domésticas e cuidado com os filhos, enquanto a maternidade era reforçada como exercício integral, a paternidade parecia se restringir ao papel de provedor financeiro e chefe conjugal.

Os dilemas e ambiguidades que permeavam as identidades das mulheres faziam parte do processo de individualização e singularização feminino. A opção pelo espaço público muitas vezes se constituía da ausência dos papéis tradicionais, em que mulheres profissionais optavam por uma carreira e a condição de permanecer solteira (CARDOSO, 2003). Tal condição, adquire diferentes significados, tanto o de escolha própria e autonomia como o de incompletude, vista de forma negativa. Essa questão aponta mais uma característica que delinea a identidade múltipla da mulher em Teresina, recheada de polaridades.

Chegando na terceira fase da Segunda Onda do Feminismo, anuncia-se uma mudança na escala da política feminista com a tentativa de integrar as contribuições das fases anteriores em uma síntese mais adequada com a realidade (FRASER, 2007). Com isso começa-se a contestar a visão do determinismo biológico e impulsiona-se o desenvolvimento do conceito de gênero. Com o conceito de gênero (herança cultural) se distinguindo analiticamente do conceito de sexo (herança natural-biológica), surge a necessidade de afirmar as diferenças e especificidades entre os gêneros, o direito à diferença da mulher em relação ao homem, no sentido não apenas dos direitos universais, como também dos direitos específicos de mulheres (HITA, 2002).

Na década de 1980, o movimento de mulheres em Teresina, apesar de tímido e pouco proeminente, teve consolidação significativa em termos de consciência política. Ignoradas pelos parlamentares da época e emanadas das dificuldades em fazer com que mais mulheres fizessem reflexão e somassem-se a luta, as mulheres teresinenses resistiam e insistiam em reivindicar melhores condições de vida e demonstravam certa preocupação com as identidades femininas e com o rompimento dos papéis sociais tradicionais (FONTINELES & MEDEIROS, 2011).

Nesse sentido, o movimento de mulheres em Teresina demonstrava consciência política mesmo sem planejamento e embasamento das causas feministas já pontuadas teoricamente ao redor do mundo. Não mesmo importante, o movimento demonstrava-se não-homogêneo quanto ao perfil das integrantes, participavam mulheres casadas,

solteiras, prostitutas, divorciadas, viúvas ou qualquer mulher que compactuasse com as causas defendidas pelo grupo (FONTINELES & MEDEIROS, 2011).

Assim, a década de 1980, demonstra que as mulheres em Teresina passam a ocupar o espaço político, provocando mudanças no viver cotidiano da cidade e fazendo com que se considere que os espaços femininos se reconfiguravam, bem como os papéis e assim as identidades femininas. Nesse sentido, ainda era muito dificultoso que a mulher ocupasse os campos públicos sem sofrer restrições, tanto que ainda sofriam tentativas de deslegitimação dos detentores homens do poder, com isso eram obrigadas a negociar com a estrutura vigente, ora portando-se como mães e esposas, ora envolvidas na política (FONTINELES & MEDEIROS, 2011).

A identidade da mulher teresinense na década de 1980, era a identidade de resistência, criada por mulheres que se encontram em posições desvalorizadas e estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo trincheiras de resistência e sobrevivência, dentre estas as respostas feministas (mesmo que não autodenominadas, pegavam emprestados suas estratégias) em base de princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade (CASTELLS, 2002).

Nessa ótica da diferença e da identidade, o debate feminista começa a argumentar que não se tratava apenas de diferenças entre homens e mulheres, mas também de diferenças entre distintos tipos de mulheres no interior do movimento. Falar de mulher no singular enquanto um sujeito único e universal aparentava um grande problema, assim a preocupação não mais está voltada à diferença e sim às diferenças entre mulheres, podendo serem estas brancas, negras, lésbicas, transexuais, mães, casadas, solteiras, pobres, entre outras.

Com isso, fala-se ainda de uma Terceira Onda do Feminismo, que surge em meados dos anos 1990 e perpetua até os dias atuais, cuja proposta concentra-se na análise das diferenças, da alteridade, da diversidade e da produção discursiva da subjetividade em identidades. Com isso, desloca-se o campo do estudo sobre as mulheres e sobre os sexos para o estudo das relações de gênero (NARVAZ; KOLLER, 2006). O desafio nesta geração

do feminismo é pensar, simultaneamente, as igualdades e as diferenças na constituição das subjetividades masculina e feminina em âmbito global. Nesta terceira fase do debate sobre o movimento feminista, observa-se intensamente a intersecção entre os movimentos políticos de luta, a academia e o ciberativismo.

Nesse sentido, essa fase do feminismo fará com que as mulheres constituam uma identidade de projeto, que segundo Castells (2002), é construída quando os sujeitos interpelados pela terceira onda utilizam-se das discussões culturais ao seu alcance e constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e assim busca a transformação de toda a estrutura social. Nesse sentido, o feminismo abandona as trincheiras de resistência da identidade e dos direitos da mulher e passa a fazer frente ao patriarcalismo e toda a sua estrutura de produção, reprodução, sexualidade, personalidade sobre a qual as sociedades historicamente se estabeleceram (CASTELLS, 2002).

É a partir das reflexões mais abrangentes da terceira onda do feminismo que se pretende dar continuidade à assimilação dos demarcadores identitários das mulheres-mães de Teresina na contemporaneidade. Na atual conjuntura, que os meios de comunicação de massa têm veiculado a atuação da mulher na sociedade contemporânea, sob a nova perspectiva do empoderamento feminino, justificada pela maior participação na vida pública. Ao tempo disso, as mulheres são destacadas como propulsoras da mudança no âmbito privado, devido ao grau de consciência que adquirem por meio de suas lutas e reconhecimento de seus direitos, impulsionando mutações no contexto familiar.

Conclusão

A dinâmica da identidade feminina em Teresina é construída em um contexto marcado por relações de poder, de início pode-se falar de uma identidade legitimadora fixa, moldada nos aparatos tradicionais do início do século XX, se dando com um conjunto de organizações e instituições sociais, dentre elas a maternidade, bem como com uma série

de atores sociais estruturados e organizados que reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural.

A partir do momento que as mulheres em Teresina vão conquistando espaço nos âmbitos educacionais e políticos e sendo interpeladas pelas concepções feministas, percebe-se uma individualização e uma diversidade de identidades, dando origem a formas de resistência coletiva das mulheres diante da opressão e privação de espaços, constitui-se assim as identidades de resistência, defensivas nos termos das instituições e ideologias dominantes, revertendo o julgamento de valores e reforçando os limites da resistência (CASTELLS, 2002).

Quanto ao que se intensifica em Teresina na contemporaneidade, buscar-se-á fazer uma coleta futuramente, mas ao que se pode observar de uma Teresina que já se figura impactada pelas aceleradas tecnologias da informação, os feminismos na terceira onda já articulam muitas discussões e mudanças pela cidade, caminhando entre o sutil e o avassalador, em uma cidade com síndrome de passado e sede de futuro.

Referências

BOCK, Gisela. **Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados-providência (1890-1950)**. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Dir.). História das mulheres no Ocidente. Porto, Afrontamento, v. 5, 1995, p. 440-453.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o poder simbólico**. In: O Poder simbólico. Rio de Janeiro, Difel, 1989, Cap. 1, p. 7-16, Cap III, pp. 59-73.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Vol. 2, 3 ed., Tradução: Klauss Brandini Gerhardt, Ed Paz e Terra, Santa Efigênia, São Paulo, SP, 2002, Cap. 1, pp. 21-84, Cap. 3, pp. 141-165.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. **Sufrágio, Educação e Trabalho: o Feminismo na imprensa em Teresina nas décadas de 1920 e 1930**. História Revista, Goiânia, GO, v. 19, n. 2, UFG, p. 103-128. abril. 2014. Disponível em:

<https://www.revistas.ufg.br/index.php?journal=historia&page=article&op=view&path%5B%5D=10.5216%2Fhr.v19i2%2F32045&path%5B%5D=18875>> em 23 de janeiro de 2016.

_____, Elizangela Barbosa. **Múltiplas e Singulares: História e memória de estudantes universitárias em Teresina (1930-1970)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

_____, Elizangela Barbosa. **Identidades de gênero, amor e casamento em Teresina (1920-1960)**. Tese, UFF, Niterói, 2010. Disponível em: www.historia.uff.br/stricto/td/1218.pdf em 29 de janeiro de 2016.

CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. **Mulheres Plurais**. 3. ed, Teresina: EDUFPI, 2013.

_____, Pedro Vilarinho. **História e masculinidades: a prática escriturística dos literatos e as vivências no início do século XX**. Teresina: EDUFPI, 2008.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O Movimento Feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política**. Revista Gênero, vol. 5, n. 2, 2005. PP. 52-76 In: PISCITELLI, Adriana. Olhares feministas. Brasília: Ministério da Educação, 2003. 501p.

COSTA, Cláudia de Lima. O feminismo e o pós-modernismo/pós-estruturalismo: as (in)determinações da identidade nas (entre)linhas do (con)texto. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. **Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade**. Florianópolis: Mulheres. 1998.

DUARTE, Constância Lima. **Feminismo e literatura no Brasil**. Estudos Avançados, USP. v. 17. n. 49. pp.150-172. 2003.

FRASER, Nancy. **Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 julho de 2015.

HITA, Maria Gabriela. **Igualdade, identidade e diferença(s): feminismo na reinvenção de sujeitos**. In: ALMEIDA, Heloisa Buarque de.; COSTA, Rosely Gomes.; RAMIREZ, Martha Celia (Coords). Gênero em matizes. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.

JÁCOME, Márcia Larangeira. **Apontamentos sobre a ação dos movimentos de mulheres por direitos no Brasil na Segunda Metade do Século XX**. In: JORGE, O. Romão; ATHIAS; ANTUNES, Marta. (Orgs.). Olhar Crítico sobre Participação e Cidadania: trajetórias de organização e luta pela redemocratização da governança no Brasil. 1ªed. São Paulo: Action Aid! e Editora Expressão Popular, 2007, v. 02, p. 187-222.

NARVAZ, M. KOLLER, S. **Mulheres vítimas de violência doméstica:** Compreendendo subjetividades assujeitadas. PSICO, v. 37, n. 1, pp. 7-13, jan./abr. 2006. Disponível em: <http://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/5161476.pdf>. Acesso em 11 de julho de 2015.

PIERUCCI, Antônio Flávio. **Ciladas da diferença.** São Paulo: USP Editora 34, 1999.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **Do singular ao plural.** Recife: Edições Bagaços, 2006.

SANTANA, Márcia Castelo Branco. **Permanências e rupturas:** mulheres, famílias e casamento na cidade de Teresina nos anos 1970. XXIV Simpósio Nacional de História, Associação Nacional de História – ANPUH, São Leopoldo, 2007. Disponível em: < <http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0354.pdf>> em 30 de janeiro de 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A globalização e as ciências sociais.** São Paulo: Cortez, 2002.

FONTINELIS, Claudia Cristina da Silva.; MEDEIROS, Jayra Barros. **Movimento de Mulheres:** (Re)construindo subjetividades femininas em Teresina, Piauí (1980). Fronteiras, Dourados, MS, v. 13, n. 24, UFGD, p. 237-252, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/viewFile/1207/953> em 30 de janeiro de 2016.